



# Proposta da Lei Orçamentária de 2013

# MENSAGEM



**GOVERNADOR DO ESTADO**  
Tarso Fernando Herz Genro

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO**  
Jorge Alberto Duarte Grill

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL**  
Carlos Pestana Neto

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR**  
Cel. Leandro Ribeiro Fonseca

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**  
Carlos Henrique Kaipper

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,  
GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**  
João Constantino Pavani Motta

**SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO**  
Leonilse Fracasso Guimarães

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**  
Mauro Knijnik

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**  
Marcelo Tuerlinckx Danéris

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO  
E INCLUSÃO DIGITAL**  
Vera Maria Spolidoro de Cuadrado

**SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS  
E RELAÇÕES FEDERATIVAS**  
Afonso Antunes Motta

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
José Clóvis de Azevedo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**  
Ciro Carlos Enerim Simoni

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**  
Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
Airton Aloisio Michels

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Odir Alberto Pinheiro Tonollier

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
E DOS RECURSOS HUMANOS**  
Stela Beatriz Farias Lopes

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA**  
Maurício Alexandre Dziedricki



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

Marcel Martins Frison

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

Fabiano Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO**

**E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Luís Augusto Barcellos Lara

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Márcia Elisângela Américo Santana

**SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO**

Dilce Abgail Rodrigues Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER**

Kalil Sehbe Neto

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO**

**E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Luiz Carlos Ghiorzzi Busato

**SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Hélio Corbellini

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,**

**PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO**

Luiz Fernando Mainardi

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,**

**PESCA E COOPERATIVISMO**

Ivar Pavan

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Luiz Roberto de Albuquerque

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO**

**E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

Cleber Cristiano Prodanov

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RS**

Des. Marcelo Bandeira Pereira

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS**

Dep. Alexandre Postal

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS**

Cons. Cezar Miola

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RS**

José Barrôco de Vasconcellos

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS**

Nilton Leonel Arnecke



<b>1 OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, NACIONAL E DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>1</b>
1.1. A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL .....	1
1.2. A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL .....	9
1.3. O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA.....	16
<b>2 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>29</b>
2.1. O QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....	29
2.2. O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO.....	31
2.3. A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E ORÇAMENTÁRIO .....	32
2.4. OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA .....	34
2.4.1. O ICMS.....	35
2.4.2. <i>As Transferências Constitucionais da União ao Estado</i> .....	38
2.4.3. <i>Considerações Finais</i> .....	40
2.5. OS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA PÚBLICA.....	42
2.5.1. <i>O Grupo “Pessoal e Encargos Sociais”</i> .....	44
2.5.2. <i>O Grupo “Outras Despesas Correntes”</i> .....	48
2.5.3. <i>O Serviço da Dívida Pública</i> .....	50
2.5.4. <i>Os Investimentos Amplos</i> .....	54
2.6. A RIGIDEZ DO ORÇAMENTO ESTADUAL .....	56
<b>3 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS.....</b>	<b>58</b>
3.1 A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATUALIZADA JUNTO À UNIÃO.....	58
3.2 OS ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA CONTRATADA DO ESTADO JUNTO À UNIÃO.....	60
3.3 AS CONCLUSÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATADA JUNTO À UNIÃO .....	62
<b>4 O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>64</b>
4.1. O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.....	64
4.2. O SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES E O SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO .....	66
4.3. O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DO ATUAL SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES .....	67
<b>5 A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2013 .....</b>	<b>71</b>
5.1. A ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2013.....	72
5.2. A FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2013.....	74
<b>6 A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL .....</b>	<b>76</b>



<b>7 OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS.....</b>	<b>77</b>
<b>8 AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2013.....</b>	<b>83</b>
<b>9 AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>87</b>
9.1. A CLASSIFICAÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS .....	90
9.2. AS TABELAS DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RS EM 2011 .....	94
<b>10 A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2013.....</b>	<b>108</b>
10.1. A POPULAÇÃO GAÚCHA E O PRODUTO INTERNO BRUTO.....	109
10.2. A REGIONALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL .....	115
10.3. A REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA ESTADUAL.....	120
10.3.1. <i>As Despesas Totais</i> .....	120
10.3.2. <i>As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais</i> .....	125
10.3.3. <i>As despesas com manutenção e custeio da máquina pública</i> .....	131
10.3.4. <i>As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios</i> .....	136
10.4. A REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AMPLOS .....	141
10.4.1. <i>Os Investimentos da Administração Pública Consolidada</i> .....	142
10.4.2. <i>Investimentos das Estatais Gaúchas em R\$</i> .....	146
10.4.3. <i>Investimentos Totais</i> .....	151
10.5. RECURSOS DA VOTAÇÃO DE PRIORIDADES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ .....	155
10.6. RELAÇÃO ENTRE O VALOR ARRECADADO (VA) E O VALOR RETORNADO (VR) .....	160
10.6.1. <i>Análise do Terço Superior, Terço Médio e Terço Inferior</i> .....	162
10.6.2. <i>Conclusão</i> .....	162



A Sua Excelência o Senhor

Deputado **ALEXANDRE POSTAL**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: **Proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013**

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, envio a essa egrégia Assembleia Legislativa a proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 (PLOA 2013) dos Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual, das Fundações e Autarquias e das empresas estatais, em cumprimento ao disposto no Art. 152, § 8º, Inc. III, da Constituição Estadual.

Esta peça orçamentária reflete a nossa proposta de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, com ênfase na reestruturação do Estado, no desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão social e no aumento da nossa capacidade de investimentos. Aqui, apresentamos a previsão das receitas e a fixação das despesas públicas. Os programas contidos neste documento nortearão os instrumentos de ação deste Governo, em obediência às normas democráticas de aplicação dos recursos e aos princípios da publicidade e da transparência.

Nossos objetivos são promover o crescimento econômico com a geração de emprego e renda, impulsionar o desenvolvimento regional, elevar a qualidade de vida, erradicar a pobreza extrema e aprimorar a cidadania. Por isso, em 2013, o Governo aporta o maior volume possível de recursos para as áreas da Saúde, da Educação e da Segurança.



Há que se considerar, para a montagem desta proposta, a dívida pública contratada com a União, que consome vultosos recursos do orçamento estadual. Os repasses mensais despendem 13% da Receita Líquida Real. No entanto, há forte articulação nacional para uma renegociação em patamares mais adequados à realidade financeira dos estados brasileiros. Em 2012, o Governo Federal já sinalizou uma rodada de tratativas sobre o tema.

Em contraponto a estas significativas despesas, destacamos os resultados da harmonia e do alinhamento das ações entre os governos do Estado e do Brasil, estabelecidos já no início de 2011. Desde o começo do nosso Governo, garantimos o repasse da União de R\$ 12 bilhões, recurso que serão aplicados na agricultura, em saneamento, em rodovias e em energia elétrica.

Além disso, temos uma série de obras federais programadas e/ou já em execução no Estado: Rodovia do Parque, duplicação do trecho entre Pelotas e Rio Grande, extensão das operações do Trensurb até Novo Hamburgo, obras de saneamento na Região Metropolitana, obras no Pólo Naval de Rio Grande. Ainda a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, da Usina Termoelétrica Presidente Médici e da pista e terminais do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a construção da nova ponte do Guaíba e das barragens Taquarembó e Jaguari, as obras de duplicação do trecho entre Eldorado do Sul e Pelotas, investimentos significativos do programa Minha Casa, Minha Vida, além de outros recursos originários do PAC I e II.

Vamos dar prosseguimento às medidas de valorização do serviço público, a exemplo do que fizemos nesses 20 meses de governo. Como há muito não se via, adotamos medidas para atender a categorias que historicamente reivindicavam a recuperação dos seus salários, especialmente nas áreas da Educação e da Segurança.

Cumprindo a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, o Governo está destinando 12% do orçamento à Saúde. E, ao contrário dos anos anteriores, os investimentos em saneamento não estão incluídos neste percentual.

No campo econômico, vive-se um momento de crise internacional, originária da Zona do Euro, cujos desdobramentos sobre o crescimento do PIB brasileiro – e também do gaúcho – são concretos. Por isso, a economia brasileira, em 2012, está crescendo em ritmo mais lento em relação ao ano anterior. Porém, mesmo em meio a este cenário de instabilidade, agravado pelas perdas que tivemos na safra agrícola em virtude da estiagem, o Rio Grande do Sul está preparado para enfrentar os desafios. Nossa projeção do orçamento de 2013 apresenta 4,9 bilhões a mais em relação ao orçamento de 2012. A previsão da receita de ICMS em 2013 é 10,7% superior à de 2012.

O eixo da democracia participativa, ponto fundamental do nosso plano de Governo, avança a passos largos. Prova disso foi a significativa participação popular nas reuniões de discussão do Plano Plurianual realizadas no interior do Estado. A execução das demandas está sendo aprimorada e, hoje, supera as dos anos anteriores.



Enfim, nossa proposta visa a recolocar o Estado nos patamares de crescimento e desenvolvimento econômico e social que tivemos no passado. O apoio do Poder Legislativo é fundamental para essa conquista.

Termino transmitindo à Presidência da Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, aos Deputados e aos cidadãos gaúchos minhas mais sinceras e cordiais saudações.

**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul





## 1 OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, NACIONAL E DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### 1.1. A Conjuntura Econômica Internacional

Em 2008, com a eclosão da crise financeira decorrente do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, a economia global passou a conviver com um processo de desaceleração, oportunidade em que o Produto mundial avançou 2,8%. Os desdobramentos da crise na América, aliados à sua propagação no resto do mundo, produziram a recessão global de 2009, ocasião em que o PIB recuou 0,6% (Tabela abaixo). Em 2010, o Produto mundial voltou a crescer à taxa de 5,3% ao ano, muito em função de que 2009 foi um ano de base extremamente frágil. Entretanto, a expectativa da consolidação da recuperação ficou adiada para 2011.

Crescimento percentual do Produto Interno Global Real - 2008-11

Discriminação	2008	2009	2010	2011
<b>Produto mundial</b>	<b>2,8</b>	<b>-0,6</b>	<b>5,3</b>	<b>3,9</b>
<b>Economias avançadas</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,6</b>	<b>3,2</b>	<b>1,6</b>
Estados Unidos	-0,3	-3,5	3,0	1,7
Zona Euro	0,4	-4,3	1,9	1,4
Japão	-1,0	-5,5	4,4	-0,7
<b>Economias emergentes e em desenvolvimento</b>	<b>6,0</b>	<b>2,8</b>	<b>7,5</b>	<b>6,2</b>
<b>Brasil</b>	<b>5,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>7,5</b>	<b>2,7</b>
China	9,6	9,2	10,4	9,2
Índia	6,2	6,6	10,6	7,2

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, 21 de abril de 2012.

Em 2011, a economia mundial cresceu 3,9%, resultado obtido pelo avanço de 1,6% nas economias avançadas e de 6,2% no produto das economias emergentes e em desenvolvimento. A fragilidade do desempenho das economias avançadas mantinha o descompasso no processo de crescimento já detectado desde o início da recessão global. Da mesma forma, o Brasil continuou obtendo ganhos em termos de inserção internacional à medida que o País avançou a uma taxa de crescimento superior àquela praticada pelas economias desenvolvidas



A recessão norte-americana que seguiu a crise das *subprimes* encerrou em julho de 2009, e a economia voltou a crescer em 2010, oportunidade em que o PIB avançou 3,0%. As restrições no mercado de trabalho e nas negociações da dívida mantiveram-se ao longo de 2011 e não permitiram que um novo ritmo de crescimento se consolidasse no período pós-crise, levando a economia a registrar um incremento do PIB de apenas 1,7%. Na Zona Euro, depois de um biênio em recessão (2008-09), a economia voltou a crescer num patamar de 1,9% em 2010, um nível muito reduzido para um bloco que vinha de dois recuos consecutivos.

E o pior é que esse desempenho não se sustentou, e o PIB registrou um avanço de apenas 1,4% em 2011. No Japão, a economia cresceu 4,4% em 2010, após o produto ter recuado em 2008 (-1,0%) e em 2009 (-5,5%), ao longo de uma profunda recessão. Em 2011, quando as economias avançadas ensaiavam uma recuperação, a economia japonesa voltou a cair 0,7%.

Ao contrário do Brasil, cujo PIB recuou 0,3% em 2009, a China e a Índia cresceram, ininterruptamente, no biênio 2008-09. E, em 2010, quando as economias emergentes e em desenvolvimento registraram avanços expressivos, os incrementos no PIB do Brasil (7,5%), da China (10,4%) e da Índia (10,6%) foram determinantes para que a economia mundial se recuperasse e voltasse a crescer. Em 2011, mais uma vez o desempenho das economias emergentes cresceu 6,2%, o que sustentou o ritmo de crescimento global. Nessa ocasião, os incrementos do Produto alcançaram as taxas de 9,2% na China, 7,2% na Índia e 2,7% no Brasil.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o PIB mundial poderá crescer 3,5% no corrente ano de 2012 e 3,9% em 2013, conforme a Tabela seguinte. Conforme o FMI, a retomada global, iniciada em 2010, poderia consolidar-se, a partir de 2011, devido ao crescimento das economias avançadas. Elas deveriam crescer 2,2% no corrente ano e 2,6% no próximo exercício, mas essa hipótese não se confirmou, e, agora, a expectativa é de que o PIB crescerá 1,4%, em 2012, e 2,0%, em 2013.

Para as economias emergentes e em desenvolvimento, estimava-se a redução da taxa de crescimento, quando comparada ao ano anterior, para os patamares de 6,6%, em 2012, e 6,4% em 2013, mas, a partir da revisão do Panorama Econômico Global apresentado, em 21 de julho de 2012, o FMI reduziu as suas previsões para incrementos de 5,6%, em 2012, e 5,9%, em 2013.



Crescimento percentual do Produto Interno Global Real - 2012-13

Discriminação	2012	2013
<b>Produto mundial</b>	<b>3,5</b>	<b>3,9</b>
<b>Economias avançadas</b>	<b>1,4</b>	<b>1,9</b>
Estados Unidos	2,0	2,3
Zona Euro	-0,3	0,7
Japão	2,4	1,5
<b>Economias emergentes e em desenvolvimento</b>	<b>5,6</b>	<b>5,9</b>
<b>Brasil</b>	<b>2,5</b>	<b>4,6</b>
China	8,0	8,5
Índia	6,1	6,5

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, 16 de julho de 2012.

Todavia, paira sobre o cenário internacional uma crise que atinge as economias avançadas e que não mostra evidências de que possa ser revertida no curto prazo. Nos Estados Unidos, há crise no mercado de trabalho e no âmbito da dívida pública. Na Zona Euro, à crise da dívida foi acrescentada a instabilidade dos intermediários financeiros. No Japão, a fragilidade da economia já ocorreu por um longo período. A esse conjunto de restrições originadas no contexto das economias avançadas, é preciso acrescentar a desaceleração da economia chinesa, um fato importante na conjuntura econômica internacional porque, até agora, a segunda economia mundial vinha dando uma imensa contribuição para o desempenho da atividade global.

O cenário para que o PIB mundial cresça 3,5%, em 2012, pressupõe que a economia dos Estados Unidos alcance um incremento do Produto da ordem de 2,0%, mas o País continua convivendo com duas limitações, desemprego e dívida pública, que se mantêm ao longo do tempo, apesar de todas as ações do Governo Obama no sentido de superá-las.

Do início da crise ao final da recessão, houve uma queda de 1,6 milhão na contratação mensal de pessoal por parte do setor privado, ao mesmo tempo em que as demissões avançaram, mensalmente, atingindo 800 mil pessoas. Desde então, a taxa de desemprego, que atingiu 10,0%, em outubro de 2009, recuou para 9,8%, em novembro de 2010, caiu ainda mais, para 9,1%, em agosto de 2011, fixando-se no patamar de 8,1%, ao final do primeiro trimestre de 2012.



O maior desafio das autoridades americanas é como proceder com relação ao mercado de trabalho. Por um lado, a requalificação da mão de obra, a necessidade de trabalhadores especializados e o fato das empresas estarem tardando a contratar na espera por um cenário mais favorável. Por outro, os assuntos econômicos e políticos passaram a ser amplamente debatidos entre os analistas. Nessa oportunidade, o Produto, que havia crescido 3,0% na comparação do quarto trimestre de 2011 com relação ao trimestre imediatamente anterior, avançou apenas 1,9% no primeiro trimestre de 2012 em comparação ao último trimestre de 2011. Paralelamente, o índice de atividade industrial, divulgado pelo *Institute for Supply Management*, mostrou um recuo de 53,5 pontos, em maio, para 49,7 pontos, em junho. Finalmente, a taxa de desemprego, que havia caído ao patamar de 8,1%, em abril do corrente ano de 2012, voltou a crescer e situou-se em 8,3%, no mês de julho. Esses números evidenciam as extremas dificuldades com que as autoridades norte-americanas convivem em termos de mercado de emprego e de desempenho da economia.

Porém, há outra restrição de grande importância a tolher a recuperação da economia, a da administração da dívida pública norte-americana. Anteriormente, tendo atingido uma dimensão equivalente ao Produto da economia e dadas as extremas dificuldades de negociação de um acordo entre o governo democrata e a oposição republicana, em período eleitoral, mesmo com a criação de uma comissão bipartidária para tratar da matéria, houve um rebaixamento da nota da dívida pública, por parte das agências de análise de risco.

Mais recentemente, ao final do mês de julho de 2012, para estimular a economia, o Senado aprovou a proposta do Presidente Barack Obama de redução de impostos para famílias com renda até US\$ 250 mil por ano. Também foi aprovado o fim das reduções de tributos para as grandes empresas e cidadãos ricos, permitindo que as autoridades possam aumentar impostos, decisão esta que implicará diminuição do déficit público. As alterações programadas, de corte de gastos e elevação de tributos, devem ser postas em prática a partir da mudança do exercício fiscal, no mês de setembro de 2012, podendo criar um precipício fiscal, fragilizando ainda mais o desempenho da economia.

Muitas ações elevaram a incerteza quanto à recuperação da economia norte-americana, entre elas: (i) o fim dos programas de estímulo à economia, a demanda externa em queda com a crise europeia; (ii) a desaceleração da economia chinesa; (iii) a valorização do dólar frente ao euro; (iv) a fixação dos juros básicos no piso, que reduz a capacidade da política monetária; (v) o fim das isenções fiscais ao setor do petróleo após as eleições; (vi) o impacto da seca no meio-oeste sobre o milho; (vii) as paralisações das usinas que produzem etanol e que absorvem 40% da produção do grão; (viii) a necessidade de os maiores bancos elaborarem planejamentos preventivos para evitar colapsos; (ix) a polêmica em torno do plano do Sistema de Saúde aprovado na gestão Obama; (x) além das dúvidas quanto ao futuro das relações dos Estados Unidos com o Oriente Médio.



Ciente de tamanhas dificuldades, Ben Bernanke, o dirigente do Sistema de Reserva Federal, o FED, reconheceu, em meados de julho de 2012, a desaceleração da atividade econômica, mas afirmou apenas que a Instituição estava em condições de lançar novos estímulos para a retomada da economia, caso se tornassem imprescindíveis. Ele voltou ao tema ao final de agosto, ao afirmar que o FED pode agir para fortalecer a recuperação da economia, independentemente da compra de papéis de longo prazo em troca de títulos de curto prazo, a operação *twist*, que foi prorrogada até dezembro de 2012. Essas novas medidas poderiam incluir um novo *Quantitative Easing (QE)*, um novo afrouxamento monetário, medida já utilizada em duas oportunidades anteriores. A propósito, Paul Krugman, o prêmio Nobel de Economia, vem defendendo a tese de que as autoridades ponham em prática um estímulo fiscal anual, da ordem de US\$ 300 bilhões, tendo em vista que, com os juros zerados, as iniciativas governamentais têm forte impacto sobre a economia.

Na Europa, após a recessão de 2009 e o crescimento pífio de 2010, a expectativa, segundo o Panorama Econômico Global de 2011, era de que o PIB da Zona Euro avançasse 2,0%, em 2011, e 1,7%, em 2012. Essa previsão não se confirmou, e, com a divulgação de a *Atualização das Perspectivas da Economia Mundial, de 21 de julho de 2012*, os analistas econômicos trabalham com a hipótese de que o PIB da Zona Euro recuará 0,3%, em 2012, e avançará apenas 0,7%, em 2013.

No Velho Continente, as autoridades que já conviviam com a crise da dívida pública, causada tanto pelos sucessivos pacotes de salvamento dos intermediários financeiros quanto pela queda na arrecadação de impostos, que vem afetando diversas economias do bloco, passaram a enfrentar um novo impasse. Dessa vez, o epicentro da crise são os bancos, que têm níveis recordes de dívidas de difícil recuperação. O agravamento da conjuntura econômica do bloco tem levado as empresas de análise de risco a rebaixarem as notas das dívidas e dos bancos de alguns países da Europa, processo que se mantém em pleno curso.

Visando conter o avanço da instabilidade na Zona Euro, no final de março de 2012, os ministros das finanças do bloco aumentaram o fundo para resgate dos países em crise. O *firewall*, o instrumento denominado Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM), passou a contar com 700 bilhões de euros para salvar os países que enfrentam restrições para recorrer ao crédito. Todavia, como contrapartida à tomada dos recursos do ESM, o Banco Central Europeu (BCE), o FMI e a Comissão Europeia, que constituem a "troika", passaram a exigir reformas econômicas, como a reforma trabalhista e o corte nos gastos da área social.

Em abril de 2012, enquanto a União Europeia mantinha a taxa de desemprego em 10,2%, a Espanha e a Grécia registravam taxas acima de 20,0%, contudo, em relação aos jovens, supera o patamar de 50,0%. Em fevereiro de 2012, a Zona Euro tinha 17 milhões de desempregados, os piores indicadores do mercado de trabalho nos últimos 25 anos.



A dívida em torno da necessidade de os países da Zona Euro pleitearem o resgate emperrou a venda de títulos das dívidas públicas de diversos membros do bloco, gerando, em consequência, uma forte pressão sobre as bolsas de valores do Continente. O risco-país das nações do bloco sofreu forte elevação, levando os investidores a exigirem uma taxa de retorno mais elevada para girar a dívida dos países em dificuldades.

As pressões para venda de títulos da dívida italiana juntou-se à necessidade de rolar a dívida espanhola. Na Grécia, houve dificuldades em formar um novo governo, e, quando tal problema foi superado, as novas autoridades passaram a defender a flexibilização das metas do segundo plano de resgate acordadas com a "troika". Os bancos gregos receberam 100 bilhões de euros de assistência emergencial de liquidez, uma iniciativa importante face às profundas dificuldades enfrentadas pelo governo de Atenas.

Em meio a esses acontecimentos, começaram a circular informações de que as autoridades monetárias alemãs estavam preparadas para a eventualidade de os gregos abandonarem a moeda única. Na mesma oportunidade, as autoridades europeias passaram a normatizar a forma como as duas consultorias privadas contratadas para auditar os bancos espanhóis iriam levar adiante a tarefa acertada. Ainda, o Governo de Madri precisou socorrer o Bankia, com um pacote de 19 bilhões de euros, ao mesmo tempo em que as províncias autônomas passaram a solicitar resgate das suas finanças, tornando, enfim, o custo da dívida espanhola extremamente caro.

Em junho de 2012, começou uma nova polêmica entre a Comissão Europeia, que desejava a criação de uma união bancária em que o fundo de resgate emprestasse diretamente aos bancos em dificuldades, e o Governo de Berlim contestava a proposta de Bruxelas porque entendia que recairia um ônus elevado sobre a Alemanha. Na Espanha, os registros de fuga de capitais intensificaram-se. A crise das dívidas e dos bancos somou-se à crise do próprio euro. A Polônia, que deveria aderir à moeda única até o final do corrente ano optou por permanecer com o zloty. A intensificação da queda no ritmo da atividade econômica obrigou os bancos a diminuir as suas exposições nas economias emergentes. Finalmente, a União Europeia aprovou um pacote de 100 bilhões de euros para socorrer os bancos espanhóis, com o objetivo de capitalizá-los. A intensificação dos boatos de que a crise atingiria a Itália, a terceira economia da Zona Euro, fez com que o governo de Mário Monti tomasse a iniciativa de criar um plano econômico de 80 bilhões de euros, com forte redução dos gastos públicos.

Em julho de 2012, as autoridades europeias estabeleceram um acordo permitindo que o Mecanismo Europeu de Estabilidade pudesse adquirir dívidas dos governos da região. A demora em colocar em prática as medidas acordadas provocou forte reação dos mercados. No final do mês, o rendimento dos títulos espanhóis de 10 anos atingiram a taxa de 7,498% ao ano. A Grécia, após dois planos de resgate, caminhava para uma nova tentativa de reestruturar a sua dívida.



Em agosto de 2012, a divulgação dos dados do desemprego, referentes ao mês de junho, mostrava que novos patamares haviam sido alcançados, com 17,8 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, com a economia consolidando a presença de um processo recessivo. O argumento da fragmentação da Zona Euro voltou a tomar força. Face à situação crítica da economia, o Conselho Europeu reuniu-se em Bruxelas para configurar algum acordo que viabilizasse uma saída da crise. Mario Monti e Angela Merkel, em posições opostas, debateram durante um longo período, tendo em vista que o Primeiro Ministro italiano propôs bloquear todas as medidas acordadas enquanto a Chanceler alemã não cedesse no sentido de encontrar um caminho para reduzir os custos de rolagem das dívidas da Itália e da Espanha.

A ideia era utilizar os recursos do fundo de resgate para evitar que se agravasse a instabilidade no mercado de títulos da dívida. Em suma, havia uma polêmica em torno de medidas de austeridade fiscal, defendidas por Alemanha, Áustria e Holanda, dentre outros, para um pacto de crescimento, sustentado pela maioria dos países do bloco. A Eurostat divulgou a queda do PIB da Zona Euro (-0,2%), no segundo trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior, informação esta que veio acompanhada da queda dos produtos de Portugal (-1,2%), Reino Unido (-0,7%), Itália (-0,7%), Bélgica (-0,6%), Espanha (-0,4%) e França (0,0%). Finalmente, Angela Merkel concordou com a posição de Mario Draghi, Presidente do BCE, de comprar títulos das dívidas dos países em crise com recursos da Instituição. Entretanto, mais uma vez, a falta de sincronia entre as decisões das autoridades e a dinâmica dos mercados deixou investidores em dúvida quanto à implementação das medidas.

No Japão, após a recessão de 2011, o Panorama Econômico Global do FMI previa uma recuperação da economia, com o PIB registrando 2,4%, em 2012, e 1,5%, em 2013. Além do terremoto em Fukushima, do *tsunami* e do desastre nuclear, que vieram logo depois, o País sofreu com a ruptura nas cadeias produtivas e na disponibilidade de energia. Em paralelo, as empresas japonesas, que viviam situações de liderança, que deixaram de se adaptar às mudanças no cenário econômico e que passaram a sofrer a concorrência de indústrias terceirizadas, perderam a supremacia que desfrutavam no campo tecnológico.

Os prejuízos daí resultantes exigiram mudanças na gestão dos negócios, e as empresas passaram a investir também no exterior. O longo período de estagnação, aliado às recessões de 2008, 2009 e 2011, reduziu o tamanho do mercado interno, e a opção pelo investimento no mercado externo intensificou-se. A conjuntura recente, em que o iuan se fortaleceu, contribuiu também para que as empresas japonesas pudessem partir para uma nova rodada de fusões e aquisições no exterior.



Entre as economias emergentes, a China evidenciou um bom desempenho nos últimos anos, não permitindo uma deterioração maior do cenário global, desde a recessão das economias avançadas, em 2009. Contudo, a atividade econômica sofre de desaceleração no ritmo. Em março de 2012, as autoridades chinesas registraram a presença de um déficit comercial da ordem de US\$ 31 bilhões, uma possível sinalização de mudança da inserção da economia local no contexto internacional, com a diminuição da pressão inflacionária e a necessidade de chegar à realização de um acordo com a comunidade internacional, em torno da taxa de câmbio.

Em abril de 2012, o Governo anunciou a ampliação de investidores externos no mercado bancário e a expansão, para cima ou para baixo, da banda de negociação da moeda de uma taxa de câmbio de referência diária de 0,5% para 1,0%. Em maio de 2012, os dados do crescimento na produção de energia elétrica sinalizaram a possibilidade de que a economia estivesse frente a uma desaceleração mais forte, fazendo com que o Primeiro Ministro Wen Jiabao reafirmasse a possibilidade de recorrer, mais uma vez, à utilização de US\$ 315 bilhões, para dar estímulos à economia, que cresceu 8,1%, no primeiro trimestre de 2012, contra igual período de 2011.

Em junho de 2012, as autoridades aceleraram a aprovação de projetos de infraestrutura, ao mesmo tempo em que a inflação voltou a ceder e o comportamento das exportações surpreendeu, com uma elevação superior a 15% em maio de 2012, em relação a maio de 2011. Nos primeiros dias de julho, o Banco Central aumentou a oferta de dinheiro em US\$ 22,6 bilhões, um estímulo importante face à queda do índice de atividade industrial para o menor valor dos últimos seis meses. A inflação medida pelo índice dos preços ao consumidor continuou em queda, e as autoridades reduziram as taxas de juros pela segunda vez.

A desaceleração da economia chinesa provocou, também, uma queda na importação de *commodities*. A confirmação de um desempenho fragilizado, tendo em vista que o PIB cresceu 7,6%, no segundo trimestre de 2012, frente a igual período do ano anterior, gerou uma manifestação de Wen Jiabao, no sentido de incentivar ainda mais o crescimento da economia. Em agosto de 2012, foram divulgados os números do comércio externo, referentes a julho, evidenciando que as exportações cresceram apenas 1,0%, quando os analistas previam um incremento da ordem de 8,0%. A desaceleração da economia chinesa não é uma preocupação somente das autoridades locais, mas de todas as lideranças políticas e econômicas em âmbito internacional porque, nos últimos anos, a China tem sido a propulsora do crescimento mundial. Em função disso, a preocupação é agravada quando as economias avançadas não mostram sinais de mudança para superar a crise no curto prazo.





## 1.2. A Conjuntura Econômica Nacional

A economia brasileira vem de uma década de grandes transformações. Os problemas entre os quais o País se debatia – inflação elevada, crescimento insuficiente, megadesvalorizações cambiais e choques econômicos – são páginas viradas na História. Após um decênio de gestão eficiente na economia, o Brasil consolidou a estabilidade econômica, retomou o crescimento econômico, acumulou expressivos níveis de reservas, obteve o *status* de país grau de investimento, absorveu um grande contingente de mão de obra, combateu a miséria, reduziu os níveis de concentração de renda, fortaleceu o mercado interno, assumiu como membro do G-20 e obteve grande projeção global.

A crise de 2008 encontrou o Brasil crescendo à taxa de 5,2% ao ano. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) havia sido lançado no início do ano anterior e contribuiu para que a economia brasileira crescesse, pelo segundo ano consecutivo, o dobro do Produto mundial. Em 2009, ano da recessão global, todas as economias se ressentiram da mudança brusca no ritmo de crescimento internacional, e o PIB brasileiro recuou 0,3%. Em 2010, à medida que o Produto mundial avançou 5,3%, a economia brasileira apresentou um desempenho extraordinário. As autoridades lançaram medidas de estímulos à construção civil, à produção de automóveis e aos intermediários financeiros e, posteriormente, aos bens de capital e às motocicletas. Na verdade, a economia avançou 7,5%, um ritmo semelhante àquele praticado nas economias emergentes e em desenvolvimento em 2010, conforme se demonstra na tabela adiante.

Crescimento percentual do Produto Interno Global Real - 2008-11

Discriminação	2008	2009	2010	2011
Produto mundial	2,8	-0,6	5,3	3,9
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,0	2,8	7,5	6,2
<b>Brasil</b>	<b>5,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>7,5</b>	<b>2,7</b>

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, 21 de abril de 2012.

Para 2011, aguardava-se a consolidação da retomada global, mas as economias avançadas mantiveram-se em crise, e o Produto mundial cresceu 3,9% devido, principalmente, ao avanço de 6,2% nas economias emergentes e em desenvolvimento. Nessa oportunidade, a fragilidade econômica dos parceiros comerciais, fruto da crise continuada em âmbito externo, e a taxa de câmbio à mercê de estímulos econômicos praticados pelas economias avançadas contribuíram para que o Produto brasileiro registrasse um incremento de 2,7%.



Em âmbito setorial, utilizando como fonte o IBGE, constata-se na tabela seguinte que, nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto (VAB), o País conviveu, inicialmente, com um triênio de crescimento econômico intermitente. Nesse período, o Valor Adicionado Bruto da Agropecuária alternou incrementos de 6,3% (2008) e 6,3% (2010) com recuos de 3,1% (2009); o da Indústria evidenciou avanços de 4,1% (2008) e 10,4% (2010) e diminuição de 5,6% (2009); e o setor de Serviços, o único que se manteve sistematicamente em elevação, cresceu 4,9%, em 2008, 2,1%, em 2009 e 5,5%, em 2010.

Em 2009, ano da grande recessão, houve quedas no VAB da Agropecuária (3,1%) e da Indústria (5,5%), que foram em parte compensadas por um crescimento do setor de Serviços (2,1%), evitando, dessa forma, que o País fosse atingido por uma queda abrupta no crescimento econômico, nos moldes do que ocorreu nas economias avançadas.

Crescimento percentual do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto – 2008-11

Discriminação	2008	2009	2010 (1)	2011 (1)
PIB	5,2	-0,3	7,5	2,9
<b>VAB</b>	<b>4,8</b>	<b>-0,3</b>	<b>6,9</b>	<b>2,5</b>
Agropecuária	6,3	-3,1	6,3	3,9
Indústria	4,1	-5,6	10,4	1,6
Serviços	4,9	2,1	5,5	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota (1): As estimativas são preliminares.

Depois de ter lançado o PAC 1, em 2010, o Governo lançou o PAC 2, o Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda versão, com investimentos previstos de R\$ 1,59 trilhão. Nessa oportunidade, os recursos estavam voltados para atender a iniciativa na área social, mais precisamente, os programas Água e Luz Para Todos, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã e Minha Casa Minha Vida, além de ações nos setores de energia e de transporte.

Deslocando-se o foco para a análise dos setores da economia brasileira, verifica-se que, no exercício passado, período em que a crise das economias avançadas se manteve, o País conviveu com menor ritmo de crescimento, quando a Agropecuária (3,9%) liderou o avanço do VAB brasileiro (2,5%). Embora não tenham acompanhado no mesmo ritmo o incremento da atividade da Agropecuária, o VAB do Setor Serviços (2,7%) e o VAB da Indústria (1,6%) registraram desempenhos não muito distantes daqueles praticados pelo setor primário.



A safra 2011/12, estimada pela CONAB em 161,23 milhões de toneladas de grãos, em 51,05 milhões de hectares, evidenciou uma queda de 1,0% na relação com a produção da safra 2010/11, ou seja, uma queda de 1,57 milhão de toneladas. Esse recuo está diretamente relacionado aos problemas climáticos que afetaram os níveis de produção de milho e de soja no Sul, no Mato Grosso e no Sudeste, embora tenha acontecido um impacto generalizado sobre todas as culturas no Nordeste do País. Quanto à área plantada, houve um incremento de 2,4% sobre a área cultivada na safra 2010/11. Os maiores aumentos em área plantada ocorreram na produção de milho da 2ª safra (1,30 milhão de hectares) e de soja (856,5 mil hectares)

Os números da safra 2011/12, por produto da agropecuária nacional e em milhões de toneladas, atingiram as quantidades de 11,63 (arroz), 2,97 (feijão), 67,79 (milho), 66,36 (soja), 5,78 (trigo), 13,24 (carne de frango), 8,46 (carne bovina), 3,39 (carne suína), 1,97 (algodão em pluma), 560,36 (cana de açúcar moída), 50,44 (café) e de 375,3 milhões de caixas de laranja.

Em âmbito externo, as cotações das *commodities* agrícolas foram, inicialmente, fortemente influenciadas pela quebra de safra da soja na América do Sul e pelo avanço da demanda da China. Posteriormente, ao mesmo tempo em que a China reduzia a importação de *commodities* minerais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) alertava os países exportadores de que a deterioração do desempenho mundial resultaria em declínio da venda de matérias-primas. Esse argumento foi, logo a seguir, contestado, porque o crescimento das economias emergentes e a incerteza quanto à intensidade da mudança no desempenho chinês poderia, de alguma forma, contribuir para a preservação, por mais tempo, do ciclo de alta das *commodities*.

Ao final de maio de 2012, houve avanço na cotação do trigo, pela frustração de safra em países como a Rússia, a Ucrânia e o Cazaquistão. Ainda no exterior, percebiam-se as mudanças nas posições dos fundos que negociam nos mercados de *commodities*, porque eles agiam no sentido de reduzir as suas exposições no mercado de soja. No Brasil, nesse mesmo período e face às restrições presentes à conjuntura global, houve diminuição do preço das *commodities* café, milho, soja e boi gordo, negociadas na BM&F. Ao final de junho, com a expectativa de resgate dos bancos espanhóis, as cotações das matérias-primas reagiram, inclusive aquelas relacionadas às *commodities* agrícolas. Em julho, a seca nos Estados Unidos proporcionou elevados avanços nos preços da soja e do milho na Bolsa de Chicago. Na Ásia, a demanda da China por grãos mantinha-se muito forte, fato este que convergia para a ideia da preservação dos preços em níveis elevados.

Quanto à indústria, em 2012, o Governo adicionou novas medidas para aumentar a competitividade de setores que estavam em desvantagem frente aos produtos importados. A edição do Brasil Maior ocorreu em 2 de agosto de 2011, e, em fevereiro de 2012, 18 das 36 medidas que constituem o plano já estavam regulamentadas e em operação.



Em meados de março de 2012, com a persistente adversidade enfrentada pelo setor, a Presidenta Dilma Rousseff promoveu um debate com os empresários sobre as medidas necessárias para alavancar os investimentos e o PIB. Em 3 de abril, o Governo lançou medidas para disponibilizar mais crédito e menos encargos para a indústria. Assim, o financiamento às exportações foi elevado, as desonerações das folhas de pagamento foram ampliadas aos setores de autopeças, aeronáutico, têxtil, moveleiro, material elétrico, bens de capital, plásticos, ônibus, naval e hoteleiro, e a margem máxima de preferência foi fixada aos produtos biológicos, às retroescavadeiras e às motoniveladoras.

Em 21 de maio, foi a vez de o BNDES ampliar os prazos e reduzir as taxas de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Na mesma oportunidade, o Ministro da Fazenda anunciou a redução do IPI para automóveis e utilitários e do IOF para crédito às pessoas físicas. Em 15 de junho, o Governo expandiu a margem de preferência para compras governamentais, nos casos de licitações públicas do Governo Federal, para confecções, calçados e artefatos. O Governo divulgou, ainda, a concessão de R\$ 20 bilhões, via Pró-Investe do BNDES, para investimentos em infraestrutura nos Estados. No dia 26 de junho, a Presidenta Dilma anunciou mais R\$ 6,6 bilhões para compras governamentais nas áreas de agricultura, educação, defesa e saúde. E no final de junho, prorrogou-se a desoneração do IPI, por mais 2 meses, para eletrodomésticos da linha branca e, por mais 3 meses, para móveis.

Em agosto, no dia 15, a Presidenta Dilma Rousseff lançou o Programa de Investimento em Logística para Rodovias e Ferrovias, com recursos da ordem de R\$ 133 bilhões para a modernização e a ampliação das malhas rodoviária e ferroviária. Por fim, em 30 de agosto, houve a prorrogação da redução do IPI, por mais 60 dias, para os automóveis e a renovação de benefícios para eletrodomésticos de linha branca, para móveis e materiais de construção.

Em 2012, de acordo com o *site* do IBGE, o PIB da Indústria, no segundo trimestre, apresentou um recuo de 2,4% com relação ao PIB do segundo trimestre de 2011 e outro, dessa vez de 2,5%, na comparação com o Produto do primeiro trimestre do corrente ano. No acumulado dos últimos quatro trimestres encerrados em junho de 2012 sobre os últimos quatro trimestres imediatamente anteriores, o PIB registrou uma queda de 0,4%. Finalmente, na comparação entre o primeiro semestre de 2012 e o primeiro de 2011, a queda do Produto da Indústria alcançou o patamar de 1,2%.

Redirecionando o foco da análise para o futuro e recorrendo à publicação Panorama Econômico Global do FMI, o Brasil deverá crescer 2,5%, em 2012, e 4,6%, em 2013, conforme tabela adiante. As previsões quanto ao desempenho da economia brasileira, 2012, são bastante tímidas, algo em torno de 1,5% a 2,0%. Efetivamente, o incremento do PIB no 2º trimestre de 2012 foi de 0,5%, na comparação com o 2º trimestre de 2011, e de 0,4%, na comparação com o 1º trimestre de 2012. Embora o PIB acumulado em quatro trimestres, em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, tenha alcançado o patamar de 1,2%, o Produto acumulado em 2012, em comparação ao acumulado em 2011, foi de apenas 0,6%.



Crescimento percentual do Produto Interno Global Real -2011-12

Discriminação	2012 Previsão	2013 Previsão
Produto mundial	3,5	3,9
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,6	5,9
<b>Brasil</b>	<b>2,5</b>	<b>4,6</b>

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011.

Constata-se todo o empenho das autoridades em lançar medidas que estimulem o crescimento econômico brasileiro. Em 2012, assim como aconteceu em 2011, a pauta do Governo prosseguiu visando assegurar a estabilidade econômica, promover o mercado interno, intensificar o pré-sal, ajustar as finanças públicas, avançar na melhora da infraestrutura, reforçar a competitividade do produto nacional e enfrentar o *tsunami* monetário. Nesse ínterim, as autoridades conviveram com a melhora nos níveis do emprego e da renda, ao mesmo tempo em que foram lançadas medidas para estimular o crescimento da indústria e promover o investimento. Essas adversidades presentes no caminho da indústria e do fluxo dos investimentos nortearam a sequência de medidas postas em prática ao longo do ano pelo Governo Federal e que foram descritas em parágrafos anteriores.

Essa sequência de medidas adotadas para estimular o crescimento fez com que o Governo se ressentisse da queda na arrecadação federal. Em junho, a arrecadação federal registrou uma redução nominal de 1,96%, em relação ao mesmo mês de 2011, e de 6,55% em termos reais. Para viabilizar a convivência com níveis menores de receita, o Executivo poderá reduzir o superávit primário das contas públicas.

Dado o quadro do desempenho da economia, é importante estabelecer algumas considerações quanto à estabilidade econômica do Brasil. O Fundo Monetário Internacional previu que, em 2012, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) das economias avançadas alcançará o patamar de 1,9%, e o das economias emergentes e em desenvolvimento, o de 6,2%. Para o Brasil, embora a meta fixada pelo Governo seja de 4,5% ao ano, o FMI estimou o IPC em 5,2%, para o corrente ano.

No 3º trimestre de 2011, a inflação alcançou 7,0% e distanciou-se sistematicamente da meta fixada pelas autoridades. Ao final de março, com a intensificação da crise externa e com a desaceleração da economia brasileira, o Relatório de Inflação divulgado pelo Banco Central indicava que o IPCA alcançaria 4,4%, em 2012, e 5,2%, em 2013. Entretanto, com a deterioração do quadro externo aliada à seca nas lavouras de grãos dos Estados Unidos, os preços das *commodities* agrícolas sofreram forte pressão, que resultou em elevação da inflação no atacado, em âmbito interno.



Assim, as matérias-primas, cotadas em dólares, pressionaram o IGP-M, que chegou a 1,34% em julho e poderá alcançar 1,43% em agosto, de acordo com projeções dos analistas econômicos. Também o IPCA-15 acumulado em 12 meses, que vinha em queda até o mês de junho, reverteu a sua tendência e pode alcançar 5,37% na inflação acumulada em 12 meses até agosto. Adiante, o comportamento do IPC das diversas economias mundiais.

Comportamento do Índice de Preços ao Consumidor

Discriminação	2011	2012 Previsão	2013 Previsão
Economias avançadas	2,7	1,9	1,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,1	6,2	5,6
<b>Brasil</b>	<b>6,6</b>	<b>5,2</b>	<b>5,0</b>

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011.

O comportamento do IPC preocupa as autoridades econômicas brasileiras porque influencia na administração da queda da taxa SELIC, uma iniciativa muito importante para que o País possa reduzir juros e priorizar o crescimento econômico de longo prazo. De fato, a taxa SELIC vem sendo submetida a quedas sucessivas, tendo alcançado o patamar de 7,5% em agosto de 2012 e, provavelmente, poderá ser reduzida novamente em 0,5% até o final do corrente ano. Com essa conquista significativa, houve uma pressão para que a queda nas taxas de juros chegue à ponta do consumidor, nos juros do cheque especial, do cartão de crédito, do crédito ao consumidor e do crédito dos automóveis.

A iniciativa da Caixa Federal e do Banco do Brasil em reduzir as taxas de juros gerou um impacto sobre as atividades dos intermediários financeiros do setor privado. Todavia, a obtenção dos resultados ainda está aquém do desejado pelas autoridades, e elas devem prosseguir na empreitada de aproveitar o contexto de crise externa e dos juros zerados no exterior para buscar um novo piso para os juros, que possa contribuir para a competitividade do produto brasileiro e que amenize a pressão sobre a renda do cidadão brasileiro. Ao mesmo tempo, é preciso continuar estimulando o crédito, por causa da fragilidade do desempenho da economia, com a atenção voltada para o monitoramento da inadimplência.



O câmbio é outro ponto que tem sido objeto de preocupação dos formuladores de política econômica. A discussão em torno do real fortalecido levou ao debate sobre a desindustrialização da economia brasileira. É importante lembrar que o Governo construiu a política industrial em cima de três eixos principais, quais sejam: o estímulo ao investimento e à inovação, o apoio ao comércio exterior e a defesa da indústria no mercado interno. No primeiro eixo, as medidas visaram à desoneração tributária, ao financiamento do investimento e da inovação, além de tratar de um marco legal da inovação. No segundo eixo, o Governo tratou de desonerar exportações, promover a defesa comercial, oferecer financiamento e garantia para as exportações e realizar a promoção comercial. No terceiro eixo, houve desoneração da folha de pagamento para calçados, confecções, artefatos, móveis e *softwares*, a constituição de um regime especial setorial automotivo, a regulamentação das compras governamentais e a harmonização de políticas de financiamento.

O agravamento da crise na Europa contribuiu para que os investidores se deslocassem para os títulos do Tesouro norte-americano, determinando um novo piso para o dólar e uma nova cotação do real. A indústria nacional foi beneficiada, mas a fragilidade dos parceiros comerciais do Brasil levou a uma queda de 13,6% nas exportações locais de junho de 2012 sobre junho de 2011. Paralelamente à diminuição das mercadorias enviadas para o exterior, houve também a volta do protecionismo naqueles países que estão sofrendo com mais força a mudança no ritmo de crescimento econômico. Em um ano, as exportações brasileiras cresceram 10,4%, e, na relação com o real, o dólar se valorizou em 30,0%.

Para finalizar, vale lembrar que a Presidenta Dilma Rousseff afirmou, no primeiro ano do seu Governo, que iria fatiar as reformas. E assim tem sido. A impossibilidade de levar adiante um conjunto de reformas quando há uma crise externa que se iniciou em 2007 e que não tem uma data para o seu término leva as autoridades de cada país a adotarem medidas pontuais e soluções imediatas. Tendo em vista as divergências entre as lideranças das economias avançadas, é difícil prever o fim da crise. Não há articulação política e muito menos convergência de políticas econômicas. Enfim, em um cenário com tamanhos obstáculos, a posição do Brasil é extremamente confortável: possui reservas internacionais expressivas, as taxas de desemprego caíram abruptamente, a renda da população melhorou significativamente e as próprias restrições que o Brasil enfrenta, como é o caso da infraestrutura, constituem-se em oportunidades de investimento para os quais o País sinaliza uma estratégia ousada e a consecução de grandes projetos.



### 1.3. O Desempenho da Economia Gaúcha

Segundo as estimativas da FEE, o PIB do Rio Grande do Sul, a preços constantes, cresceu 5,7%, em 2011, conforme a Tabela abaixo. O valor corrente alcançou R\$ 273.860 milhões. Já o PIB *per capita* atingiu R\$ 24.844, com variação de volume de 5,2%. O crescimento de 2011 foi menor que o de 2010, que havia sido de 7,8%. Isso porque a desaceleração por que passou a economia brasileira também atingiu a economia gaúcha.

Taxa de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2010-11(%)

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL
	2010	2011	2011
<b>Agropecuária</b>	<b>7,9</b>	<b>18,8</b>	<b>2,9</b>
<b>Indústria</b>	<b>9,6</b>	<b>2,5</b>	<b>2,0</b>
Extrativa mineral	10,2	4,8	2,6
Transformação	10,3	1,7	0,9
Construção Civil	7,6	5,9	3,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	7,4	3,6	3,8
<b>Serviços</b>	<b>7,0</b>	<b>5,2</b>	<b>2,9</b>
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,0	7,6	3,8
Transporte, armazenagem e correio	10,3	5,2	3,2
Administração, saúde e educação públicas	2,9	3,3	2,4
Demais serviços	5,9	4,9	-
<b>VAB</b>	<b>7,8</b>	<b>5,7</b>	<b>2,7</b>
<b>PIB</b>	<b>7,8</b>	<b>5,7</b>	<b>3,0</b>

Fonte: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais e BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de Inflação.

Nota: Os dados de 2011 são estimativas preliminares.





Os números do Índice Trimestral da Atividade Produtiva (ITAP)<sup>1</sup>, calculados até o 1º trimestre de 2011, revelam quedas seguidas nas taxas de crescimento – no acumulado em quatro trimestres – dos serviços e, principalmente, da indústria de transformação, conforme se pode visualizar na Tabela seguinte. Como era de se esperar, o menor crescimento dos setores industriais e de serviços do Brasil significou menor crescimento desses setores também no Rio Grande do Sul.

Do mesmo modo que no caso brasileiro, a expansão da produção industrial do Estado foi refreada pelo valor da taxa de câmbio e pelas condições econômicas mundiais, que desestimularam as exportações e estimularam as importações. Embora, com a transformação, tenha sido o subsetor da indústria o que mais desacelerou, de 10,3% para 1,7%, a extrativa mineral, a construção civil e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água também tiveram suas taxas reduzidas em 2011 na comparação com 2010. E, no caso dos serviços, as medidas nacionais de restrição de crédito e os aumentos das taxas de juros ao consumidor também impactaram negativamente a expansão do comércio estadual, principal a atividade dos serviços<sup>2</sup>. Além do comércio, também desaceleraram transporte, armazenagem e correio e demais serviços. A exceção foi a administração pública, que apresentou taxa de crescimento maior em 2011.

Taxas de crescimento do ITAP e de seus setores no Rio Grande do Sul, 2010-11

Discriminação	Agropecuária	Indústria	Serviços	ITAP
2010.IV semestre	6,4	11,6	7,5	8,4
2011.I semestre	16,5	7,3	7,0	8,1
2011.II semestre	12,5	5,3	6,9	7,1
2011.III semestre	12,6	3,1	5,6	5,6

Fonte: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais.

Os desempenhos da indústria e dos serviços foram bastante afetados pelas condições macroeconômicas. O mesmo não aconteceu com o da agropecuária, menos suscetível, pelo menos no curto prazo, a essas condições. O setor primário do Estado cresceu 18,8%, em 2011, taxa superior à do ano anterior, que havia sido de 7,9%. Ajudada pelos bons preços, que estimularam o crescimento da área plantada, e pelo clima adequado, que determinou o aumento da produtividade, a produção dos cinco principais grãos do Estado<sup>3</sup> cresceu 15,8%, em 2011. A queda na taxa de crescimento do PIB gaúcho só não foi maior, portanto, porque o crescimento da agropecuária foi bem superior à média dos outros setores, puxando, assim, a taxa para cima.

<sup>1</sup> O ITAP é calculado pela FEE e é um indicador que mensura o desempenho agregado da agropecuária, da indústria e dos serviços do Estado.

<sup>2</sup> A atividade do comércio representa 23,4% do setor de serviços do Rio Grande do Sul (dados de 2010).

<sup>3</sup> Os cinco principais grãos, de acordo com o valor de produção, são soja, arroz, milho, trigo e feijão.



O desempenho da agropecuária também explica porque o RS cresceu mais que o Brasil em 2011. O maior crescimento do Estado foi abrangente, sendo superior ao brasileiro nos três setores, agropecuária, indústria e serviços. Entretanto, é a diferença nas taxas do setor primário que, fundamentalmente, explica a não-congruência entre as taxas de variação do PIB do RS e do Brasil. Enquanto o desempenho regional da indústria e dos serviços está atrelado ao desempenho desses setores em nível nacional, o mesmo não acontece, pelo menos não com a mesma intensidade, com a agropecuária. As especificidades climáticas de cada região do País acabam por gerar desempenhos agrícolas díspares. Foi o que aconteceu na safra colhida em 2011. O clima para a agricultura foi melhor no RS, sendo decisivo para o desempenho superior do Estado no setor. Além do mais, o forte crescimento da agropecuária estimulou outras atividades produtivas, ligadas à indústria de transformação e aos serviços.

O comportamento das exportações do Rio Grande do Sul foi determinado pelas condições econômicas internas e externas. Em 2011, o Estado exportou R\$ 19,4 bilhões, mantendo o RS na quarta posição entre os maiores Estados exportadores, com participação de 7,6%, conforme se pode visualizar na tabela seguinte.

Valor, variação de valor, volume e preço das exportações do Brasil e de estados selecionados - 2010-2011

BRASIL E ESTADOS	2010		2011		VAR. PERCENTUAL		
	Valor (US\$ 1 000)	Participação Percentual	Valor (US\$ 1 000)	Participação Percentual	Valor	Volume	Preço
<b>Brasil</b>	<b>201.915.285</b>	<b>100,0</b>	<b>256.039.575</b>	<b>100,0</b>	<b>26,8</b>	<b>2,9</b>	<b>23,2</b>
São Paulo	52.293.089	25,9	59.909.005	23,4	14,6	-0,9	15,6
Minas Gerais	31.224.473	15,5	41.392.929	16,2	32,6	2,9	28,9
Rio de Janeiro	20.022.219	9,9	29.445.481	11,5	47,1	6,7	37,8
Rio Grande do Sul	15.382.446	7,6	19.427.095	7,6	26,3	9,6	15,2
Pará	12.835.420	6,4	18.336.599	7,2	42,9	14,3	25,0
Paraná	14.176.010	7,0	17.394.223	6,8	22,7	4,5	17,4
Espírito Santo	11.954.295	5,9	15.158.503	5,9	26,8	2,2	24,1
Mato Grosso	8.451.372	4,2	11.099.523	4,3	31,3	2,4	28,2
Bahia	8.886.017	4,4	11.016.293	4,3	24,0	0,9	22,9
Santa Catarina	7.582.027	3,8	9.051.047	3,5	19,4	8,2	10,4

Fonte de dados brutos: MDIC/SECEX.

O aumento de 26,3% no valor foi resultado dos crescimentos de 9,6% no volume e de 15,2% nos preços. Setorialmente, o destaque foi o aumento das exportações da agropecuária, consequência da safra recorde. As vendas



da indústria de transformação cresceram menos. Os problemas já relatados com a taxa de câmbio e com a demanda mundial explicam o desempenho. Por destino, houve aumento das exportações gaúchas para a China e queda para os Estados Unidos e União Europeia, refletindo o baixo crescimento dessas regiões. A China manteve a posição de maior comprador dos produtos gaúchos, aumentando sua participação para 17,4%, em 2011, conforme demonstra a Tabela adiante. É maior do que a soma das participações de Argentina e Estados Unidos, respectivamente o segundo e terceiro principais importadores do Estado.

Principais países de destino das exportações do Rio Grande do Sul - 2010-2011

<b>PAÍSES</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
China	15,6	17,4
Argentina	10,9	10,2
Estados Unidos	8,0	7,1
Países Baixos (Holanda)	3,9	3,6
Paraguai	4,0	3,2
Alemanha	3,0	2,8
Uruguai	2,2	2,5
Bélgica	3,7	2,5
Venezuela	1,6	2,3
França	1,1	2,2
Outros	46,0	46,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: MDIC/SECEX.

Em 2011, o mercado de trabalho teve um comportamento positivo. O desempenho da economia gaúcha impactou seus dois principais indicadores. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BR. 2012), o setor formal de todo o Estado criou 122.286 empregos no ano, saldo entre admissões e demissões, conforme se constata na Tabela a seguir. E, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a taxa de desemprego entre trabalhadores formais e informais na região caiu para 7,3%, em 2011, menor nível desde o primeiro dado anual da pesquisa, em 1993.



Taxa de desemprego na RMPA e criação de empregos formais no Rio Grande do Sul – 2009-11

<b>ANO</b>	<b>TAXA DE DESEMPREGO (%)</b>	<b>CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS</b>
2009	11,1	75.265
2010	8,7	180.732
2011	7,3	122.286

Fonte: PED-RMPA, CAGED – TEM.

Quanto aos desempenhos setoriais, a agropecuária representou, em 2010, 9,4% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia do RS, conforme consta na Tabela seguinte. As atividades ligadas à agricultura, silvicultura e reflorestamento possuíam participação de 6,3% no VAB, e a pecuária e pesca, de 3,1%. Em 2011, a agropecuária gaúcha cresceu 18,8%, taxa maior do que a do ano anterior (7,9%) e maior do que a estimada para o Brasil (2,9%). O destaque foi a agricultura. Da lista de produtos relevantes da lavoura, apenas banana e cana-de-açúcar tiveram queda de produção. Todos os outros apresentaram aumentos. Os maiores destaques foram arroz, soja, fumo e trigo.

Estrutura do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul – 2010

<b>SETORES</b>	<b>2010</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>9,4</b>
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	6,3
Pecuária e pesca	3,1
<b>Indústria</b>	<b>29,0</b>
Indústria extrativa mineral	0,2
Indústria de transformação	21,8
Construção Civil	4,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,4
<b>Serviços</b>	<b>61,6</b>
Comércio e serviços de manutenção e reparação	14,4
Serviços de alojamento e alimentação	1,7
Transportes, armazenagem e correio	4,6
Serviços de informação	2,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6,0
Serviços prestados às famílias e associativos	2,6
Serviços prestados às empresas	3,5
Atividades imobiliárias e aluguel	6,9
Administração, saúde e educação públicas	14,1
Saúde e educação mercantis	3,8
Serviços domésticos	1,2

Fonte: FEE, Centro de Informações Estatísticas, Núcleo de Contas Regionais.



A produção de arroz cresceu 30,1%, resultado tanto do aumento da área colhida (9,8%) quanto da produtividade (18,5%), conforme se verifica na Tabela seguinte. De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), duas pesquisas feitas pelo IBGE, a safra de arroz de 2011 teve a maior área colhida, a maior produtividade e a maior quantidade produzida desde o início da série, em 1990. A safra recorde se defrontou com um mercado doméstico limitado, refletido na queda dos preços internos. A saída encontrada foi direcionar parcela expressiva (41,7%) do aumento da produção para a exportação. Foram 1.272 mil toneladas em 2011, aumento de 210,5% sobre os embarques do ano anterior, ou seja, 14,2% da safra foram exportados, principalmente para países da África.

Área colhida, produção, produtividade e variações dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul - 2010-2011

PRODUTOS	2010			2011 (1)			VARIÇÃO %		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida	Produção	Produtividade
Arroz	1.066.127	6.875.077	6,45	1.170.109	8.942.000	7,64	9,8	30,1	18,5
Banana	12.260	121.451	9,91	12.215	89.401	7,32	-0,4	-26,4	-26,1
Batata inglesa	21.344	367.406	17,21	21.863	388.752	17,78	2,4	5,8	3,3
Cana-de-Açúcar	35.934	1.503.000	41,83	32.694	1.381.567	42,26	-9,0	-8,1	1,0
Cebola	11.130	180.186	16,19	11.308	225.137	19,91	1,6	24,9	23,0
Feijão	103.008	112.510	1,09	92.245	123.900	1,34	-10,4	10,1	23,0
Fumo	220.065	343.482	1,56	223.009	497.563	2,23	1,3	44,9	42,9
Laranja	27.764	371.209	13,37	27.688	391.818	14,15	-0,3	5,6	5,8
Maçã	16.293	537.507	32,99	17.124	634.400	37,05	5,1	18,0	12,3
Mandioca	81.602	1.303.655	15,98	80.408	1.305.009	16,23	-1,5	0,1	1,6
Milho	1.148.708	5.633.912	4,90	1.097.432	5.776.300	5,26	-4,5	2,5	7,3
Soja	4.013.616	10.480.026	2,61	4.084.240	11.621.300	2,85	1,8	10,9	9,0
Trigo	787.480	2.116.952	2,69	932.360	2.741.716	2,94	18,4	29,5	9,4
Uva	48.747	692.901	14,21	49.182	829.589	16,87	0,9	19,7	18,7

Fonte de dados brutos: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal 2010 e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez/2012.



Os mesmos recordes produtivos do arroz aconteceram com a soja. A produção de 2011 alcançou 11,6 milhões de toneladas, aumento de 10,9% sobre a safra anterior. A área colhida cresceu 1,8%, e a produtividade, 9,0%. Como em anos anteriores, a maior parcela do produto foi direcionada para o mercado externo. O peso das exportações da soja em grão foi de 5,9 milhões de toneladas em 2011, rendendo um valor de US\$ 2.959 milhões, conforme se pode analisar na Tabela a seguir. Isso significou um aumento de 65,4% no valor, resultado dos crescimentos do volume exportado (24,9%) e dos preços (32,4%). Somando-se às exportações do grão as de óleo e de farelo de soja, o volume exportado chegou a 10,5 milhões de toneladas, e o valor, a US\$ 4.713 milhões. Esse valor representou 24,3% de todas as exportações do Estado em 2011. O principal comprador dos produtos da soja gaúcha foi novamente a China, sendo responsável por 54,1% do valor embarcado.

Exportações, segundo os principais setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2010-2011

SETORES E PRODUTOS	2010		2011		VARIÇÃO (%)		
	Valor (US\$ 1 000)	Partic. %	Valor (US\$ 1 000)	Partic. %	Valor	Volume	Preço
<b>Agricultura, pecuária, silvic. e explor. florestal</b>	<b>2.064.870</b>	<b>13,4</b>	<b>3.633.635</b>	<b>18,7</b>	<b>76,0</b>	<b>38,0</b>	<b>27,6</b>
Soja em grão	1.789.183	86,6	2.959.083	81,4	65,4	24,9	32,4
Trigo	82.034	4,0	451.713	12,4	450,6	220,7	71,7
Demais produtos	193.652	9,4	222.839	6,1	15,1	...	...
<b>Indústria de transformação</b>	<b>13.093.726</b>	<b>85,1</b>	<b>15.570.663</b>	<b>80,1</b>	<b>18,9</b>	<b>5,7</b>	<b>12,5</b>
Produtos alimentícios e bebidas	3.851.053	29,4	4.940.344	31,7	28,3	10,6	15,9
Químicos	1.828.961	14,0	2.340.393	15,0	28,0	2,5	24,9
Fumo	1.793.494	13,7	1.879.359	12,1	4,8	11,6	-6,1
Máquinas e equipamentos	1.302.479	9,9	1.627.227	10,5	24,9	13,8	9,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	809.155	6,2	1.250.254	8,0	54,5	37,3	12,5
Couros e calçados	1.312.934	10,0	1.234.380	7,9	-6,0	-16,4	12,4
Borracha e plástico	281.791	2,2	347.187	2,2	23,2	4,5	17,9
Metal - exceto máquinas e equipamentos	299.767	2,3	344.236	2,2	14,8	1,5	13,1
Móveis e indústrias diversas	298.326	2,3	311.823	2,0	4,5	-5,5	10,6
Refino de petróleo	370.887	2,8	216.179	1,4	-41,7	-54,0	26,8
Demais subsetores	944.880	7,2	1.079.281	6,9	14,2	...	...
<b>Outros setores</b>	<b>223.850</b>	<b>1,5</b>	<b>222.797</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,5</b>	<b>...</b>	<b>...</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.382.446</b>	<b>100,0</b>	<b>19.427.095</b>	<b>100,0</b>	<b>26,3</b>	<b>9,6</b>	<b>15,2</b>

Fonte de dados brutos: MDIC/SECEX.



A produção de fumo cresceu 44,9%, decorrência do expressivo aumento da produtividade (42,9%). O rendimento médio foi a 2.231 kg/ha, maior nível desde o início da PAM, em 1990. A produção de trigo cresceu 29,5%. O principal determinante do aumento da quantidade foi o incremento da área. Foram 144,9 mil hectares a mais na safra de 2011, um aumento de 18,4% em relação a 2010. A produtividade cresceu 9,4% sobre uma base já alta.

Como resultado, o rendimento médio (2.941 kg por hectare) alcançou seu maior patamar desde o início da PAM, em 1990. Em razão dos bons preços internacionais (+71,7%), o volume das exportações saltou de 585,6 mil toneladas em 2010 para 1.517 mil toneladas em 2011. O valor passou a US\$ 451,7 milhões, crescimento de 450,6% em relação ao ano anterior. Além desses quatro produtos, também merece destaque, por sua relevância, o milho. A produção do cereal cresceu 2,5%. A redução da área colhida (-4,5%) foi mais que compensada pelo aumento de 7,4% na produtividade. A exemplo dos quatro produtos já analisados, o rendimento médio do milho também foi recorde, alcançando 5.263 kg por hectare em 2011.

Na análise, ficou claro o papel da produtividade no aumento da produção da lavoura do Estado. Não é coincidência que os rendimentos médios do arroz, da soja, do fumo, do trigo e do milho tenham atingido seus picos em 2011. Os recordes foram resultado das condições climáticas excepcionais durante as fases de plantio, desenvolvimento e colheita da safra 2010/11. O fato comprova, a partir de um ângulo diferente, a importância que o clima tem sobre o desempenho da agricultura gaúcha. Geralmente, eram as estiagens que mostravam isso. Em 2011, por outro lado, foram as condições ideais de chuva que expuseram o papel fundamental do clima.

A pecuária também apresentou resultados positivos em 2011. Destaque para o leite, que teve a produção aumentada em 7,3%, conforme Tabela abaixo. A produção de aves e suínos cresceu menos em 2011, enquanto a de bovinos teve seu crescimento acelerado. As exportações de carnes caíram 109,7 mil toneladas em relação a 2010. Mas, como os preços cresceram, o valor exportado aumentou 1,0%, alcançando o valor de US\$ 1.973 milhões.

Taxa de crescimento do valor da produção dos principais produtos de origem animal do RS — 2010-2011 (%)

<b>PRODUTOS</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Aves	5,0	3,4
Bovinos	0,7	2,3
Leite	6,9	7,3
Ovos	3,9	2,8
Suínos	7,2	3,3

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contas Regionais.

Nota: As informações referentes a 2011 são ainda estimativas preliminares.



O desempenho positivo da agropecuária refletiu-se no mercado de trabalho. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que, em 2011, foram criados 1.435 empregos novos no setor, conforme ilustrado na Tabela seguinte. Embora seja um número insignificante para atividades em que a regra é o trabalho informal, o dado serve para mostrar o comportamento do emprego.

A indústria participava, em 2010, com 29,0% do VAB do Estado. Dos quatro subsetores, o principal, com 21,8%, era a transformação, seguida, de longe, pela construção civil (4,8%), pela produção e distribuição de eletricidade, gás e água (2,4%) e pela extrativa mineral (0,2%). O setor cresceu 2,5% em 2011, desempenho inferior ao do ano anterior, quando havia crescido 9,6%. Em contrapartida, o crescimento gaúcho foi maior que o estimado para o Brasil, de 2,0%.

Saldo entre admissões e demissões total e por setores de atividade, no Rio Grande do Sul, 2010-11

SETORES	2010	2011 (1)
Agropecuária	1.823	1.435
Extrativa mineral	611	435
Indústria de transformação	56.466	21.411
Construção civil	18.099	11.530
Serviços industriais de utilidade pública	1.710	377
Serviços	57.989	54.562
Comércio	45.267	32.736
Administração pública	-74	-200
<b>TOTAL</b>	<b>181.891</b>	<b>122.286</b>

Fonte: MTE, Cadastro Geral de Desempregados.

Nota (1): 12 meses terminados em novembro de 2011.

A indústria de transformação gaúcha cresceu 1,7%, em 2011. Embora o crescimento do setor no Estado tenha acompanhado a desaceleração da indústria nacional, a expansão no Rio Grande do Sul foi maior que a da média da economia brasileira, que foi de 0,9%. O arrefecimento do crescimento foi bastante disseminado pelas várias atividades. Das 14 atividades sobre as quais o IBGE dispõe de dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM, 2012), 11 apresentaram redução nas taxas de variação de 2010 para 2011. Isso é apresentado na Tabela seguinte. As atividades ligadas à agropecuária, como alimentos e de fumo, apresentaram forte expansão, o que explica o desempenho dissonante da maioria.





Dentre as atividades, os impactos positivos mais expressivos vieram de máquinas e equipamentos, veículos automotores, alimentos e fumo. A indústria de máquinas e equipamentos<sup>4</sup> cresceu 8,7%. Embora seja uma taxa inferior à do ano anterior (28,4%), é o segundo maior crescimento de 2011 dentre as 14 atividades pesquisadas. O segmento foi bastante ajudado pelas exportações, que alcançaram o valor de US\$ 1.627 milhões, crescimento de 24,9% sobre o de 2010. O volume cresceu 13,8%, e os preços, 9,8%. Os produtos mais exportados foram tratores e máquinas agrícolas, para países da América do Sul, principalmente.

Taxa de crescimento da produção da indústria de transformação do RS, por atividade – 2010-2011 (%)

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (1)</b>
Alimentos	-0,9	4,8
Bebidas	5,0	-1,5
Borracha e plástico	3,2	-7,6
Calçados e artigos de couro	4,9	-5,1
Celulose, papel e produtos de papel	8,2	-4,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,5	1,0
Fumo	-10,9	15,5
Máquinas e equipamentos	28,4	8,7
Metalurgia básica	30,0	-8,1
Mobiliário	10,2	3,2
Outros produtos químicos	4,3	2,1
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	22,2	4,7
Refino de petróleo e álcool	-9,8	-3,5
Veículos automotores	24,7	3,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física.

Nota (1): Taxa acumulada até novembro.

<sup>4</sup> A atividade de máquinas e equipamentos inclui fabricação de motores, bombas, compressores, tratores e máquinas para a agropecuária e máquinas e equipamentos de uso geral.



A atividade de veículos automotores cresceu 3,2%, significando forte queda em relação ao crescimento de 2010, de 24,7%. O mercado interno para os produtos da atividade não teve um bom desempenho no ano. A produção de veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) cresceu apenas 0,7%, em 2011. A de automóveis, especificamente, teve queda de 1,9%. A venda dos carros produzidos no Rio Grande do Sul pela General Motors (GM) caiu 8,3%, para 200.148 unidades.

O fraco desempenho afetou também a produção de autopeças, maior segmento da atividade. Em compensação, as exportações cresceram. Em valor, o aumento foi de 54,5%, e, em volume, de 37,3%. Por segmento, o volume embarcado de autopeças cresceu 17,4%, e o de caminhões e ônibus, 73,4%. O grande destaque, entretanto, foi o aumento das vendas de automóveis, principalmente para a Argentina, que comprou 18.185 unidades em 2011, contra nenhuma no ano anterior. O valor total das exportações de automóveis atingiu US\$ 155,7 milhões. Em 2010, havia sido de tão somente US\$ 215,0 mil.

A indústria de alimentos cresceu 4,8%. Beneficiou-se do bom desempenho da agropecuária, pois parte de suas atividades consiste na industrialização dos produtos vindos do campo. Exemplos são o processamento das carnes, a industrialização do arroz e a transformação do grão de soja em óleo e farelo. O desempenho superior dos alimentos também se deu nas exportações. O valor cresceu 28,3%, amparado nos crescimentos do volume (10,6%) e dos preços (15,9%). A atividade do fumo foi a que apresentou a maior taxa de crescimento, 15,5%. Do mesmo modo que os alimentos, a indústria do fumo foi diretamente favorecida pelo aumento da safra. O volume das exportações acompanhou de perto a produção. Mas como os preços caíram, o valor das vendas externas cresceu apenas 4,8%.

Por outro lado, dentre as seis atividades que apontaram queda na produção, sobressaíram os recuos da metalurgia básica, do refino de petróleo e álcool e de calçados e artigos de couro. A produção física da indústria metalúrgica do Estado, em que se destaca a siderúrgica, caiu 8,1% em 2011. Parte da explicação se deve à elevada base do ano anterior, quando a atividade havia crescido 30,0%. Era esperado, portanto, uma desaceleração na taxa.

De resto, o ramo gaúcho acompanhou a queda (-0,4%) verificada no Brasil. O refino de petróleo caiu 3,5%. Foi a segunda redução anual seguida, já que também houve queda em 2010, de 9,8%. O volume exportado caiu 54,0%, e o valor, 41,7%. A atividade calçadista teve redução de 5,1% em sua produção física, em 2011. Bastante dependente do mercado externo, seu desempenho esteve atrelado às exportações, que diminuíram 16,4%, em volume, e 6,0%, em valor.

---

<sup>5</sup> A atividade de veículos automotores compreende a fabricação de automóveis, caminhões, ônibus, carrocerias, reboques e autopeças.



A indústria extrativa mineral cresceu 4,8% em 2011, menos que no ano anterior. Do mesmo modo, a produção e distribuição de eletricidade, gás e água também foi desacelerada na passagem de 2010 para 2011, diminuindo o crescimento de 7,4% para 3,6%, respectivamente. Dos quatro subsetores da indústria, o que desaqueceu menos foi o da construção civil. Em 2010, a expansão havia sido de 7,6%, e, em 2011, atingiu 5,9%. Embora mostrando sinais de desaquecimento, o crescimento do crédito garantiu ainda um bom desempenho à atividade.

Acompanhando a redução do ritmo de crescimento da produção física, a criação de empregos na indústria também diminuiu em 2011. Foram criadas 33.753 vagas ao longo do ano, contra 76.866 do ano anterior. A maior queda absoluta ocorreu na indústria de transformação, que passou de 56.466 vagas criadas em 2010 para 21.411 em 2011.

O setor de serviços participava, de acordo com os dados de 2010, com 61,6% do VAB do Estado. As atividades mais importantes eram o comércio (14,4%) e a administração pública (14,1%). Nessa primeira estimativa feita pela FEE para as contas da economia gaúcha, a abertura dos serviços contempla apenas o comércio, os transportes e a administração pública. As outras atividades estão agrupadas em demais serviços. Em 2011, o setor de serviços cresceu 5,2%.

A Tabela seguinte mostra a taxa de crescimento das atividades ligadas ao comércio.

Taxas de crescimento das atividades do comércio no Rio Grande do Sul, 2010-11(%)

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2010</b>	<b>2011 (1)</b>
Combustíveis e lubrificantes	7,0	6,8
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,9	1,7
Tecidos, vestuário e calçados	12,9	9,2
Móveis e eletrodomésticos	16,9	16,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfum. e cosméticos	15,5	11,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,5	-3,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	23,9	7,9
Outros artigos de uso pessoal e domésticos	6,2	3,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	13,5	4,7
Material de construção	35,0	22,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio

(1) Taxa acumulada em 12 meses até novembro.



O comércio cresceu 7,6%, taxa menor que a do ano anterior (12,0%). A desaceleração do crescimento estendeu-se a todos os segmentos pesquisados pelo IBGE através da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC, 2012). Os destaques positivos foram materiais de construção (22,8%), móveis e eletrodomésticos (16,1%) e artigos farmacêuticos e de perfumaria (11,4%). Apenas um segmento apresentou taxa negativa, o de livros, jornais, revistas e papelaria (-3,6%). E as maiores reduções de taxas de crescimento foram registradas em hipermercados e produtos alimentícios (de 7,9% em 2010 para 1,7% em 2011), equipamentos de informática (de 23,9% para 7,9%) e veículos e peças (de 13,5% para 4,7%).

Embora a taxa geral do comércio tenha sido menor em 2011, ainda assim é bastante positiva. Para tanto, contribuíram o aumento da renda e do crédito. Segundo dados da PED-RMPA, a massa dos rendimentos reais dos ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre cresceu 5,0%, resultado do aumento do número de trabalhadores com emprego (3,0%) e do incremento do rendimento médio real (1,9%).

Já o crédito para pessoa física, de acordo com o Banco Central, cresceu 20,4% em 2011 (até novembro), alcançando um saldo de R\$ 58.038 milhões em empréstimos, no Rio Grande do Sul. O emprego formal no comércio também cresceu, embora menos que no ano anterior. Em 2011, foram criadas 32.736 vagas no segmento.

O segmento de transportes, armazenagem e correio apresentou taxa de crescimento de 5,2%, impulsionado pela demanda por armazenamento e carga de parte do setor agrícola. A administração pública cresceu 3,3%, e os demais serviços, 4,9%. Nos serviços de modo geral, o incremento no emprego formal foi de 54.562 vagas, e, na administração pública, houve redução líquida de 200 empregos.

Por fim, em 2010, as taxas de crescimento das economias brasileira e gaúcha ficaram muito próximas, 7,5% e 7,8%, respectivamente. Em 2011, ocorreu um processo de desaceleração do crescimento, que atingiu tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul. Entretanto, nesse ano, as taxas se diferenciaram mais. O Brasil cresceu 3,0%, e o Estado, 5,7%. A diferença fundamental foi que, em 2011, a agropecuária gaúcha cresceu mais do que a média do PIB estadual e mais que a agropecuária brasileira. A safra recorde impulsionou não somente a produção no Setor Primário, mas também os ramos fornecedores de insumos e máquinas, os de processamento das matérias-primas vindas da agropecuária e o comércio de forma geral.

O resultado disso foi uma desaceleração menos intensa na economia gaúcha, determinando uma taxa de crescimento superior à média nacional. Confirmou-se a máxima de que, quando a agropecuária do Estado cresce acima do PIB estadual, a economia do RS cresce mais que a do Brasil.

## **2 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **2.1. O Quadro Geral das Finanças Públicas**

As finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentam um quadro de relativa estabilidade. Em 2011, mesmo com o bom momento econômico (o PIB brasileiro cresceu 2,7% e o PIB gaúcho cresceu 5,7%) e com os resultados positivos obtidos pela gestão sobre a receita e a despesa, é possível identificar também a persistência de certas dificuldades estruturais. Neste ano, ligou-se o sinal de alerta após o recrudescimento da crise da Zona Euro, a desaceleração da economia brasileira e a frustração de safra no Estado.

Por exemplo, devido aos elevados gastos com as atuais aposentadorias e pensões, o caixa do Tesouro terá que suportar, em 2012, R\$ 5,5 bilhões de déficit previdenciário, muito próximo de um quarto de toda a Receita Corrente Líquida. Atualmente, aportam-se em torno de 70% da Receita Corrente Líquida para o grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

Outro importante fator de engessamento fiscal das finanças é a imposição onerosa do termo da dívida estadual contratualizada junto à União, através da Lei Federal nº 9.996/97. A atualização do estoque, pelo IPG-DI mais 6% ao ano, cria sistematicamente resíduo, fazendo com que o montante da dívida cresça em proporções geométricas, visto que o percentual de 13% da Receita Líquida Real não é suficiente para amortizar o principal.

A situação fiscal do Rio Grande do Sul agravou-se no final da década de 90, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos Estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através do endividamento mobiliário pela emissão de títulos públicos, da inflação e da venda de bens, e impôs um austero regime de ajustamento orçamentário.

Esse regime foi marcado não somente pela tentativa de adequação do financiamento ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal havia de ser perseguido, mas a própria reconfiguração do espectro das políticas públicas. E a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, forçou os gestores públicos a severas restrições de gastos em áreas estratégicas.



O desenvolvimento desse processo, em certa medida, foi contraposto: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera pública estadual, tais como a saúde, a educação e a segurança pública, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de realocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que buscam otimizar a alocação de recursos e administrar, no tempo, o fluxo de caixa.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir dessa data, a gestão fiscal apresentou um ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de dispêndio, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou a deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, tudo isso sem alcançar uma posição fiscal sustentável.

Entre os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal está a busca por novas fontes de financiamento, que vão desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, passando pela contratação de operações de crédito para investimento, até o reforço de arrecadação, através da permanente qualificação do Fisco.

O objetivo é resgatar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza no âmbito estadual haverá condições de consolidar um novo patamar de financiamento que minimize o processo de abrandamento da escassez de recursos públicos estaduais do cotidiano da gestão financeira.

Não há soluções fáceis para contornar os problemas estruturais do Estado. As contas públicas estão engessadas de tal forma que as despesas fixadas comprometem a totalidade das receitas arrecadadas. É necessário, então, buscar insistentemente o crescimento da economia gaúcha, incorporando um alto padrão de dinamismo e sustentabilidade duradoura, alternativa sem a qual não se podem imaginar as melhorias necessárias nos instrumentos de políticas públicas.



## **2.2. O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo**

Para fazer frente às crescentes demandas das famílias gaúchas, principalmente nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura, o Estado necessita de permanente financiamento, visto que as necessidades são ilimitadas, contudo os recursos são escassos.

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentam déficits fiscais sucessivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Com votação ao final de 2004, de lei com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, parcelamento dos salários dos servidores e de empréstimos para o pagamento do 13º salário de parte dos servidores do Poder Executivo. Os últimos governos utilizaram de saques do caixa único e dos depósitos judiciais para cobrir as despesas mais prementes de pessoal e custeio. Apesar do uso desse conjunto de fontes de financiamento, não se conseguiu estancar a gradativa diminuição da capacidade de investimento do Estado.

Ressalva-se o fato de que, com a securitização da dívida junto à União (final dos anos 90) e com a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Social (início dos anos 2000), o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos nem contratar novas operações de crédito. Assim, com o fim de outros recursos extraordinários, por exemplo, inflação, venda de ativos e aumento de impostos, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, como os precatórios, RPVs, saques do caixa único e depósitos judiciais.



### 2.3. A Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário

O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, em tese, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida. As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e com a concessão de empréstimos.

Pode-se conceituar **resultado orçamentário** como a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as receitas forem maiores que as despesas, o resultado orçamentário é superavitário.

Na Tabela a seguir são apresentados os resultados primário e orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre os anos de 1971 e 2011, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados negativos, tanto do primário como do orçamentário. Com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir do início de 2000, as contas sofreram forte regime de ajustamento fiscal.

Convém salientar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é referente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do balanço anual, publicado pela Contadoria-Geral do Estado.

O resultado primário menor que o resultado orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens para a cobertura de despesas de pessoal e de custeio.





Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB/RS	Resultado Orçamentário sobre PIB/RS	Receita Total sobre PIB/RS	Despesa Total sobre PIB/RS
1971	-46.678.076	-144.665.536	(0,06%)	(0,19%)	9,66	9,85
1972	-301.563.380	-263.349.579	(0,36%)	(0,32%)	9,65	9,97
1973	-566.235.504	-490.146.284	(0,50%)	(0,44%)	8,71	9,14
1974	-1.068.930.919	-426.611.756	(0,86%)	(0,34%)	8,59	8,93
1975	-1.398.403.751	-724.563.279	(1,02%)	(0,53%)	9,40	9,93
1976	-1.596.167.223	-1.578.610.710	(1,05%)	(1,04%)	7,83	8,88
1977	-29.941.916	-563.845.231	(0,02%)	(0,35%)	7,81	8,16
1978	-688.838.246	266.475.776	(0,41%)	0,16%	8,58	8,42
1979	-1.143.755.361	-480.854.245	(0,65%)	(0,27%)	8,13	8,40
1980	-673.303.326	-566.355.686	(0,35%)	(0,30%)	7,75	8,05
1981	-1.452.931.325	-594.476.041	(0,82%)	(0,34%)	9,12	9,46
1982	-1.946.957.972	-1.524.017.258	(1,12%)	(0,87%)	10,70	11,58
1983	-1.854.591.572	-5.972.044.429	(0,98%)	(3,17%)	7,91	11,08
1984	-1.465.730.960	-2.562.311.819	(0,78%)	(1,36%)	8,82	10,19
1985	-2.452.630.747	-9.945.997.835	(1,25%)	(5,09%)	9,89	14,98
1986	-1.770.513.211	-2.912.481.152	(0,85%)	(1,40%)	11,13	12,53
1987	-966.795.565	-1.064.423.528	(0,43%)	(0,48%)	10,96	11,43
1988	-1.499.800.185	-844.118.918	(0,59%)	(0,33%)	9,56	9,89
1989	-4.471.748.480	371.358.737	(1,40%)	0,12%	9,79	9,68
1990	-3.739.824.037	-1.199.703.487	(1,71%)	(0,55%)	12,35	12,90
1991	-465.411.349	-457.171.531	(0,23%)	(0,22%)	10,34	10,57
1992	-4.868.321.450	-1.140.022.996	(1,94%)	(0,45%)	11,52	11,97
1993	-3.590.171.212	-501.139.031	(1,12%)	(0,16%)	11,23	11,39
1994	-949.730.729	-851.943.309	(0,38%)	(0,34%)	11,94	12,28
1995	-736.872.614	-1.699.722.882	(0,36%)	(0,82%)	11,39	12,22
1996	-2.415.206.146	-95.820.713	(1,10%)	(0,04%)	13,29	13,33
1997	-1.652.707.463	1.805.890.635	(0,74%)	0,81%	14,76	13,94
1998	-4.307.749.985	1.159.707.288	(1,98%)	0,53%	18,79	18,26
1999	-1.138.125.271	-2.296.719.687	(0,54%)	(1,10%)	10,72	11,81
2000	-1.028.361.818	-1.515.021.939	(0,49%)	(0,73%)	11,26	11,99
2001	-651.697.118	-1.497.016.461	(0,31%)	(0,77%)	11,39	12,16
2002	-126.068.444	-742.376.274	(0,06%)	(0,36%)	11,60	11,96
2003	-157.951.334	-606.554.477	(0,08%)	(0,31%)	11,12	11,42
2004	52.190.752	-1.334.114.364	0,03%	(0,67%)	10,50	11,17
2005	782.754.139	-1.256.426.617	0,40%	(0,64%)	11,55	12,19
2006	611.434.201	-1.209.963.101	0,29%	(0,57%)	11,54	12,12
2007	1.221.646.475	797.772.469	0,54%	0,35%	11,41	11,05
2008	2.475.882.920	509.561.394	1,08%	0,22%	11,81	11,61
2009	1.858.027.301	11.863.742	0,88%	0,01%	10,98	10,98
2010	1.722.616.184	-170.058.882	0,69%	(0,07%)	11,73	11,79
2011	1.454.147.381	-487.604.284	0,53%	(0,18%)	10,81	10,99

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e FEE/RS.

Nota 1: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de 2011. Em 2011, os resultados primário e orçamentário estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: A partir de 1985, utilizou-se nova série do PIB.

Nota 3: As receitas e as despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem a dupla contagem intraorçamentária.

Nota 4: Os PIBs de 2010 e 2011 são preliminares da FEE/RS, podendo sofrer alterações.



**2.4. Os Principais Agregados da Receita Pública**

A Tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003 até 2011, atualizada pelo IGP-DI. Ressalva-se que se excluíram as receitas intraorçamentárias, visto que são dupla contagem contábil.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>22.656</b>	<b>21.673</b>	<b>24.038</b>	<b>25.461</b>	<b>25.635</b>	<b>27.320</b>	<b>28.265</b>	<b>31.450</b>	<b>30.751</b>
Receita Tributária	17.051	16.897	18.443	19.366	19.427	20.995	21.534	24.437	23.984
ICMS Tributo	14.534	14.448	15.910	16.555	16.364	17.838	17.767	19.734	20.032
IPVA Tributo	1.016	926	993	1.100	1.186	1.251	1.778	1.673	1.720
Receita de Contribuições	1.183	1.337	1.370	1.450	1.524	1.435	1.541	1.587	1.734
Receita Patrimonial	573	299	376	559	425	653	810	677	649
Receita Agropecuária	1	1	1	1	1	1	1	4	1
Receita Industrial	5	9	4	3	1	1	0	0	1
Receita de Serviços	275	253	252	236	243	257	274	265	256
Transferências Correntes	4.060	4.473	4.846	5.364	5.668	6.203	6.370	6.818	6.781
Cota Parte Fundo Participação dos Estados	865	873	1.029	1.120	1.234	1.359	1.285	1.310	1.490
Fundo da Educação	1.636	1.555	1.713	1.704	2.019	2.616	2.913	3.103	3.116
Cota-Parte do IPI Exportação	495	479	513	540	533	530	404	501	508
Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação	543	473	493	426	368	387	339	298	271
Outras Receitas Correntes	2.067	896	880	649	782	728	1.014	1.331	1.054
Deduções da Receita Corrente	(2.559)	(2.493)	(2.134)	(2.167)	(2.435)	(2.954)	(3.278)	(3.670)	(3.710)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>725</b>	<b>675</b>	<b>272</b>	<b>480</b>	<b>1.868</b>	<b>1.562</b>	<b>289</b>	<b>1.187</b>	<b>392</b>
Operações de Crédito	475	355	185	43	-	1.419	(0)	896	258
Alienação de Bens	221	262	43	326	1.778	5	37	5	5
Amortização Empréstimos	8	16	18	75	47	30	20	39	40
Demais Receitas de Capital	20	42	26	36	44	107	231	247	89
<b>Total Geral</b>	<b>23.380</b>	<b>22.348</b>	<b>24.310</b>	<b>25.941</b>	<b>27.504</b>	<b>28.881</b>	<b>28.554</b>	<b>32.637</b>	<b>31.143</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



As receitas correntes passaram de R\$ 22,7 bilhões, em 2003, para 30,8 bilhões, em 2011, um crescimento real pelo IGP-DI, de R\$ 8,1 bilhões, aumento de 35,7%. No período, o ICMS Tributo cresceu 37,8%, o IPVA 69,3%. As receitas tributárias são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Observa-se que, em relação ao grupo das receitas tributárias, em 2011, o ICMS representou 83,5% do total arrecadado.

Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da LCF 101/2000 (LRF), que impossibilitaram ao Estado novas contratações por mais de uma década. Em 2008 e em 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a estrita finalidade de trocar o perfil de parte da dívida extralimite. A partir de 2011, o Estado voltou a contratar operações de empréstimos, para fins de troca de perfil de dívida extralimite, como também para investimento e custeio nas áreas de saúde, educação e infraestrutura.

#### 2.4.1. O ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital, pois se houver uma frustração de arrecadação, as finanças do Estado ficariam seriamente comprometidas. O ICMS é basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do pleno emprego e da renda das famílias. A arrecadação do ICMS está diretamente ligada à confiança da economia doméstica. Caso o consumidor esteja seguro do seu emprego, vai comprar mais quantidade com maior qualidade. O tributo concentra-se nos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros.

Pode-se dizer que não há uma relação direta entre a arrecadação do ICMS e o Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, em época de bom crescimento econômico coincide com boa arrecadação. Diversas são as variáveis que impactam na arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada e a inflação presente, principalmente o IGP-M e o IGP-DI; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e dos *commodities* agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de desemprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) o tempo e o clima; (xiii) as imunidades tributárias; (xiv) as desonerações estaduais e federais; e (xv) a sonegação fiscal.



A combinação favorável de algumas das variáveis acima identificadas faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em maior ou menor grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade de consumo das famílias, mas também a inflação presente e passada embutida nos preços de produtos e serviços. No intuito de demonstrar a origem da arrecadação do ICMS, a Tabela adiante mostra qual foi o desempenho de cada setor econômico, no ano de 2011.

ICMS Total Arrecadado por Setor Econômico – 2011

Setores Econômicos	Total Arrecadado de ICMS – em R\$ mil	% ICMS por Setor Econômico
<b>Setor Primário</b>	<b>86.371</b>	<b>0,4</b>
<b>Setor Secundário</b>	<b>6.789.964</b>	<b>34,8</b>
<b>Setor Terciário</b>	<b>6.349.895</b>	<b>32,6</b>
Comércio Atacadista	2.293.099	11,8
Comércio Varejista	2.102.404	10,8
Serviços de Transporte	164.980	0,8
Serviços de Comunicação	1.789.412	9,2
<b>Energia Elétrica</b>	<b>1.877.010</b>	<b>9,6</b>
Setor Secundário	71.758	0,4
Setor Terciário	1.805.252	9,3
<b>Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes</b>	<b>3.419.713</b>	<b>17,5</b>
Setor Secundário	114.000	0,6
Setor Terciário	3.305.713	16,9
<b>Dívida Ativa</b>	<b>341.303</b>	<b>1,8</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>638.670</b>	<b>3,3</b>
<b>Total Geral</b>	<b>19.502.926</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: Site do CONFAZ.

Analisando-se a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), no período de 1997 a 2011, na Tabela apresentada a seguir, verifica-se um crescimento nominal de 386,8%, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 19.502,9 milhões, em 2011. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 49,5%. Na comparação de 2011 com 2010, o crescimento nominal do ICMS foi de 9,0% e, pelo IGP-DI, de 0,4%.

A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, chegou a 7,9%, em 2005, e a 7,1% do PIB, em 2011. A média do período, entre 1997 e 2011, é de 7,0%.



Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre o ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
1997	4.006,7	-	13.723,9	-	5,8
1998	4.228,2	5,5	13.936,8	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,2	13.785,9	-1,1	6,2
2000	5.646,8	21,2	14.682,0	6,5	6,6
2001	6.706,4	18,8	15.808,5	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	15.409,7	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	15.200,3	-1,4	7,2
2004	9.637,9	7,2	14.876,9	-2,1	7,0
2005	11.258,8	16,8	16.434,0	10,5	7,9
2006	11.701,1	3,9	16.784,2	2,1	7,5
2007	12.239,8	4,6	16.695,8	-0,5	6,9
2008	14.825,1	21,1	18.193,3	9,0	7,4
2009	15.086,7	1,8	18.193,7	0,0	7,0
2010	17.893,3	18,6	20.425,8	12,3	7,3
2011	19.502,9	9,0	20.516,4	0,4	7,1
<b>% 2010/1997</b>	<b>386,8%</b>		<b>49,5%</b>		

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: Os PIBs de 2010 e de 2011 são estimativas preliminares da FEE/RS, podendo sofrer alterações.

Os anos de 2005 e 2010 registraram os maiores aumentos reais de arrecadação de ICMS. O grande salto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Naquele ano, o PIB do Rio Grande do Sul teve queda de 2,8%, pelo efeito da forte estiagem que assolou o campo e o agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%. Em 2010, o crescimento foi motivado pela recuperação econômica do País, após a grave crise internacional ocorrida no final de 2008 e em 2009.

Comparativamente a outros estados brasileiros, o RS mantém-se na 4ª posição quanto à arrecadação nominal do ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A posição cai para 18ª colocação, se for considerada a participação percentual do ICMS Tributo sobre o PIB estadual (dados de 2009). As razões para que o Estado detenha baixa participação de ICMS em relação ao PIB, podem ser atribuídas a diversos fatores, tais como: (i) o perfil agroindustrial da economia gaúcha, em cujos produtos incidem menores alíquotas; (ii) a natureza exportadora, cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária pela Lei Kandir; (iii) a guerra fiscal e as diferenças na magnitude de alíquotas entre os estados; e (iv) a crescente participação do setor de Serviços, não abrangido pela base tributária do ICMS.



#### ***2.4.2. As Transferências Constitucionais da União ao Estado***

No domínio tributário, no decorrer dos anos as relações federativas encontram-se submetidas a profundas distorções, devido ao incremento da carga fiscal concentrar-se na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais, entre outras, CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL, não repartidas com os demais entes federativos. A partir de 2004, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com os Estados. Atualmente, 29% da arrecadação da CIDE vão para os estados, sendo um quarto desse valor transferido aos municípios. Contudo, já em meados de 2012, o Governo Federal zerou a CIDE. Isso aconteceu porque a União não repassou, por duas oportunidades, o aumento do preço dos combustíveis da Petrobras ao consumidor final.

Outro ponto a ser destacado é o fato de o Governo Federal praticar políticas anticíclicas para promover o consumo interno, através da diminuição da carga tributária ao sistema produtivo industrial, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os setores de automóveis e das linhas brancas e mobiliárias. Por conta disso, reduzem-se significativamente os repasses constitucionais aos Estados e aos Municípios.

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação, Compensação Financeira pelas perdas da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Entre os anos 2000 e 2011, houve uma variação negativa de 4,2% da RCL. Em 2000, as transferências da União ao Estado representavam o equivalente a 14,0% da RCL e, em 2011, essa participação recuou para 9,8% da RCL. A perda de 2011 em relação a 2000, caso as transferências tivessem o mesmo percentual em relação à RCL, é da ordem de R\$ 921 milhões (RCL de 2011 é de R\$ 21.928 milhões x 4,2% = R\$ 921 milhões).



Transferências legais da União ao RS – Em valores nominais – R\$ 1.000,00

<b>Especificação</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
COTA-PARTE DO FPE	337	397	492	511	564	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415
COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO	300	318	311	293	310	352	377	392	432	335	440	483
LEI KANDIR (LCF 87/96)	291	270	298	320	256	256	147	147	147	147	147	147
AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	51	82	153	122	174	134	118	112
<b>TOTAL</b>	<b>929</b>	<b>985</b>	<b>1.101</b>	<b>1.124</b>	<b>1.181</b>	<b>1.395</b>	<b>1.457</b>	<b>1.565</b>	<b>1.858</b>	<b>1.681</b>	<b>1.853</b>	<b>2.157</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.658	7.715	8.415	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928
<b>% TRANSFERÊNCIA UNIÃO / RCL</b>	<b>14,0</b>	<b>12,8</b>	<b>13,1</b>	<b>11,6</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>9,7</b>	<b>9,1</b>	<b>9,8</b>

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: Os PIBs de 2010 e 2011, divulgados pela FEE/RS, são preliminares, podendo sofrer alterações.

A próxima Tabela mostra o percentual da carga tributária bruta total, em relação ao PIB, por esfera de Governo, entre 1991 e 2009. Denota-se que, em 1991, a União detinha uma carga tributária de 15,8% do PIB, a qual saltou para 23,4%, em 2009. Os Estados passaram de 6,9% do PIB, em 1991, para 8,6%, em 2009. Os Municípios detinham uma participação da carga tributária de 1,1% do PIB, em 1991, a qual passou para 1,5% em 2009. Assim, no período, a União cresceu 7,6 pontos percentuais sobre o PIB; os Estados, 1,7 ponto percentual sobre o PIB; e os Municípios, 0,4 ponto percentual sobre o PIB.

Demonstrativo da evolução da carga tributária total sobre o PIB – em %

<b>Ente Federativo</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
União	15,8	16,9	18,4	20,5	18,1	17,6	18,0	18,9	19,9	20,5	21,3	22,2	21,6	22,2	23,4	23,3	23,9	24,1	23,4
Estados	6,9	7,1	6,4	8,0	7,6	7,6	7,3	7,3	7,4	8,0	8,3	8,4	8,4	8,6	8,7	8,6	8,5	8,8	8,6
Municípios	1,1	1,0	0,8	1,0	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4	1,6	1,5	1,5
<b>Carga Tributária Total sobre o PIB</b>	<b>23,8</b>	<b>25,0</b>	<b>25,6</b>	<b>29,5</b>	<b>27,0</b>	<b>26,5</b>	<b>26,7</b>	<b>27,6</b>	<b>28,7</b>	<b>29,9</b>	<b>31,0</b>	<b>32,0</b>	<b>31,4</b>	<b>32,2</b>	<b>33,4</b>	<b>33,3</b>	<b>34,0</b>	<b>34,4</b>	<b>33,5</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.



A Tabela seguinte traz os percentuais de arrecadação de tributos em cada esfera de Governo. Em 1991, a União arrecadou 66,4% da totalidade dos tributos e, em 2009, esse percentual cresceu para 69,9%. Já os Estados, que em 1999 detinham 29,0%, tiveram sua arrecadação diminuída para 25,7%, em 2009. Os Municípios permaneceram estáveis.

Demonstrativo do percentual de arrecadação por esfera de Governo

Ente Federativo	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União	66,4	67,6	71,9	69,5	67,0	66,4	67,4	68,5	69,3	68,6	68,7	69,4	68,8	68,9	70,1	70,0	70,3	70,1	69,9
Estados	29,0	28,4	25,0	27,1	28,1	28,7	27,3	26,4	25,8	26,8	26,8	26,3	26,8	26,7	26,0	25,8	25,0	25,6	25,7
Municípios	4,6	4,0	3,1	3,4	4,8	4,9	5,2	5,1	4,9	4,7	4,5	4,4	4,5	4,3	3,9	4,2	4,7	4,4	4,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil.

A solução para as distorções do sistema tributário brasileiro passa, necessariamente, pela aprovação, no Congresso Nacional, de uma ampla reforma tributária, que simplifique o sistema de arrecadação fiscal, preservando o patamar de arrecadação dos entes federados. Passa, ainda, pelo fim da guerra fiscal entre os estados e pela desoneração de setores produtivos da economia brasileira. Por fim, pela necessidade de um novo pacto federativo, em que os tributos tenham maior destinação na origem, local em que se concentram as necessidades da população.

#### 2.4.3. Considerações Finais

O Estado está continuamente despendendo esforços para melhorar sua função arrecadadora, através dos órgãos fazendários, tendo à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, fortes aliadas para diminuir o risco da sonegação fiscal. O uso da "Nota Fiscal Eletrônica", por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira de controle setorial do ICMS é a "Substituição Tributária", a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido nas operações ou prestações de serviços é atribuída, normalmente, ao primeiro contribuinte da cadeia, que tem a obrigação de recolher o tributo devido.





Outro esforço é o Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico. Em suma, as ações do Governo do Estado buscam permanentemente uma melhor arrecadação tributária. Em face da escassez de recursos para fazer frente às necessidades ilimitadas da população, necessário o esforço pela máxima *performance* dos órgãos de arrecadação. Tão importante quanto racionalizar o gasto e apropriá-lo da maneira mais eficaz é empreender esforços por uma melhor receita pública.

## **2.5. Os Grandes Agregados da Despesa Pública**

Para uma descrição mais aprofundada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

Com o objetivo de facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, conforme se demonstra na Tabela a seguir.

### Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

---

#### **Receitas Correntes Totais**

- (-) Transferências Legais e Constitucionais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o plano de previdência do servidor
- (-) Compensação financeira entre regimes de previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos servidores

---

#### **Receita Corrente Líquida**

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

Adiante, apresenta-se Tabela na qual são transcritos do balanço do Estado os valores da Receita Corrente Líquida (RCL), calculados de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/2000. No período entre 2000 e 2011, a RCL cresceu, em média, 11,5% nominais.



Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Corrente Líquida	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
<b>Crescimento nominal (%)</b>	-	<b>15,9</b>	<b>9,1</b>	<b>14,8</b>	<b>11,1</b>	<b>15,0</b>	<b>7,8</b>	<b>5,1</b>	<b>19,1</b>	<b>4,4</b>	<b>16,7</b>	<b>8,0</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

A Tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2000, em valores nominais. Ressalva-se que no demonstrativo são expurgadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. Nota-se que, entre 2000 e 2011, o grupo da despesa cresceu nominalmente R\$ 14,9 bilhões, um aumento de mais de 175%.

Despesas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões

Especificação das Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal e Encargos Sociais	5.036.735	5.683.377	6.649.727	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	6.725.821	7.616.664	8.426.288
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382
<b>Pessoal e Encargos Sociais Ajustados</b>	<b>5.036.735</b>	<b>5.683.377</b>	<b>6.649.727</b>	<b>7.496.237</b>	<b>7.831.123</b>	<b>8.541.618</b>	<b>9.557.429</b>	<b>10.157.236</b>	<b>11.001.318</b>	<b>12.048.673</b>	<b>13.582.539</b>	<b>15.133.670</b>
Outras Despesas Correntes	3.493.271	4.162.872	4.305.609	4.535.205	5.442.807	6.703.568	7.004.211	7.136.232	8.327.563	14.173.851	16.271.681	18.069.365
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	1.726.917	2.082.285	2.250.188	2.355.955	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425	5.867.269
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382
(-) Gestão Plena do SUS	0	0	0	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219	824.646
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.766.354</b>	<b>2.080.587</b>	<b>2.055.421</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>	<b>4.670.068</b>
Serviço da Dívida	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751	2.504.159
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	0	0	0	0	0	1.192.010	0	786.825	0
<b>Serviço da Dívida Ajustado</b>	<b>853.201</b>	<b>973.717</b>	<b>1.218.958</b>	<b>1.423.762</b>	<b>1.459.007</b>	<b>1.714.304</b>	<b>1.775.460</b>	<b>1.830.379</b>	<b>1.990.574</b>	<b>2.112.321</b>	<b>2.168.926</b>	<b>2.504.159</b>
<b>Investimentos Amplos</b>	<b>822.901</b>	<b>621.956</b>	<b>445.344</b>	<b>772.194</b>	<b>658.227</b>	<b>615.367</b>	<b>664.375</b>	<b>400.542</b>	<b>660.801</b>	<b>661.899</b>	<b>1.936.885</b>	<b>1.104.504</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>8.479.191</b>	<b>9.359.637</b>	<b>10.369.450</b>	<b>11.842.286</b>	<b>12.537.837</b>	<b>13.846.022</b>	<b>15.073.956</b>	<b>15.407.444</b>	<b>17.040.772</b>	<b>18.345.144</b>	<b>21.862.512</b>	<b>23.412.400</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



A Tabela a seguir mostra a evolução dos grupos de despesa, tomando o ano de 2000 como base 100. Verifica-se que a totalidade dos grupos apresenta um declínio de 16,2%, em relação à Receita Corrente Líquida. Considerando cada grupo, isoladamente, constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais decresceu 8,8% da RCL; o de Outras Despesas Correntes decresceu 19,7% e o do Serviço da Dívida decresceu 10,9%. Já os Investimentos Amplos tiveram um decréscimo considerável de 59,2%, em relação à variação da RCL. Denota-se, portanto, forte compressão dos gastos públicos consolidados, tendo em vista que está em andamento um processo de forte ajustamento das despesas, porém ainda insuficiente para equalizar os gastos totais com receitas totais.

Variação do grupo de despesas em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

Especificação das Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	97,4	104,5	102,6	96,4	91,4	94,9	96,0	87,3	91,6	88,5	91,2
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	101,7	92,1	83,9	90,9	90,8	87,1	81,3	76,7	76,4	77,5	80,3
Serviço da Dívida Ajustada	100,0	98,5	113,0	115,0	106,0	108,3	104,1	102,1	93,2	94,8	83,4	89,1
Investimentos Amplos	100,0	65,2	42,8	64,7	49,6	40,3	40,4	23,2	32,1	30,8	77,2	40,8
<b>Total do grupo das despesas em relação à RCL</b>	<b>100,0</b>	<b>95,3</b>	<b>96,8</b>	<b>96,3</b>	<b>91,7</b>	<b>88,0</b>	<b>88,9</b>	<b>86,5</b>	<b>80,3</b>	<b>82,8</b>	<b>84,6</b>	<b>83,8</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

### 2.5.1. O Grupo “Pessoal e Encargos Sociais”

Conforme a Tabela adiante, do ponto de vista quantitativo, o quadro de matrículas de servidores ativos e inativos e de pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul apresenta um comportamento de mesma linearidade com a evolução da população do Estado, quando analisado o período entre 2000 e 2011. No período, ambos cresceram 5,0%. O quadro de ativos mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo e à evolução da população do Estado: em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha; em 2011, os ativos perfaziam 50,3% do total e 1,82% da população. Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2011, o quadro de inativos cresceu 24.119 matrículas, um aumento de 20,1%.



Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2011	2011-2000	% 2011 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	162.120	-3.060	-1,9
	Inativos	108.417	136.887	28.470	26,3
	Pensionistas	1.927	974	-953	-49,5
	<b>Total</b>	<b>275.524</b>	<b>299.981</b>	<b>24.457</b>	<b>8,9</b>
Fundações	Ativos	4.943	5.122	179	3,6
	Inativos	0	3	3	-
	<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>5.125</b>	<b>182</b>	<b>3,7</b>
Autarquias	Ativos	4.305	3.602	-703	-16,3
	Inativos	6.277	5.114	-1.163	-18,5
	Pensionistas	53.992	47.557	-6.435	-11,9
	<b>Total</b>	<b>64.574</b>	<b>56.273</b>	<b>-8.301</b>	<b>-12,9</b>
Sociedade de Economia Mista	Ativos	18.636	23.927	5.291	28,4
	Inativos	5.200	2.009	-3.191	-61,4
	Pensionistas	157	212	55	35,0
	<b>Total</b>	<b>23.993</b>	<b>26.148</b>	<b>2.155</b>	<b>9,0</b>
<b>GERAL</b>	Ativos	193.064	194.771	1.707	0,9
	Inativos	119.894	144.013	24.119	20,1
	Pensionistas	56.076	48.743	-7.333	-13,1
	<b>Total</b>	<b>369.034</b>	<b>387.527</b>	<b>18.493</b>	<b>5,0</b>
População do Estado do RS		10.187.798	10.693.929	506.131	5,0
% de Matrículas sobre a População do RS		<b>3,62</b>	<b>3,62</b>	-	-
% de Ativos sobre a População do RS		<b>1,90</b>	<b>1,82</b>	-	-

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.



Conforme dados extraídos do Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda, do ano de 2011, a Secretaria da Educação possuía cadastradas 98.085 matrículas ativas, de um total de 148.063 do Poder Executivo, ou seja, um terço do total das matrículas. Ao se acrescentar a Secretaria da Segurança Pública, o total de matrículas sobe para 134.556, 91% do total das matrículas ativas. Os dois órgãos aglutinam 88% de todas as matrículas inativas (116.793) e 89% do total de matrículas do Poder Executivo (251.349).

A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e 2011. Tomando-se por base somente a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, em 1996, do total gasto, 57,2% foram com pessoal ativo e 42,8% com aposentadorias e pensões. Em 2000, as despesas com a remuneração dos inativos (aposentados e pensionistas) já ultrapassavam as dos ativos. Em 2011, foram empenhados 45,9% do gasto com a remuneração do pessoal ativo e 54,1%, com aposentados e pensionistas. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal e em relação à RCL. Alerta-se para o fato de que o gasto com pessoal inativo cresce de forma consistente em toda a série apresentada.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

<b>Especificação</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
% com a remuneração do pessoal ativo (Civil e Militar) - Elementos 11 e 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9
% com a remuneração do pessoal inativo (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela seguinte traz um demonstrativo das despesas empenhadas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, entre 2000 e 2011. Na série, verifica-se um comportamento histórico declinante do gasto de pessoal, em relação à RCL. Em 2000, gastava-se 75,7% da RCL; já em 2011, o gasto caiu para 69,0% da RCL.



Gasto percentual com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL

<b>Especificação</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	75,7	73,7	79,0	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela adiante processa os gastos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais por Poderes e Órgãos. Tomou-se o valor empenhado sem a dupla contagem contábil (despesas de transferências intraorçamentárias). Nos anos de 2009, 2010 e 2011, incluíram-se as despesas com os aposentados, os pensionistas e as sentenças judiciais, constantes do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

Despesas empenhadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos, em valores nominais – R\$ 1.000,00

<b>PODERES/ÓRGÃOS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
INDIRETA	752.995	938.752	1.193.528	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905	2.484.105
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508	171.120	214.506	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795	544.693
PODER EXECUTIVO	3.469.535	3.736.998	4.244.652	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983	9.887.058
PODER JUDICIÁRIO	474.381	576.111	690.073	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422	1.617.411
PODER LEGISLATIVO	198.316	260.396	306.968	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434	600.403
<b>TOTAL COM PESSOAL</b>	<b>5.036.735</b>	<b>5.683.377</b>	<b>6.649.727</b>	<b>7.496.237</b>	<b>7.831.123</b>	<b>8.541.618</b>	<b>9.557.429</b>	<b>10.157.236</b>	<b>11.001.318</b>	<b>12.048.673</b>	<b>13.582.539</b>	<b>15.133.670</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela seguinte demonstra a evolução do percentual gasto pelos Poderes e Órgãos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, tomando-se como base 100 o ano de 2000. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos distintos. A proporção do dispêndio no Poder Executivo apresenta curva declinante, não acompanhando a evolução da variação da RCL. O fenômeno inverso ocorreu com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, cujas proporções elevaram-se em toda a série histórica.



Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	100,0	107,6	125,4	129,6	118,4	109,9	117,5	108,1	96,7	96,8	96,1	100,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	123,0	126,3	117,9	116,9
PODER EXECUTIVO	100,0	93,0	96,8	93,2	86,6	80,4	83,1	87,5	79,5	86,4	83,7	86,5
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	115,5	110,0	101,9	103,5
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	95,6	94,4	88,7	91,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>97,4</b>	<b>104,5</b>	<b>102,6</b>	<b>96,4</b>	<b>91,4</b>	<b>94,9</b>	<b>96,0</b>	<b>87,3</b>	<b>91,6</b>	<b>88,5</b>	<b>91,2</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Ressalta-se o fato de que somente o grupo de Pessoal e Encargos Sociais toma em torno de 70% da Receita Corrente Líquida total. Por representar um alto percentual da receita total, a prudência no gasto com pessoal é necessária e fundamental para um orçamento equilibrado. Um gasto incremental nesse grupo tem forte impacto no conjunto do gasto público. Em capítulo especial, adiante, trata-se do déficit previdenciário, pois é componente principal das dificuldades para a sustentabilidade do equilíbrio das contas públicas.

### 2.5.2. O Grupo “Outras Despesas Correntes”

O grupo “Outras Despesas Correntes” engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da saúde, educação e segurança; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. Entre 2009 e 2011, o grupo apropriou os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS.

A Tabela a seguir mostra a evolução dos gastos do grupo “Outras Despesas Correntes”, que foram ajustados com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas de transferências intraorçamentárias), das transferências constitucionais e legais aos municípios, das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS, e das despesas com a gestão plena do SUS.





“Outras Despesas Correntes” por Poderes e Órgãos – em valores nominais empenhados – R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103	1.943.426
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901	64.010
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	985.202	1.200.307	1.126.855	1.218.843	1.504.289	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238	2.366.923
PODER JUDICIÁRIO	50.371	60.922	78.936	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504	238.275
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416	57.434
<b>TOTAL</b>	<b>1.766.354</b>	<b>2.080.587</b>	<b>2.055.421</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>	<b>4.670.068</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
<b>% TOTAL ODC / RCL</b>	<b>26,5</b>	<b>27,0</b>	<b>24,4</b>	<b>22,3</b>	<b>24,1</b>	<b>24,1</b>	<b>23,1</b>	<b>21,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>20,6</b>	<b>21,3</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela adiante mostra a evolução do percentual gasto com o grupo “Outras Despesas Correntes”, por Poderes e Órgãos, em relação à RCL, tendo como base 100 o ano de 2000. Observa-se que, no período entre 2000 e 2011, o Ministério Público aumentou suas despesas de manutenção e custeio em 107,8% acima da variação da RCL, e o Poder Judiciário, em 43,6% acima da variação da RCL. Já a Administração Indireta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo tiveram decréscimos, em relação à variação da RCL, de 13,4%, de 27,1% e de 56,4%, respectivamente.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	76,7	81,6	79,2	86,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	190,3	225,2	196,1	207,8
PODER EXECUTIVO	100,0	105,1	90,5	85,3	94,7	91,9	88,5	74,4	74,0	68,9	73,3	72,9
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,4	124,0	144,9	131,2	128,7	141,8	130,8	128,5	145,1	140,3	143,6
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	50,7	50,9	44,6	43,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>101,7</b>	<b>92,1</b>	<b>83,9</b>	<b>90,9</b>	<b>90,8</b>	<b>87,1</b>	<b>81,3</b>	<b>76,7</b>	<b>76,4</b>	<b>77,5</b>	<b>80,3</b>

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Em relação à RCL, em 2011, gastou-se 19,7% menos do que em 2000, apresentando reflexos em duas pontas. A primeira, com a racionalização, fez com que se gastasse menos com o mesmo produto; a outra, foi a aplicação proporcional de menos recursos para as diversas áreas da Administração Pública.



### 2.5.3. O Serviço da Dívida Pública

A Tabela a seguir mostra a evolução da dívida fundada interna e externa da Administração Direta, com vencimento de longo prazo, no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) e o primeiro ano do governo Tarso Genro (2011). Entre 1971 e 2011, a dívida cresceu 27,7 vezes, em valores reais pelo IGP-DI. Constatase que, a partir do final do governo Britto, a dívida atualizada manteve-se praticamente estável.

Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa – Administração Direta - R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Estoque Dívida Atualizada (1)	Referência	Varição Percentual
Peracchi	1971	1.603,4	1,0	-
Triches	1974	3.512,3	2,2	119,0
Guazelli	1978	6.428,1	4,0	83,0
Amaral	1982	11.512,2	7,2	79,1
Jair	1986	15.980,0	10,0	38,8
Simon	1990	16.003,1	10,0	0,1
Collares	1994	19.753,7	12,3	23,4
Britto (2)	1998	43.919,4	27,4	122,3
Olívio	2002	43.802,9	27,3	-0,3
Rigotto	2006	43.094,1	26,9	-1,6
Yeda Crusius (3)	2010	43.698,9	27,3	1,4
Tarso Genro	2011	44.488,2	27,7	1,8

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota (1): A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual até 31/dez/11.

Nota (2): Inclui a Operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 716 milhões) e Caixa Econômica Estadual do RS (R\$ 1.637 milhões), feita em 1998 que, atualizada pelo IGP-DI até 31/dez/11, atinge R\$ 8,10 bilhões.

Nota (3): Incluem-se as operações de empréstimo externas feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 786,8 milhões, que estavam fora do cálculo porque eram dívidas extralimites.

A Tabela adiante analisa a evolução da Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB do Rio Grande do Sul. Constatase que, em 1994, o estoque total nominal representava 14,1% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar de 23,3% do PIB, em 2002. Já em 2011, a equação recuou para 16,2% do PIB.



Dívida Consolidada Fundada Interna e Externa da Administração Direta, em relação ao PIB gaúcho –Em R\$ 1.000,00

Especificação	Dívida Interna Nominal	Dívida Externa Nominal	Total Dívida Nominal	PIB do RS	% Dívida sobre PIB/RS
1994	4.154.715	244.721	4.399.436	31.129.234	14,1
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	53.652.947	13,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	63.262.677	14,0
1997	10.761.096	252.275	11.013.370	69.221.314	15,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	70.541.889	19,0
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	75.450.458	20,6
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	85.137.543	20,4
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	94.084.498	21,1
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.499.011	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	215.864.000	17,1
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	244.014.981	17,1
2011	41.999.492	2.488.747	44.488.239	273.859.607	16,2

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs do RS, de 2010 e 2011, divulgados pela FEE/RS, são preliminares, podendo sofrer alterações.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, entre 2000 e 2011. Em 2003, foram comprometidos 14,7% da RCL. Já em 2011, essa participação atingiu 11,4% da RCL. No período entre 2000 e 2011, em média, despendeu-se com o serviço da dívida o equivalente a 12,9% da RCL e de 15,6% da Receita Líquida Real (RLR).



Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL e à RLR – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
RECEITA LÍQUIDA REAL	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.193.104	8.622.683	9.952.821	10.913.490	11.397.740	13.538.324	14.014.852	17.123.680	17.836.857
<b>% SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA/RCL</b>	<b>12,8</b>	<b>12,6</b>	<b>14,5</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,3</b>	<b>13,1</b>	<b>11,9</b>	<b>12,1</b>	<b>10,7</b>	<b>11,4</b>
<b>% SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA/RLR</b>	<b>15,4</b>	<b>15,3</b>	<b>16,7</b>	<b>17,4</b>	<b>16,9</b>	<b>17,2</b>	<b>16,3</b>	<b>16,1</b>	<b>14,7</b>	<b>15,1</b>	<b>12,7</b>	<b>14,0</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Foram excluídas as operações de crédito feitas junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão, em 2008, e de R\$ 786,8 milhões, em 2010.

Se o tamanho do estoque total da dívida pública consolidada de longo prazo, ao final de 2011, de R\$ 47,1 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é o volume significativo de desembolso mensal despendido para o pagamento dos encargos. Entre 2005 e 2011, em valores nominais, já foram empenhados R\$ 14,1 bilhões a título de serviço da dívida pública. Nesse mesmo período, foram investidos apenas R\$ 6,0 bilhões.

A Tabela a seguir mostra a Dívida Consolidada Líquida, entre 2001 e 2011, em relação à Receita Corrente Líquida. Até 2016, obrigatoriamente, o Estado deverá atingir o limite máximo de endividamento em 2,0 vezes a RCL, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2001, a dívida era de 2,73 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela LRF. Em 2011, a relação passou para 2,14 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento estava em 2,24 vezes a RCL. O Estado somente poderá contratar novas operações de crédito quando o comprometimento da dívida for menor do que duas vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,14 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	-	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

O Estado comprometeu-se contratualmente com a União a pagar mensalmente o equivalente a 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida intralimite. A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

A dívida com a União constitui um problema estrutural sério para as finanças públicas estaduais. Tendo em vista sua importância, tratar-se-á da situação da dívida contratada junto à União em um capítulo exclusivo adiante.

O contrato de empréstimo firmado pelo Estado do RS junto ao Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão – US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados em agosto de 2010 –, objetivou unicamente a reestruturação do perfil de 60% da dívida do Estado, que não foi objeto de securitização com a União, através da Lei nº 9.496/97. Dessa forma, melhorou-se o fluxo de pagamento com desembolsos anuais menores, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de parcelas mensais, quitando-se por completo em 2038.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, paga em dólares, é equivalente à taxa *LIBOR* mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando a 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial.

Em 2012, operação semelhante está sendo contratada junto ao mesmo banco para o pagamento da quase totalidade da dívida que restou não securitizada junto à União. Assim, modificam-se os encargos pelo IGP-DI mais 6% ao ano, pelos mesmos da contratação anterior, pela taxa *LIBOR*.

**2.5.4. Os Investimentos Amplos**

O reflexo da crise estrutural das finanças estaduais sobre os investimentos foi crescente ao longo do tempo, especialmente a partir do início da década de noventa. A próxima Tabela mostra a evolução dos investimentos amplos (investimentos mais inversões financeiras), em relação à RCL e ao PIB do Estado. O governo Triches investiu 29,7% da RCL, equivalente a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Germano Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 6,0% e 5,4% da RCL e, ambos, 0,5% do PIB.

Investimentos Amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda
% Investimentos sobre a RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos/PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e FEE/RS.

Nota: Os PIBs de 2010 e 2011, divulgados pela FEE/RS são preliminares, podendo sofrer alterações.

A Tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2000 e 2011.

Investimentos totais empenhados em relação à RCL – em valores nominais - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INVESTIMENTOS AMPLOS	822.901	621.956	445.344	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
<b>% INVESTIMENTOS /RCL</b>	<b>12,4</b>	<b>8,1</b>	<b>5,3</b>	<b>8,0</b>	<b>6,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>2,9</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>9,5</b>	<b>5,0</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: O percentual realizado de 2011, muito acima da média dos últimos anos, de 9,5% da RCL, foi possível graças à utilização de R\$ 670,6 milhões provenientes do Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário – FE-PREV (Lei nº 13.328, de 29/12/2009).

Além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida, de convênios e de operações de crédito, o Governo do Estado conta com recursos de suas estatais que, em 2010 e 2011, investiram R\$ 1,5 bilhão. Com relação aos recursos privados no Estado, esses alcançaram R\$ 15 bilhões em 2011. Ademais, o Governo gaúcho desenvolveu iniciativas no sentido de aumentar a parceria com a União e com organismos de financiamento nacional e internacional, como forma de financiar o investimento público, necessário à promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado. Entre os recursos aportados estão operações formalizadas junto ao BNDES, BIRD e BID.

Destacam-se, também, os grandes investimentos federais que estão sendo realizados no Rio Grande do Sul, através dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) e de outras fontes de recursos, por exemplo: a construção da Rodovia do Parque (BR-448), que vai ajudar a desafogar a BR-116, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul; a implantação da estação de tratamento de esgoto e canalização em Sapucaia do Sul, Esteio e Canoas; a dragagem do acesso (canal e bacia de evolução) ao Porto do Rio Grande, assim como a ampliação e melhoria do cais de acostagem; a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini; a ampliação da usina termoeletrica Presidente Médici; a ampliação da pista e dos terminais de passageiros e de cargas do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a construção das barragens Taquarembó e Jaguari; e os investimentos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, no Programa “Minha Casa Minha Vida”.

Outros grandes projetos de investimento no Estado estão em fase de implantação ou de estudo avançado, como as linhas rápidas de ônibus na capital (BRTs); o metrô de Porto Alegre; a nova ponte sobre o Lago Guaíba; a revitalização do Cais Mauá; a duplicação da BR-116-Sul, trecho entre Eldorado do Sul e Pelotas; além de outras obras fundamentais para o evento Copa 2014.

## **2.6. A Rigidez do Orçamento Estadual**

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação. Essas normas causam efeitos e sobreposições sobre o erário estadual.

O problema é que a Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, faz com que a soma das despesas ultrapasse a das receitas. Por outro lado, para exemplificar, as despesas com Educação e Saúde, desde 1999, na média, têm crescido em termos reais. Mesmo assim, não se conseguiu alcançar o que prescreve a Constituição Estadual, de 35% com educação sobre a RLIT e 12% com saúde sobre a RLIT. Caso os governos atingissem o percentual estabelecido em Educação e Saúde, os resultados acusariam alto déficit orçamentário.

Se a situação já era grave, ficou pior quando da edição do Decreto nº 47.063, de 08/03/2010, que regulamentou a Emenda Constitucional Federal nº 62/09, que trata de regime especial de pagamento de precatórios, com vigência a partir de 01/01/2010. Optou-se pela vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida, em que 50% do valor são alocados aos credores por ordem cronológica de apresentação e outros 50%, por leilão, por acordo direto com credores (conciliação) ou por ordem crescente de valor. Ademais, projeto de lei do Executivo estadual, aprovado em junho de 2011, vinculou o pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) ao patamar anual de 1,5% da RCL.

Assim, sem outros artifícios, os governos ou não cumprem a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit insustentável ao cumpri-la, impraticável pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse problema ainda não foi devidamente entendido por todos os agentes envolvidos no processo e no controle orçamentário estadual. A Tabela adiante mostra claramente que, se o Governo do Estado cumprisse com todas as obrigações impostas legalmente e/ou constitucionalmente, constantes do orçamento aprovado de 2012, haveria um déficit orçamentário originário de R\$ 2,1 bilhões. Portanto, a proposta orçamentária e a própria execução, para serem equilibradas, nesse quadro institucional, sempre irão ferir algum dispositivo legal. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.





Vinculações constitucionais e legais no Orçamento do Estado de 2012

<b>Total das Receitas do Orçamento de 2012</b>	<b>40.264.489.976</b>
(-) Despesas Intraorçamentárias de Pessoal (Dupla contagem Contábil)	6.837.654.524
(-) Despesas Intraorçamentárias de Custeio (Dupla Contagem Contábil)	17.582.970
<b>Total das Receitas do Orçamento de 2012 (Sem as Despesas Intraorçamentárias)</b>	<b>33.409.252.482</b>
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	15.996.472.667
(-) Outras Despesas Correntes	12.499.983.855
b) Transferências Legais aos Municípios (Distribuição de Receitas)	6.385.244.301
c) Demais Outras Despesas Correntes (Manutenção, Custeio e Gestão do SUS)	6.114.739.554
(-) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.977.482.518
(-) Serviço da Dívida Pública Estadual Interna e Externa (Juros, Encargos e Amortização da Dívida)	2.688.768.752
(-) Reserva de Contingência	246.544.690
<b>Resultado Orçamentário de 2012 (Orçamento Equilibrado)</b>	<b>0</b>
<b>(-) Complemento das Vinculações Constitucionais no Orçamento de 2012</b>	<b>2.061.817.379</b>
a) Saúde sem o saneamento da CORSAN - (Para os 12,00% da RLIT, faltam 2,43% da RLIT)	444.374.871
b) Educação da Constituição Estadual (Para os 35,00% da RLIT, faltam 6,27% da RLIT)	1.280.961.124
c) Pesquisa Científica e Tecnológica (Para os 1,50% da RLIP, faltam 1,34% da RLIP)	245.046.225
d) Ensino Superior Comunitário (Para os 0,50% da RLIP, faltam 0,45% da RLIP)	91.435.159
<b>Déficit orçamentário originário, caso se cumprisse com todas as vinculações constitucionais</b>	<b>-2.061.817.379</b>

Fonte de Dados Brutos: Lei Orçamentária de 2012.

### **3 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS**

#### **3.1 A evolução da dívida pública estadual contratualizada junto à União**

O Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual, com base nos termos do Protocolo de Intenções, de 20/09/1996. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da Resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado do Rio Grande do Sul definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no Contrato, em março de 2028. Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite de 13% da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, quando do final da contratação da dívida, entre abril de 2028 e março de 2038.

A Tabela adiante discrimina o valor originário da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Valor total original da dívida do Estado do RS refinanciado junto à União – em R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida do PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado de 1999, à fl. 97.

O Estado do RS possui dois grupos distintos de dívida contratada junto à União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação à receita e está sendo amortizada mensalmente, sendo que, ao final do prazo do contrato, não restará resíduo a pagar. A dívida extralimite é composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL), que, através da operação de crédito efetuada junto ao BIRD, em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque. Contratação semelhante está sendo finalizada junto ao BIRD para liquidar o restante da dívida extralimite.

As principais cláusulas do contrato da dívida estadual com a União são as seguintes: (i) a taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) o sistema de amortização pela Tabela *Price*; (iv) as garantias de receitas próprias e de transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite prorrogado por mais 10 anos.

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, pelo pagamento da prestação mensal ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; e (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Em todo o período contratual, o serviço da dívida tem sido superior aos 13% da RLR pagos à União, sendo o excesso incorporado ao estoque da dívida, o que justifica o crescimento expressivo do estoque, mesmo em um cenário de ausência de operações de crédito, pós-2001. A exceção à regra foi em 2009, quando o estoque da dívida decresceu, motivado pelo IGP-DI negativo.

Em 2008, pela primeira vez, o resultado primário cobriu integralmente o serviço da dívida. Nesse ano, como houve uma melhor *performance* na arrecadação, isso implicou o pagamento de maiores parcelas da dívida, contudo, ainda insuficientes para arcar com toda a prestação do contrato. Ao final do ano, o resíduo elevou em R\$ 3,8 bilhões o estoque da dívida.

A próxima Tabela apresenta a evolução da dívida do Estado contratada com a União. Observa-se que o Estado financiou R\$ 12,5 bilhões, e até 31/12/2011, já havia pago R\$ 12,6 bilhões, correspondentes a todo o principal originário, e o estoque da dívida saltou para R\$ 38,6 bilhões. No período entre a contratação e 31/dez/2011, apesar de todas as amortizações efetuadas, o estoque da dívida foi acrescido, em torno de R\$ 2,5 bilhões anuais, o que se configura um montante absolutamente insustentável.



Demonstrativo da evolução do estoque da dívida do Estado contratada junto à União – em R\$ milhões

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	Amortização Acumulada	Total Estoque / PIB-RS
16/11/1998	7.119	306	7.425	0	-
1998	9.244	322	9.566	279	13,6
1999	10.908	873	11.781	586	15,6
2000	11.426	1.099	12.525	1.025	14,7
2001	12.499	1.736	14.235	1.522	15,1
2002	15.128	1.785	16.913	2.062	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	2.700	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	3.414	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	4.240	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	5.251	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	6.370	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	7.646	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	9.078	15,6
2010	21.361	14.884	36.245	10.658	15,9
2011	21.790	16.823	38.613	12.595	14,1

Fonte: Balanço Geral do Estado de 2011 - CAGE/RS - (fl. 114).

### 3.2 Os encargos financeiros da dívida contratada do Estado junto à União

Como já se disse acima, os encargos da dívida contratada junto à União são o IGP-DI mais 6% ao ano. A Tabela a seguir apresenta a evolução da variação do IGP-DI, a partir de 1999 até 2011. No período, a variação acumulada foi de 216,70%, ou seja, o IGP-DI mais do que triplicou. No período, a variação média anual de crescimento do IGP-DI foi de 9,5%.

Esses dados, por si só, já mostram a gravidade do problema para quem refinanciou sua dívida com base no IGP-DI, por ser um indexador de atualização extremamente instável. Ainda mais prejudicial é a combinação entre o IGP-DI e juros de 6% ao ano. Por esse motivo, o estoque da dívida saltou de R\$ 12,5 bilhões para R\$ 38,2 bilhões, ao final de 2011, mesmo que no período tenham sido pagos R\$ 12,6 bilhões. Conclui-se que, ao cabo de todos os pagamentos efetuados, a amortização foi suficiente somente para pagar os juros de 6% ao ano. Assim, vai restar no estoque todo o principal atualizado pelo IGP-DI.



Demonstrativo da variação do IGP-DI, entre 1999 e 2011

Especificação	Variação Anual do IGP-DI	Índice Mensal do IGP-DI	Índice Acumulado do IGP-DI	Percentual Acumulado IGP-DI
1999	19,99	1,1999	1,1999	19,99
2000	9,80	1,0980	1,3175	31,75
2001	10,54	1,1054	1,4564	45,64
2002	26,41	1,2641	1,8410	84,10
2003	7,67	1,0767	1,9822	98,22
2004	12,13	1,1213	2,2226	122,26
2005	1,23	1,0123	2,2500	125,00
2006	3,80	1,0380	2,3355	133,55
2007	7,90	1,0790	2,5200	152,00
2008	9,11	1,0911	2,7495	174,95
2009	(1,44)	0,9856	2,7099	170,99
2010	11,30	1,1130	3,0162	201,62
2011	5,00	1,0500	3,1670	216,70

Fonte de dados brutos: Fundação Getúlio Vargas.

Somente com o objetivo de argumentação, em 2010, caso o Estado não tivesse pagado a dívida na data contratada, seria penalizado com a aplicação da taxa SELIC. Por ironia, esse indicador seria muito mais vantajoso e o estoque da dívida, nesse ano, seria reduzido em 6,55%, uma economia de R\$ 2,1 bilhões, tomando-se o estoque da dívida, de R\$ 32,3 bilhões, ao final de 2009. Veja a conta: em 2010, a variação do IGP-DI foi de 11,30%, acrescidos de 6% de juros moratórios, o que resulta em um percentual de 18,0% ao ano ( $1,1130 \times 1,0600 = 1,1800$ ). Em 2010, a taxa SELIC ficou, em média, em 10,75%. A diferença de taxas é de 6,55% ( $1,1800 / 1,1075 = 1,0655$ ).

A Tabela adiante demonstra a diferença entre o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A). Entre 1999 e 2011, caso o contrato firmado com a União tivesse adotado o IPC-A, em vez do IGP-DI, no período, a economia para o Estado seria em torno de R\$ 10 bilhões.



Diferença de valores pelo uso do IPCA no lugar do IGP-DI

Especificação	Estoque (Principal + Residual)	Variação Anual do IGP-DI	Variação Anual do IPCA	Diferença entre IGP-DI e IPCA	Economia com o uso do IPCA	Atualização Acumulada da Economia pelo IPCA
Em 31/dez/1998	9.566	-	-	-		
1999	11.781	19,99	8,94	11,05	1.303	1.303
2000	12.525	9,80	5,97	3,83	481	1.982
2001	14.235	10,54	7,67	2,87	410	2.571
2002	16.913	26,41	12,53	13,88	2.349	5.394
2003	19.944	7,67	9,30	(1,63)	(324)	5.550
2004	22.779	12,13	7,60	4,53	1.033	7.072
2005	24.382	1,23	5,69	(4,46)	(1.086)	6.318
2006	26.222	3,80	3,14	0,66	174	6.701
2007	28.527	7,90	4,45	3,45	985	8.048
2008	32.332	9,11	5,90	3,21	1.039	9.630
2009	32.260	(1,44)	4,31	(5,75)	(1.854)	8.071
2010	36.245	11,30	5,90	5,40	1.958	10.632
2011	38.613	5,00	6,50	(1,50)	(579)	10.053
<b>Total economia pelo uso do IPCA</b>					<b>5.889</b>	<b>10.053</b>

Fonte de dados brutos: IBGE, CAGE/RS e FGV.

### 3.3 As conclusões sobre a dívida pública estadual contratada junto à União

O Rio Grande do Sul securitizou junto à União, em um período pós-inflação galopante, o refinanciamento de quase a totalidade de sua dívida de longo prazo. Os indexadores acordados no contrato dessa dívida foram a variação do IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Mesmo após as constantes amortizações mensais, o estoque da dívida cresceu, em média, 9,5% ao ano, entre a data contratual e 31/12/2011, em linha com a mesma variação do percentual do IGP-DI, desse período.

Adiante, apresenta-se a transcrição de teor exarado por Darcy Santos (2007), em seu livro sobre Finanças Públicas Estaduais, apropriado para o tema discutido:



O contrato de renegociação da dívida apresenta um desequilíbrio econômico-financeiro, justificando a revisão de suas cláusulas. Para ele, os resíduos estão impedindo que o saldo devedor da dívida decresça. O crescimento excessivo do IGP-DI, provocado pelas maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, decorrentes da política econômica do Governo Federal, não estava previsto quando do acordo em 1998. Ocorreram, então, circunstâncias estranhas às existentes quando da assinatura do contrato, que foram provocadas por um dos contratantes, em prejuízo do outro, portanto, um caso típico de desequilíbrio econômico-financeiro. Uma das premissas básicas do acordo da dívida era reduzir a relação dívida/receita, o que não está ocorrendo, exatamente por esse fato. Então, a concessão de um desconto no estoque da dívida pela União, com vistas a atingir esse objetivo, torna-se imperativa. Isso não ofende o acordo, pelo contrário, é exatamente o que fará com que as partes cumpram o que foi ajustado.

Alerta-se para o fato de que os estados e municípios que aderiram à Lei nº 9.496/97, caso não haja uma repactuação em patamares mais vantajosa, terão suas finanças comprometidas para as futuras gerações. A realidade do País, quando da assinatura do contrato, era de crescimento sustentável e inflação controlada e, mesmo assim, para a época, as cláusulas apresentavam-se insustentáveis para as contas públicas. Portanto, urge uma nova fórmula de atualização da dívida, que seja menos onerosa aos cofres estaduais e que viabilize a gestão dos governos vindouros.

## 4 O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### 4.1. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o **Regime Geral de Previdência Social** (RGPS) – art. 201, da Constituição Federal – gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema de repartição simples; (ii) os **Regimes Próprios de Previdência Social** (RPPS) – art. 40, da Constituição Federal – geridos pelos entes federados (Estados e Municípios), utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples, sistemas de capitalização, bem como de sistemas mistos; e (iii) **Regimes de Previdência Complementar** (RPC) – art. 202, da Constituição Federal – também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo



2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes.

A implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei Estadual nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, as Leis de Diretrizes Orçamentárias disciplinam os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, foram incorporadas alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada "dupla-contagem contábil", que são as transferências intraorçamentárias.

#### 4.2. O Sistema de Repartição Simples e o Sistema de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul está organizado mediante o **sistema de repartição simples**, ou seja, as contribuições destinam-se a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse mesmo período. O que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custo adicional representado pelo envelhecimento é totalmente suportado pelo aumento das contribuições dos jovens, ao passo que, no segundo, o custo é suportado pelos idosos, com ajustes em seus benefícios. Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário do Estado.

As Leis Complementares nºs 13.757 e 13.758, de 15/07/2011, criaram para os novos servidores civis e militares o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Também foi instituído o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV), regido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia.

Pelo **sistema de capitalização**, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber uma renda vitalícia baseada na contribuição que fez ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital.

Todos os valores destinados ao FUNDOPREV serão depositados em conta específica e exclusiva em Banco Oficial, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único. As aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FUNDOPREV atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pela Política Anual de Investimento do Fundo, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida em igual valor pelo Estado àquela contribuição descontada do servidor, formará um fundo destinado exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar, no futuro, déficit previdenciário para o Estado, visto que, em tese, haverá um fundo disponível que suportará a totalidade dos dispêndios.

### 4.3. O Déficit Previdenciário do atual Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, os recursos são destinados a cobrir os gastos com os aposentados e pensionistas de hoje. A diferença é coberta por recursos ordinários do Tesouro. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos e os pensionistas. Em 2000, o Estado possuía 193 mil matrículas ativas contra 176 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Em 2011, havia 195 mil matrículas ativas contra 193 mil matrículas de aposentados e pensionistas. Ressalva-se que, nos últimos 6 anos, em média, aposentaram-se 3.200 novas matrículas anuais. Os gastos com os vencimentos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com o pessoal ativo.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais aposentados e pensionistas, pois as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para seu custeio. A Tabela seguinte mostra o déficit previdenciário, que, em 2002, atingiu R\$ 2,81 bilhões e, em 2011, alcançou R\$ 4,83 bilhões. Em 2002, as contribuições totais (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a pessoal) cobriram 5,7% do gasto previdenciário; já em 2011, essa participação subiu para 33,2%. Estima-se, para 2012, um déficit previdenciário perto de R\$ 5,5 bilhões.

Déficit Previdenciário – Em valores empenhados – Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Elemento 01)	2.374	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596
PENSÕES (Elemento 03)	607	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642
<b>Total Gasto de Aposentadorias e Pensões (A)</b>	<b>2.981</b>	<b>3.421</b>	<b>3.669</b>	<b>4.013</b>	<b>4.454</b>	<b>4.866</b>	<b>5.229</b>	<b>5.793</b>	<b>6.493</b>	<b>7.238</b>
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES	57	331	423	471	538	602	607	638	699	802
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (2 x CONTR. DOS SERVIDORES)	114	662	845	942	1.076	1.204	1.214	1.275	1.398	1.603
<b>Total das Contribuições dos Servidores e da Patronal (B)</b>	<b>171</b>	<b>993</b>	<b>1.268</b>	<b>1.414</b>	<b>1.614</b>	<b>1.807</b>	<b>1.821</b>	<b>1.913</b>	<b>2.097</b>	<b>2.405</b>
<b>DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (B - A)</b>	<b>-2.810</b>	<b>-2.428</b>	<b>-2.401</b>	<b>-2.599</b>	<b>-2.840</b>	<b>-3.059</b>	<b>-3.408</b>	<b>-3.881</b>	<b>-4.396</b>	<b>-4.833</b>
<b>% DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O GASTO TOTAL (% B / A)</b>	<b>5,7</b>	<b>29,0</b>	<b>34,6</b>	<b>35,2</b>	<b>36,2</b>	<b>37,1</b>	<b>34,8</b>	<b>33,0</b>	<b>32,3</b>	<b>33,2</b>

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



A Tabela adiante registra a previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), fazendo parte dos anexos da LDO 2013, acerca da evolução das contas com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado previdenciário negativo de R\$ 6,0 bilhões, em 2012.

**Previsão de Déficit Previdenciário, conforme cálculo atuarial patrocinado pelo Instituto de Previdência do Estado**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)</b>	<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)</b>	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)</b>	<b>SALDO FINANCEIRO ACUMULADO</b>
2012	1.795.643.841,37	7.778.723.642,09	-5.983.079.800,72	-5.983.079.800,72
2013	1.756.732.122,38	7.940.446.183,95	-6.183.714.061,57	-12.166.793.862,29
2014	1.718.012.851,75	8.110.332.028,27	-6.392.319.176,52	-18.559.113.038,81
2015	1.677.688.651,82	8.278.878.498,74	-6.601.189.846,92	-25.160.302.885,73
2016	1.636.055.783,79	8.450.972.241,48	-6.814.916.457,69	-31.975.219.343,42
2017	1.596.862.633,87	8.616.587.193,43	-7.019.724.559,56	-38.994.943.902,98
2018	1.557.814.824,00	8.789.319.946,12	-7.231.505.122,12	-46.226.449.025,10
2019	1.519.680.748,33	8.937.023.596,47	-7.417.342.848,14	-53.643.791.873,24
2020	1.470.188.630,74	9.094.518.303,20	-7.624.329.672,46	-61.268.121.545,70
2021	1.443.832.693,57	9.249.681.633,55	-7.805.848.939,98	-69.073.970.485,68
2022	1.450.415.615,35	9.381.248.189,74	-7.930.832.574,39	-77.004.803.060,07
2023	1.456.292.369,44	9.519.558.796,00	-8.063.266.426,56	-85.068.069.486,63
2024	1.464.148.430,75	9.655.716.736,04	-8.191.568.305,29	-93.259.637.791,92
2025	1.468.909.488,97	9.766.150.851,15	-8.297.241.362,18	-101.556.879.154,10
2026	1.437.755.454,51	9.859.788.699,74	-8.422.033.245,23	-109.978.912.399,33
2027	1.375.272.440,03	9.939.048.243,88	-8.563.775.803,85	-118.542.688.203,18
2028	1.315.704.151,42	10.000.244.002,52	-8.684.539.851,10	-127.227.228.054,28
2029	1.259.744.963,20	10.037.644.883,09	-8.777.899.919,89	-136.005.127.974,17
2030	1.207.962.526,88	10.067.829.178,64	-8.859.866.651,76	-144.864.994.625,93
2031	1.162.733.431,18	10.062.643.208,56	-8.899.909.777,38	-153.764.904.403,31
2032	1.118.813.395,81	10.037.388.255,74	-8.918.574.859,93	-162.683.479.263,24
2033	1.084.005.761,84	10.007.448.879,44	-8.923.443.117,60	-171.606.922.380,84
2034	1.043.774.245,97	9.901.382.266,01	-8.857.608.020,04	-180.464.530.400,88
2035	1.000.970.925,09	9.737.745.413,85	-8.736.774.488,76	-189.201.304.889,64
2036	957.670.969,61	9.590.257.621,67	-8.632.586.652,06	-197.833.891.541,70
2037	916.003.802,98	9.427.391.146,30	-8.511.387.343,32	-206.345.278.885,02
2038	874.367.951,71	9.264.547.528,44	-8.390.179.576,73	-214.735.458.461,75
2039	833.458.287,90	9.089.794.061,85	-8.256.335.773,95	-222.991.794.235,70
2040	795.091.242,10	8.901.362.086,34	-8.106.270.844,24	-231.098.065.079,94
2041	753.951.523,25	8.701.558.070,84	-7.947.606.547,59	-239.045.671.627,53
2042	711.633.656,97	8.490.130.204,48	-7.778.496.547,51	-246.824.168.175,04
2043	671.147.818,07	8.263.514.276,41	-7.592.366.458,34	-254.416.534.633,38
2044	633.635.659,34	8.027.379.919,39	-7.393.744.260,05	-261.810.278.893,43
2045	599.185.106,72	7.770.461.488,40	-7.171.276.381,68	-268.981.555.275,11



EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2046	565.457.060,63	7.509.729.084,93	-6.944.272.024,30	-275.925.827.299,41
2047	537.739.128,72	7.230.850.104,30	-6.693.110.975,58	-282.618.938.274,99
2048	510.220.627,50	6.951.487.862,66	-6.441.267.235,16	-289.060.205.510,15
2049	480.922.556,69	6.677.244.704,14	-6.196.322.147,45	-295.256.527.657,60
2050	454.894.288,15	6.392.944.745,56	-5.938.050.457,41	-301.194.578.115,01
2051	430.552.406,52	6.104.595.900,76	-5.674.043.494,24	-306.868.621.609,25
2052	406.628.445,76	5.817.338.405,25	-5.410.709.959,49	-312.279.331.568,74
2053	383.236.401,71	5.532.132.363,57	-5.148.895.961,86	-317.428.227.530,60
2054	360.432.538,87	5.250.034.117,54	-4.889.601.578,67	-322.317.829.109,27
2055	338.225.725,92	4.972.141.009,70	-4.633.915.283,78	-326.951.744.393,05
2056	316.676.552,66	4.699.290.378,11	-4.382.613.825,45	-331.334.358.218,50
2057	295.835.841,61	4.432.229.808,11	-4.136.393.966,50	-335.470.752.185,00
2058	275.745.978,36	4.171.623.108,60	-3.895.877.130,24	-339.366.629.315,24
2059	256.440.110,69	3.918.053.365,36	-3.661.613.254,67	-343.028.242.569,91
2060	237.943.607,14	3.672.027.333,67	-3.434.083.726,53	-346.462.326.296,44
2061	220.273.461,11	3.433.976.349,29	-3.213.702.888,18	-349.676.029.184,62
2062	203.440.581,07	3.203.937.255,38	-3.000.496.674,31	-352.676.528.858,93
2063	187.445.186,80	2.983.123.689,76	-2.795.678.502,96	-355.472.204.361,89
2064	172.285.866,07	2.770.770.563,36	-2.598.484.697,29	-358.070.689.059,18
2065	157.951.384,25	2.567.311.977,28	-2.409.360.593,03	-360.480.049.652,21
2066	144.436.319,28	2.372.838.234,18	-2.228.401.914,90	-362.708.451.567,11
2067	131.718.625,40	2.187.345.525,52	-2.055.626.900,12	-364.764.078.467,23
2068	119.786.857,21	2.010.904.346,50	-1.891.117.489,29	-366.655.195.956,52
2069	108.629.333,40	1.843.576.249,75	-1.734.946.916,35	-368.390.142.872,87
2070	98.213.482,68	1.685.307.457,62	-1.587.093.974,94	-369.977.236.847,81
2071	88.517.030,34	1.536.090.267,04	-1.447.573.236,70	-371.424.810.084,51
2072	79.512.887,90	1.395.901.317,18	-1.316.388.429,28	-372.741.198.513,79
2073	73.173.189,16	1.264.666.173,43	-1.191.492.984,27	-373.932.691.498,06
2074	61.221.752,94	1.142.275.023,91	-1.081.053.270,97	-375.013.744.769,03
2075	54.094.135,70	1.028.592.085,02	-974.497.949,32	-375.988.242.718,35
2076	47.522.407,70	923.375.506,84	-875.853.099,14	-376.864.095.817,49
2077	41.479.987,20	826.451.935,21	-784.971.948,01	-377.649.067.765,50
2078	35.928.976,58	737.481.329,12	-701.552.352,54	-378.350.620.118,04
2079	32.871.048,89	656.165.591,14	-623.294.542,25	-378.973.914.660,29
2080	28.046.850,98	582.033.508,70	-553.986.657,72	-379.527.901.318,01
2081	23.566.669,14	514.577.418,25	-491.010.749,11	-380.018.912.067,12
2082	19.415.729,04	453.378.486,22	-433.962.757,18	-380.452.874.824,30
2083	15.586.024,71	397.850.003,87	-382.263.979,16	-380.835.138.803,46
2084	11.689.518,53	298.387.502,90	-286.697.984,37	-381.121.836.787,83

Fonte: LDO 2013.



Ressalta-se que, através das Leis Complementares nºs 14.015 e 14.016, de 21/06/2012, foi aprovada a majoração da alíquota de contribuição para todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, passando dos atuais 11,0% para 13,25%, com a entrada em vigor a partir de 1 de novembro de 2012, após obedecer à noventena. O mesmo percentual foi estendido aos contribuintes do recém-criado sistema de capitalização.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com a sanção pelo Governador das Leis Estaduais Complementares nºs 13.757 e 13.758, de 15/07/2011, através da implementação do sistema de capitalização aos novos servidores públicos. Em um primeiro momento, o gasto previdenciário do Estado será maior do que o atual, tendo em vista a contribuição para a parte patronal ao FUNDOPREV, na mesma proporção do servidor, além de não se aproveitar das receitas desses contribuintes para a cobertura dos atuais aposentados e pensionistas. Contudo, no longuíssimo prazo, sentir-se-ão seus efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro será menos pressionado, embora o equilíbrio previdenciário tornar-se-á possível somente após a metade deste século.

## 5 A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2013

A Proposta Orçamentária de 2013 (PLOA 2013) foi montada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.069, de 26/07/12 (Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2013 – LDO 2013), conforme a Tabela seguinte:

Previsão de PIB e de inflação, no período entre 2013 e 2015

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015
PIB REAL	5,5%	6,0%	5,5%
INFLAÇÃO (IPCA)	4,5%	4,5%	4,5%

Fonte: LDO 2013.

Para a elaboração da PLOA 2013, o art. 10 da LDO 2013 determinou o percentual de 4,5% de acréscimo sobre os grupos das “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, em relação às dotações de 30 de abril de 2012, conforme teor adiante transcrito:

Art. 10 - Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos **grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras**; em 2013, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2012, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2012, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 4,5%** (quatro inteiros e cinco décimos por cento) de correção.

Para a elaboração da PLOA 2013, o art. 32 da LDO 2013 determinou o percentual de 8,5% de acréscimo sobre o grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, em relação às dotações de 30 de abril de 2012, conforme o seguinte teor:

Art. 30 - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas Propostas Orçamentárias para 2013, para o **grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais**, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2012, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2012, **acrescidos de 8,5%** (oito inteiros e cinco décimos por cento) de correção, considerando, inclusive, o disposto nos arts. 36 e 37 desta Lei.

**5.1. A Estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2013**

A previsão de arrecadação para o exercício de 2013, de R\$ 45,3 bilhões, apresentada de forma sucinta na Tabela adiante, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Previsão das Receitas Públicas Consolidadas para o exercício de 2013

RECEITAS ESTIMADAS NA PLOA 2013	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	32.997.878.079	10.546.765.351	144.780.211	43.689.423.641
RECEITAS DE CAPITAL	1.545.076.305	7.739.567	11.314.084	1.564.129.956
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>34.542.954.384</b>	<b>10.554.504.918</b>	<b>156.094.295</b>	<b>45.253.553.597</b>

Fonte: PLOA 2013.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados da receita pública. Para o ano de 2013, excluindo as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 7,4 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$ 37,9 bilhões, contra R\$ 33,4 bilhões previstos em 2012, crescimento de R\$ 4,5 bilhões, 13,5% maior.

Quanto ao ICMS Total (ICMS com a inclusão de multas, juros e Dívida Ativa), que é o principal tributo estadual, estima-se, para 2013, uma arrecadação de R\$ 23,3 bilhões, contra R\$ 21,2 bilhões previstos para 2012, crescimento nominal de R\$ 2,1 bilhões, 10,0% superior. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2013 estima um montante de R\$ 1,6 bilhão, 53,1% maior que o projetado em 2012.





Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2013

<b>AGREGADOS DAS RECEITAS NA PLOA 2013</b>	<b>LOA 2012</b>	<b>PLOA 2013</b>	<b>PLOA 2013 - LOA 2012</b>	<b>% PLOA 2013 / LOA 2012</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>39.242.974.552</b>	<b>43.689.423.641</b>	<b>4.446.449.089</b>	<b>11,3</b>
1.1 ICMS TOTAL	21.219.049.241	23.340.954.015	2.121.904.774	10,0
1.2 IPVA TOTAL	1.835.174.309	2.087.956.887	252.782.578	13,8
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.297.906.820	1.363.731.467	65.824.647	5,1
1.4 CONTRIBUIÇÕES	1.820.342.077	1.963.815.011	143.472.934	7,9
1.5 PATRIMONIAL	909.986.577	821.563.446	-88.423.131	-9,7
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.590.113.027	1.778.026.186	187.913.159	11,8
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	522.227.949	582.121.614	59.893.665	11,5
1.8 CIDE	120.796.883	70.186.510	-50.610.373	-41,9
1.9 LC 87/96 (LEI KANDIR) E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	290.203.045	259.167.723	-31.035.322	-10,7
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	3.219.932.474	3.571.682.029	351.749.555	10,9
1.11 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.388.229.153	4.726.076.371	1.337.847.218	39,5
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	6.855.237.494	7.348.190.146	492.952.652	7,2
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-3.826.224.497	-4.224.047.764	-397.823.267	10,4
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.021.515.424</b>	<b>1.564.129.956</b>	<b>542.614.532</b>	<b>53,1</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	639.245.087	1.027.673.320	388.428.233	60,8
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	340.293.878	495.836.236	155.542.358	45,7
2.3 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	41.976.459	40.620.400	-1.356.059	-3,2
<b>TOTAL DAS RECEITAS COM TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>4.989.063.621</b>	<b>12,4</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS SEM TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>33.409.252.482</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>4.496.110.969</b>	<b>13,5</b>

Fonte: LOA 2012 e PLOA 2013.

**5.2. A Fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2013**

A estimativa da despesa dotada para o exercício de 2013, de R\$ 45,3 bilhões, apresentada de forma sucinta na Tabela adiante, compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como as Autarquias e Fundações.

Despesas Públicas Consolidadas Dotadas para o Exercício de 2013

<b>DESPESAS DOTADAS NA PLOA 2013</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>AUTARQUIAS</b>	<b>FUNDAÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
DESPESAS CORRENTES	29.895.305.900	10.570.398.987	753.422.459	41.219.127.346
DESPESAS DE CAPITAL	3.033.194.675	615.371.855	98.020.863	3.746.587.394
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	275.765.425	12.073.432	-	287.838.857
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>33.204.266.000</b>	<b>11.197.844.274</b>	<b>851.443.322</b>	<b>45.253.553.597</b>

Fonte: PLOA 2013.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados das despesas dotadas. Para o ano de 2013, excluindo as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 7,4 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 37,9 bilhões, 13,5 % maior do que o previsto para 2012, de R\$ 33,4 bilhões.

A previsão das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais sem Intraorçamentárias" é de R\$ 17,7 bilhões. O gasto com "Outras Despesas Correntes sem Intraorçamentárias" alcança R\$ 14,6 bilhões. Destacam-se as "Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios", de R\$ 7,0 bilhões; o "Serviço da Dívida", de R\$ 2,9 bilhões; os "Investimentos Amplos", de R\$ 2,4 bilhões; e a "Reserva Orçamentária", de R\$ 0,3 bilhão.



Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2013

<b>AGREGADOS DAS DESPESAS NA PLOA 2013</b>	<b>LOA 2012</b>	<b>PLOA 2013</b>	<b>PLOA 2013 - LOA 2012</b>	<b>% PLOA 2013 / LOA 2012</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>15.996.472.667</b>	<b>17.686.295.489</b>	<b>1.689.822.822</b>	<b>10,6</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>12.499.983.855</b>	<b>14.634.896.994</b>	<b>2.134.913.139</b>	<b>17,1</b>
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	6.385.244.301	7.045.428.231	660.183.930	10,3
Demais "Outras Despesas Correntes"	6.114.739.554	7.589.468.763	1.474.729.209	24,1
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)</b>	<b>2.688.768.752</b>	<b>2.857.454.440</b>	<b>168.685.688</b>	<b>6,3</b>
<b>INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)</b>	<b>1.977.482.518</b>	<b>2.438.877.671</b>	<b>461.395.153</b>	<b>23,3</b>
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>246.544.690</b>	<b>287.838.857</b>	<b>41.294.167</b>	<b>16,7</b>
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	6.837.654.524	7.322.846.223	485.191.699	7,1
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	17.582.970	25.343.923	7.760.953	44,1
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>4.989.063.621</b>	<b>12,4</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>33.409.252.482</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>4.496.110.969</b>	<b>13,5</b>

Fonte: LOA 2012 e PLOA 2013.

## 6 A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

A Tabela adiante retrata a distribuição das despesas entre as diversas áreas da Administração Estadual. O gasto público, descontados os Encargos Financeiros, a Reserva de Contingência, as despesas intraorçamentárias, os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, totaliza R\$ 22,9 bilhões, 50,7% do bolo orçamentário. Os gastos do Poder Executivo serão direcionados para quatro áreas. A área de Infraestrutura, 6,6% do total dos recursos, totalizando R\$ 1,5 bilhão. A área Econômica deverá contar com 4,7% das dotações, equivalente a R\$ 1,1 bilhão, enquanto a área Administrativa absorverá R\$ 9,5 bilhões, equivalente a 41,7%. Por fim, à área Social caberão R\$ 10,8 bilhões, o que equivale a 47,0% do total distribuído.

Observe-se que, do total da proposta orçamentária de 2013, de R\$ 45,3 bilhões, os Encargos Financeiros absorvem 23,7% (R\$ 10,7 bilhões), a Reserva de Contingência, 0,6% (R\$ 0,3 bilhão), as Despesas Intraorçamentárias, 16,2% (R\$ 7,3 bilhões) e os demais Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, 8,7% (R\$ 3,9 bilhões). O orçamento do Estado para o exercício de 2013, sem as despesas de transferências intraorçamentárias, injetará na economia gaúcha, aproximadamente, 12,0% de seu PIB total.

Distribuição das despesas dotadas na PLOA 2013 entre as áreas da Administração Pública Consolidada

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PLOA 2013	% SOBRE O TOTAL DAS ÁREAS	% SOBRE O TOTAL
Infraestrutura	1.516.798.193	6,6	3,4
Econômica	1.069.218.146	4,7	2,4
Administrativa	9.574.493.330	41,7	21,2
Social	10.778.651.377	47,0	23,8
<b>SUBTOTAL</b>	<b>22.939.161.046</b>	<b>100,0</b>	<b>50,7</b>
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	3.931.794.436	-	8,7
Encargos Financeiros do Estado	10.746.569.112	-	23,7
Reserva Orçamentária	287.838.857	-	0,6
Despesas Intraorçamentárias (Dupla Contagem Contábil)	7.348.190.146	-	16,2
<b>TOTAL DA PLOA 2013</b>	<b>45.253.553.597</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados brutos: PLOA 2013.

## 7 OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS

O orçamento de investimento das sociedades de economia mista, nas quais o Estado do Rio Grande do Sul detém a totalidade do capital social ou a maioria das ações com direito a voto, acompanha a Proposta da Lei Orçamentária Anual da Administração Pública estadual direta, suas Autarquias e Fundações, em conformidade com o que determina a Constituição Estadual, em seu art. 149, § 5º, I, bem como obedece o prazo legal de 15 de setembro de cada ano, para o envio à Assembleia Legislativa da peça orçamentária, estabelecido pelo art. 152, § 8º, III, da Constituição do Estado.

A Tabela adiante apresenta a evolução do patrimônio líquido das principais estatais gaúchas, entre 2006 e 2011. Em 2011, destacam-se o crescimento do BANRISUL, da CORSAN e do BADESUL. Nos últimos anos, a maioria das estatais gaúchas melhorou seu desempenho graças à modernização administrativa, à gestão voltada aos resultados, à racionalização de despesas, à melhoria de processos e ao crescimento da receita operacional e da rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

Patrimônio líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
BANRISUL	1.295.079	2.792.013	3.079.139	3.408.462	3.855.239	4.399.511
CORSAN	525.284	562.215	738.173	603.698	749.638	1.094.227
CEEE-D	9.683	15.982	24.870	1.623.544	1.428.810	1.225.918
CEEE-GT	228.749	304.902	434.781	1.889.542	2.051.413	2.168.734
SULGÁS	73.244	76.804	79.160	128.687	140.085	124.787
CRM	139.081	143.480	126.145	135.412	130.955	113.516
PROCERGS	28.927	35.977	43.547	40.352	38.829	38.777
BADESUL	348.571	369.018	392.435	431.680	502.738	561.004

Fonte: Balanço Anual das companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.

A Tabela seguinte traz o lucro líquido das principais estatais gaúchas. Em 2011, destacam-se os bons resultados do BANRISUL, da CORSAN, do BADESUL e da SULGÁS.

Lucro líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
BANRISUL	361.659	916.381	590.873	541.096	741.242	904.349
CORSAN	31.427	53.351	211.966	251.149	197.693	231.280
CEEE-D	(14.020)	6.299	15.908	1.598.785	-194.734	-202.892
CEEE-GT	(47.274)	76.153	123.896	1.343.100	152.766	88.173
SULGÁS	37.682	71.196	47.109	70.209	88.769	78.472
CRM	15.585	10.323	7.117	12.710	3.424	-16.929
PROCERGS	(268)	3.069	5.138	190	661	162
BADESUL	32.932	38.137	46.027	40.985	72.324	77.593

Fonte: Balanço Social das companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.

A Tabela adiante mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2011, e os recursos projetados na Lei Orçamentária de 2012.

Demonstrativo dos investimentos executados e previstos pelas estatais gaúchas - R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2007 Executado</b>	<b>2008 Executado</b>	<b>2009 Executado</b>	<b>2010 Executado</b>	<b>2011 Executado</b>	<b>2012 Previsão LOA</b>
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	201.085	464.247
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	196.241	570.566
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	16.955	43.990
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	24.938	66.157
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	198.735	135.838
DEMAIS ESTATAIS	9.493	8.863	26.153	33.101	7.022	20.759
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>452.410</b>	<b>481.973</b>	<b>716.398</b>	<b>836.643</b>	<b>644.976</b>	<b>1.301.557</b>

Fonte: SEPLAG/RS.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição e a CEEE Geração e Transmissão.

São 13 estatais gaúchas, divididas em setor produtivo e financeiro. O setor produtivo é composto por nove companhias, que se dedicam à prestação de serviços, produção industrial e extração mineral. Já o setor financeiro é composto por quatro organizações, voltadas à atividade de intermediação financeira e fomento ao desenvolvimento. **Para 2013, as estatais projetam executar investimentos na ordem de R\$ 1.548 milhões.**

As empresas do setor produtivo alocaram, no orçamento de 2013, R\$ 1.348 milhões, sendo R\$ 727 milhões com recursos próprios, R\$ 581 milhões por meio de operações de crédito e R\$ 40 milhões através de outras fontes de recursos. As empresas do setor bancário (grupo BANRISUL e BADESUL) apropriaram, no orçamento de 2013, um montante de R\$ 200 milhões, com recursos próprios, conforme pode-se visualizar na Tabela adiante.

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Fonte de Recursos – em reais

EMPRESAS ESTATAIS GAÚCHAS	FONTE DE RECURSOS			INVESTIMENTOS TOTAIS
	PRÓPRIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTRAS FONTES DE RECURSOS	
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	195.571.396			195.571.396
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - BAC				
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO - BCV				
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	4.022.500			4.022.500
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	585.000		30.000	615.000
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	48.408.427			48.408.427
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	11.040.000			11.040.000
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	245.117.918	200.551.024		445.668.942
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	179.883.819	183.517.900		363.401.719
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	10.000.000			10.000.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	18.929.783			18.929.783
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	212.075.066	197.087.666	40.065.076	449.227.810
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	1.390.000			1.390.000
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS POR FONTE DE RECURSOS</b>	<b>927.023.911</b>	<b>581.156.590</b>	<b>40.095.076</b>	<b>1.548.275.578</b>

Fonte: PLOA 2013.



A Tabela seguinte aloca os recursos das empresas estatais, em três grandes áreas: a de Infraestrutura, R\$ 1.325,6 milhões; a Econômica, R\$ 201,6 milhões; e a Administrativa, R\$ 21 milhões.

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Área – em reais

<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	48.408.427
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	445.668.942
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	363.401.719
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	18.929.783
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	449.227.810
<b>TOTAL DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>1.325.636.681</b>
<b>ECONÔMICA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	195.571.396
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	1.390.000
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	4.022.500
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	615.000
<b>TOTAL DA ÁREA ECONÔMICA</b>	<b>201.598.896</b>
<b>ADMINISTRATIVA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	11.040.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	10.000.000
<b>TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	<b>21.040.000</b>
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DAS DIVERSAS ÁREAS</b>	<b>1.548.275.577</b>

Fonte: PLOA 2013.



A seguir, o demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas, classificados por Função. A Função Administração apropriou R\$ 11,0 milhões; a de Saneamento, R\$ 449,3 milhões; a da Agricultura, R\$ 0,62 milhão; a da Indústria, R\$ 10,0 milhões; a do Comércio e Serviços, R\$ 201,0 milhões; e a de Energia, R\$ 876,4 milhões, totalizando R\$ 1.548 milhões em investimentos.

Demonstrativos dos investimentos das estatais gaúchas por Função

<b>FUNÇÃO</b>	<b>INVESTIMENTOS em reais</b>	<b>% SOBRE O TOTAL</b>
ADMINISTRAÇÃO	11.040.000	0,71
SANEAMENTO	449.227.810	29,01
AGRICULTURA	615.000	0,04
INDÚSTRIA	10.000.000	0,65
COMÉRCIO E SERVIÇOS	200.983.896	12,98
ENERGIA	876.408.871	56,61
<b>TOTAL</b>	<b>1.548.275.577</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PLOA 2013.

Pela ótica econômica, em uma estimativa sobre **matriz insumo-produto**, desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS), os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, em 2013, de R\$ 1,548 bilhão, caso se realizem na sua totalidade, terão significativo impacto multiplicador, pois se estima um incremento de 0,5% no PIB estadual, acompanhado da criação de 38.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em R\$ 2,0 bilhões.

A Tabela seguinte mostra os investimentos das estatais gaúchas por Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí receberá a maior fatia dos investimentos, com R\$ 408,2 milhões, seguido pelo COREDE Sul, com R\$ 155,1 milhões, e pelo COREDE Vale do Rio dos Sinos, com R\$ 136,1 milhões. Desse modo, os investimentos das estatais contribuem para reequilibrar os fluxos de renda entre as regiões do Estado.



Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por COREDE – em reais

<b>COREDE</b>	<b>TOTAL</b>
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	3.360.009
ALTO JACUÍ	110.183.201
CAMPANHA	50.264.863
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.808.591
CELEIRO	1.955.714
CENTRAL	39.498.230
CENTRO SUL	37.103.277
FRONTEIRA NOROESTE	86.186.269
FRONTEIRA OESTE	111.900.857
HORTÊNSIAS	37.818.538
JACUÍ CENTRO	32.331.360
LITORAL	63.397.688
MÉDIO ALTO URUGUAI	5.867.142
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	408.229.435
MISSÕES	3.911.428
NORDESTE	3.360.009
NOROESTE COLONIAL	32.807.603
NORTE	2.507.132
PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	5.662.108
PRODUÇÃO	77.541.542
RIO DA VÂRZEA	1.404.295
SERRA	37.757.094
SUL	155.124.786
VALE DO CAÍ	7.577.388
VALE DO JAGUARI	4.212.886
VALE DO RIO DOS SINOS	136.135.536
VALE DO RIO PARDO	9.117.062
VALE DO TAQUARI	30.527.664
A DEFINIR	49.723.871
<b>TOTAL</b>	<b>1.548.275.578</b>

Fonte: PLOA 2013.

## 8 AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2013

O processo de decisão das demandas da participação popular, incluídas no Projeto da Lei Orçamentária Estadual de 2013, foi constituído de cinco etapas, tendo como base os programas do PPA Participativo 2012-2015. A primeira etapa, a das **Audiências Regionais**, abertas à participação de toda a sociedade, foi realizada nas 28 regiões em que se divide o Estado, onde foram eleitas as áreas temáticas de políticas públicas prioritárias, apresentado o Mapa de Investimentos do Governo e eleita a Coordenação Regional. Mais de 6.000 pessoas participaram, representando, em sua maioria, diversos Movimentos Sociais, Associações, Cooperativas e Instituições Regionais.

A segunda, a das **Assembleias Municipais**, somou mais de 500 assembleias em 494 Municípios do nosso Estado, com a participação de mais de 60 mil pessoas. Nessa etapa, a comunidade local apresentou as suas demandas para inclusão na cédula de votação regional e elegeu representantes para o Fórum Regional. A terceira etapa, a do **Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã**, realizou a síntese das assembleias municipais, elencando os Projetos que constituíram a cédula de votação de prioridades. Nessa etapa, 1.807 pessoas representaram os municípios no debate. A quarta etapa, do dia da **Votação de Prioridades**, submeteu a toda a cidadania gaúcha as demandas discutidas e indicadas nas três etapas anteriores, o que ocorreu nos dias 4 e 5 de julho.

Votaram 1.028.000 pessoas nas prioridades, de três formas – internet, celular e urna manual. Na quinta e última etapa, ocorreu o Fórum Estadual da Participação Popular e Cidadã, com o objetivo de debater e validar a matriz orçamentária estadual, eleger o Comitê Provisório do Sistema de Participação e avaliar o processo de elaboração do orçamento em todas as suas etapas, entre outros aspectos relacionados ao desenvolvimento regional.

Em 2012, uma das novidades foi a inclusão na cédula de votação de um campo de projetos denominado de **Prioridades Estratégicas Regionais**. Essas prioridades, elencadas pelas regiões e incluídas na cédula de votação no dia 4 de julho, são objeto de análise e inclusão no Projeto da Lei Orçamentária de acordo com a possibilidade e a capacidade de cada Órgão.

É uma iniciativa que visa aumentar o número de demandas com característica regional e, cada vez mais, dialogar e decidir os investimentos e a construção das políticas públicas com a participação da sociedade gaúcha. Portanto, além das demandas com a garantia de recursos vinculados, decididas pela população e identificadas na peça orçamentária com código orçamentário específico, na ordem de R\$ 165 milhões, ainda temos um conjunto de prioridades que estão incluídas pelos Órgãos no presente Projeto de Lei, que segue para apreciação nessa Casa Legislativa Estadual.

Com a confirmação de mais de 1 milhão de votantes no segundo ano consecutivo, o Governo do Estado atinge a maior média de participação popular no processo, desde que foi iniciado. Na gestão de 2004 a 2006, primeiros três anos em que a votação foi criada, sob a denominação de Consulta Popular, a média foi de 660,7 mil votantes. Na gestão passada, de 2007 a 2010, a média foi de 754,7 mil eleitores participando. Esses números de votantes, aliados ao número de participantes nas audiências públicas, fóruns regionais e assembleias municipais, consolidam o processo com forte representatividade na sociedade gaúcha e como importante instrumento de democratização das estruturas do Estado na relação com a Sociedade Gaúcha.

Convém ainda lembrar que também avançamos na construção participativa de outra peça orçamentária, a da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Fizemos nela constar o resultado da primeira etapa do Ciclo Orçamentário, realizado em abril, que contém as 10 áreas prioritizadas, de um total de 15, em cada uma das 28 regiões. Essas decisões de cada região orientaram o debate e a decisão sobre as demandas indicadas na cédula de votação.

No orçamento de 2013, foi disponibilizado um mínimo de R\$ 165 milhões para as demandas da Votação de Prioridades na Participação Popular e Cidadã, considerando três fatores: o mínimo de 20% igual para todas as 28 regiões, a população da Região e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Como resultado de todo esse processo, a Tabela adiante mostra a distribuição dos recursos para cada uma das regiões.



Distribuição dos recursos da Participação Popular e Cidadã para a PLOA 2013, por REGIÃO

<b>REGIÕES DE COREDE</b>	<b>VALORES APROPRIADOS (em Reais)</b>
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274
SUL	13.610.888
VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858
SERRA	9.470.019
VALE DO RIO PARDO	8.646.749
FRONTEIRA OESTE	8.131.975
LITORAL	6.002.961
VALE DO TAQUARI	5.937.118
CENTRAL	5.876.170
PRODUÇÃO	5.283.641
CENTRO SUL	4.954.843
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	4.878.041
NORTE	4.556.002
MISSÕES	4.464.114
MEDIO ALTO URUGUAI	4.137.236
FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798
JACUÍ CENTRO	3.885.799
CELEIRO	3.848.529
CAMPANHA	3.739.829
VALE DO CAÍ	3.449.432
RIO DA VARZEA	3.387.403
NOROESTE COLONIAL	3.215.548
HORTÊNSIAS	2.933.443
NORDESTE	3.120.173
VALE DO JAGUARI	3.003.410
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072
ALTO JACUÍ	2.835.832
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843
<b>TOTAL DOS PROJETOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ PARA A PLOA 2013</b>	<b>165.000.000</b>

Fonte: SEPLAG/RS.

Demonstrativo de votantes do processo de participação popular e cidadã

<b>Região</b>	<b>Votantes Manual</b>	<b>Votantes Internet</b>	<b>Total Votantes</b>
Alto da Serra do Botucaraí	8.129	1.731	9.860
Alto Jacuí	29.212	1.223	30.435
Campanha	13.848	4.671	18.519
Campos de Cima da Serra	11.587	1.433	13.020
Celeiro	30.206	1.959	32.165
Central	34.095	3.734	37.829
Centro Sul	19.020	916	19.936
Fronteira Noroeste	33.059	4.219	37.278
Fronteira Oeste	62.686	4.399	67.085
Hortênsias	8.202	4.029	12.231
Jacuí Centro	31.055	1.634	32.689
Litoral	28.410	2.646	31.056
Médio Alto Uruguai	37.621	1.948	39.569
Metropolitano do Delta do Jacuí	93.388	8.669	102.057
Missões	45.026	2.616	47.642
Nordeste	23.041	6.311	29.352
Noroeste Colonial	21.325	3.847	25.172
Norte	19.798	10.761	30.559
Paranhana-Encosta da Serra	36.331	762	37.093
Produção	37.539	5.375	42.914
Rio da Várzea	20.922	2.891	23.813
Serra	51.506	14.365	65.871
Sul	32.837	10.193	43.030
Vale do Caí	17.266	1.109	18.375
Vale do Jaguari	21.718	2.408	24.126
Vale do Rio dos Sinos	59.330	7.401	66.731
Vale do Rio Pardo	51.194	4.553	55.747
Vale do Taquari	28.795	5.748	34.543
<b>Total</b>	<b>907.146</b>	<b>121.551</b>	<b>1.028.697</b>

Fonte: SEPLAG/RS.

## 9 AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo atende a disposição constitucional federal, em seu art. 165, §6º:

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul também exige a apresentação de um demonstrativo das estimativas das desonerações fiscais, em seu art. 149, §5º, V:

O orçamento geral da administração direta será acompanhado do demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, tarifária e creditícia.

Cumpra-se ainda o normativo da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus artigos 4º, 2º, V e 5º, II. Recentemente, a Lei Complementar Estadual nº 13.452, de 26/04/2010, art. 6º, V, prevê a elaboração do documento. As tabelas e as notas técnicas que acompanham o trabalho foram elaboradas pela Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Ressalva-se que, desde o ano de 2008, o portal da Secretaria da Fazenda passou a fornecer todas as informações sobre as desonerações fiscais de forma detalhada e explicativa.

As desonerações fiscais são as disposições existentes na legislação tributária, que reduzem a arrecadação potencial do imposto. Também chamadas de gastos tributários, referem-se aos dispositivos legais que substituem gastos governamentais para alcançar variados objetivos, podendo ser econômicos, ecológicos, culturais, sociais, de saúde, assistência social e outros<sup>6</sup>. Em síntese, as desonerações fiscais ou os gastos tributários referem-se a um tipo de gasto do governo realizado por meio do sistema tributário.

---

<sup>6</sup>As designações para as desonerações fiscais (ou tributárias) são diversas, incluindo gastos tributários, renúncias, benefícios, incentivos e outras denominações, diferindo quanto à abrangência e ao objetivo. Para detalhes sobre a classificação das desonerações, ver: ROSA, José Rui Gonçalves (1995). **Demonstrativos de Benefícios Tributários**. Tributação em Revista, nº 13 – Julho a Setembro. Brasília: UNAFISCO Sindical.

Com a utilização de uma nova base de dados e com um tratamento metodológico mais bem adequado, foi possível obter estimativas desagregadas das renúncias fiscais do ICMS, tanto pela natureza jurídica do benefício como pela sua finalidade. O resultado desse avanço foi demonstrado já na peça da Lei Orçamentária de 2008, referente às desonerações de 2006, constituindo-se em ferramenta de transparência das finanças estaduais, pioneira no Brasil.

A nova metodologia “desagregada”, a cada ano, vem sendo objeto de aperfeiçoamento e aprimoramento na coleta de dados e sistematização de informações. Dessa forma, foi possível revisar os valores estimados para os exercícios anteriores, reconstruindo uma série histórica desde 2003. Também se avançou no método de estimativa contemplando outros tipos de desoneração anteriormente embutidos no demonstrativo da metodologia global. Foi o caso, já no demonstrativo das renúncias de 2007, da inclusão do item “não-estorno de créditos” (os casos de manutenção de créditos que, em princípio, deveriam ser estornados). Os valores obtidos pelos dois métodos (global e desagregado) são aproximados, servindo mutuamente como teste de consistência metodológica.

É importante frisar que este trabalho tem como objetivo apresentar as informações sobre as desonerações, suas características, tipologias e finalidades, sem entrar no mérito quanto a sua adequação ou oportunidade. Destaca-se que a renúncia estimada em um exercício diz respeito à apropriação financeira do benefício, não se relacionando, necessariamente, no ano em que foi concedido formalmente.

Em outras palavras, o ato de concessão pode ocorrer em um determinado exercício, e a fruição efetivada, em outro ou outros. Assim, o fato de que em um exercício ocorra um percentual maior ou menor de comprometimento da receita potencial não reflete, necessariamente, uma política ou restrição de renúncias fiscais por parte do governo, nesse ano específico.

Além do ICMS, o demonstrativo inclui as estimativas de desoneração do IPVA e do ITCD, contemplando todo o universo dos impostos de competência estadual. As desonerações do ITCD já refletem o novo patamar do imposto em função do ajuste de alíquotas (3% nas doações e 4% no *causa mortis*). A série do IPVA, apesar de não ter havido mudanças no método, também foi revisada.

Em termos de restrições ainda existentes, cabe enfatizar que, no caso do ITCD, em relação à transmissão *causa mortis*, o demonstrativo contempla apenas o constante no art. 7, IX, da Lei nº 8.821/89 (faixa de isenção por quinhão). Ressalte-se, entretanto, que os demais valores não passíveis de serem apurados não são significativos. Em



relação ao ICMS e ao IPVA, todos os itens de desoneração constantes da legislação tributária estão contemplados no demonstrativo.

As fontes básicas dos dados utilizados para a quantificação das desonerações dos impostos foram os sistemas de informações econômico-fiscais disponíveis na Receita Estadual. No caso do ICMS, a extração dos dados é feita a partir das Guias de Informação e Apuração do imposto (informados pelos contribuintes) e, excepcionalmente, de outras bases de dados não constantes nas referidas guias. Pode-se, então, observar que a mensuração da receita potencial, que pode ser efetuada a partir dos sistemas de informações fiscais oficiais, não permite identificar a evasão ilegal do tributo (sonegação), uma vez que o cálculo foi procedido com base nas informações prestadas pelos próprios contribuintes.

É necessário destacar que o universo de contribuintes abrangido por este demonstrativo não inclui as empresas dispensadas de apresentar as Guias de Informação e Apuração do ICMS, as pessoas físicas e os produtores rurais. Em função das limitações das fontes de dados, as desonerações aqui demonstradas estão, portanto, subestimadas. Além disso, algumas informações prestadas pelos contribuintes carecem de maior consistência, o que demanda um tratamento metodológico e estatístico contínuo de adequação ou simplesmente a adoção dos dados com certa restrição.

Em função das omissões e inconsistências existentes nas informações prestadas pelos contribuintes do ICMS, a abertura dos valores de cada tipo de desoneração fica prejudicada. Não obstante, em alguns casos, como nos créditos presumidos, tipologia em que ocorre a atuação mais efetiva do Estado no campo da política tributária<sup>7</sup>, o detalhamento de informações alcança grande parte dos códigos de desoneração.

Por fim, é importante ressaltar que, em alguns tipos de créditos presumidos, também não foi possível a demonstração dos valores de forma desagregada, por item de renúncia, pois poderiam permitir a identificação do contribuinte, e, com isso, ferir o sigilo fiscal (vedação do Código Tributário Nacional, art. 198, da Lei nº 5.172/66, com nova redação dada pela LC 104/2001)<sup>8</sup>. As exceções estão tipificadas nos parágrafos 1º a 3º, do referido artigo.

<sup>7</sup> A execução da política tributária envolve a utilização de variadas formas de desonerações fiscais. Algumas são de iniciativa legislativa federal (constitucional ou infraconstitucional), outras são harmonizadas coletivamente pelos Estados no âmbito do CONFAZ e outras, finalmente, são de iniciativa estadual.

<sup>8</sup> Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.  
§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:

### **9.1. A Classificação das Desonerações Fiscais**

As desonerações fiscais são realizadas levando em conta várias finalidades: o incentivo ao setor agropecuário, a viabilização de operações no âmbito do setor público, o desenvolvimento econômico setorial e regional, apoio às micro e pequenas empresas e as preocupações de ordem ecológica e social. Na área social, as desonerações objetivam propiciar melhores condições de saúde, alimentação, habitação, assistência social e acesso à cultura, como pode ser constatado, por exemplo, tanto nas reduções de base de cálculo nas saídas de mercadorias da cesta básica de alimentos e medicamentos, como nas isenções às saídas de diversos produtos.

As desonerações do ICMS que representam subtração de receita, ou perda tributária, são abrangentes. Não se restringem aos incentivos fiscais dados às empresas, dentro do que se convencionou chamar de “guerra fiscal”, nem tampouco aos benefícios fiscais consagrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). O elenco dessas desonerações, objeto deste demonstrativo, é constituído pelas não incidências, em especial a imunidade das exportações; pelas isenções; pelos créditos presumidos; pelas reduções de base de cálculo; pela manutenção de créditos fiscais instituídos às microempresas e às empresas de pequeno porte, hoje reunidos no Simples Nacional e no chamado Simples Gaúcho, que voltou a ter vigência no exercício de 2009.

Já as desonerações fiscais, que não representam subtração de receitas, no entanto, podem significar perdas financeiras ao erário, tendo em vista a postergação da entrada de recursos no caixa do Tesouro, reúnem as tipologias do diferimento, com ou sem substituição tributária, a suspensão e as transferências de saldo credor.

---

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: I – representações fiscais para fins penais; II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; III – parcelamento ou moratória.

Existem desonerações que, embora intrinsecamente representem subtração de receita – não ocorre a materialização da receita para o Tesouro do Estado – na prática, seu efeito tributário final não resulta em prejuízo ao Estado. São os casos das desonerações enquadradas na finalidade operacional-administrativa, que têm por objetivo resolver problemas administrativos e operacionais do próprio imposto. Como exemplo, as saídas e os retornos de embalagens ou as saídas e retornos de bens para feiras ou exposições. Nesses casos, a ocorrência da tributação, eliminando a desoneração fiscal, geraria débitos, pelas saídas e créditos, pelos retornos, que se compensariam, anulando o saldo de imposto a pagar. Eventualmente, essas desonerações podem determinar uma perda de natureza financeira, a exemplo dos casos de diferimento, suspensão e transferência de saldo credor.

A classificação das desonerações fiscais deste demonstrativo não segue integralmente a definição estipulada pelo parágrafo 1º, do artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000, cuja redação, entre outras particularidades, mistura efeitos redutórios sobre a arrecadação normal e sobre a constituição de créditos tributários pela autoridade fiscal:

A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Sobre as alterações de alíquotas, merece registro que as desonerações fiscais são aferidas a partir de uma estrutura de referência do imposto, que contempla a base de incidência e a alíquota aplicável. Nessa linha, as reduções de alíquotas, exceto a figura da alíquota zero, não existente na legislação estadual, não são consideradas renúncias tributárias e sim uma nova definição da estrutura de referência do imposto (modificação da alíquota aplicável).

Adiante, enumeram-se as desonerações fiscais sob a natureza jurídica, encontradas na legislação dos impostos gaúchos:

- a) **Não-incidência**: retirada do campo de incidência do imposto;
- b) **Imunidade**: decorre de uma disposição constitucional que impede a incidência do tributo;
- c) **Isenção**: dispensa do pagamento do imposto devido;



- d) **Base de cálculo reduzida:** dispensa parcial do pagamento do imposto devido, mediante a redução, em pontos percentuais, da base de cálculo do valor da mercadoria ou do serviço sobre o qual incidirá a alíquota aplicável para se obter o imposto a pagar;
- e) **Crédito fiscal presumido:** todo o contribuinte tem direito a creditar-se, nos termos da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), do valor do imposto pago na etapa anterior (compras de mercadorias ou aquisição de serviços a serem utilizados diretamente em sua atividade produtiva, no caso do ICMS), em razão do princípio da não-cumulatividade. O crédito fiscal presumido consiste na atribuição de um valor adicional a título de crédito fiscal independentemente do crédito a que o contribuinte tem direito pelas suas aquisições normais de mercadorias ou serviços;
- f) **Não-estorno do crédito fiscal:** conforme mandamento constitucional, a operação isenta ou não-tributada acarreta a anulação do crédito fiscal correspondente à entrada da mercadoria no estabelecimento. Com esse benefício, o contribuinte fica dispensado da anulação, aumentando, portanto, o valor dos seus créditos, e, conseqüentemente, diminuindo o imposto a pagar;
- g) **Diferimento com substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, ocorrendo, nessa hipótese, a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- h) **Diferimento sem substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, mas, nessa hipótese, sem a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- i) **Suspensão:** suspende o pagamento do imposto em determinadas hipóteses, em casos restritos, especialmente em relação às operações interestaduais;
- j) **Transferência de saldo credor:** permissão para que o contribuinte transfira seu saldo credor apurado, pelo resultado da diferença entre créditos e débitos de ICMS, para outro contribuinte, que o utilizará para a redução do seu imposto a pagar;
- k) **Estatutos da microempresa e da empresa de pequeno porte:** tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados. É o caso atual do SIMPLES NACIONAL, através da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Já as situações fiscais que não representam subtração de receita, podendo representar, no entanto, perda financeira, reúnem as seguintes tipologias:

- a) **Diferimento com substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, ocorrendo, nessa hipótese, a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- b) **Diferimento sem substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, mas, nessa hipótese, sem a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- c) **Suspensão:** suspende o pagamento do imposto em determinadas hipóteses (casos restritos, especialmente em relação a operações interestaduais);
- d) **Transferência de saldo credor:** permissão para que o contribuinte transfira seu saldo credor apurado, resultado da diferença de créditos e débito de ICMS, para outro contribuinte, que o utilizará para a redução do seu imposto a pagar.



## 9.2. As Tabelas das Desonerações Fiscais do Estado do RS em 2011

Adiante, apresentam-se tabelas relacionadas às desonerações fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, relativas às informações do exercício de 2011.

Desonerações fiscais do Rio Grande do Sul, por imposto - Exercício de 2011

<b>Imposto</b>	<b>Valor Nominal (R\$)</b>	<b>% do Total</b>	<b>% do Imposto Potencial</b>
ICMS	10.903.435.420	94,85%	35,86%
IPVA	519.938.576	4,52%	23,64%
ITCD	71.977.077	0,63%	22,33%
<b>Total</b>	<b>11.495.351.074</b>	<b>100,00%</b>	<b>34,91%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa - Exercício de 2011

<b>DESONERAÇÕES DO ICMS</b>	<b>Valor - R\$</b>	<b>% DA DESONERAÇÃO</b>
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não Incidências, incluindo Exportações)	4.818.972.239	44,20%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL (ISENÇÕES, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	6.084.463.181	55,80%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS NO RS</b>	<b>10.903.435.420</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo analítico das desonerações fiscais do Rio Grande do Sul – Exercício de 2011

ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ICMS	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Regulamento do ICMS)	VALOR NOMINAL 2011	% SOBRE TOTAL DESONERAÇÕES ICMS	% SOBRE O ICMS POTENCIAL
<b>NAO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações</b>	<b>Livro I, art. 11</b>	<b>525.129.381</b>	<b>4,8162%</b>	<b>1,7270%</b>
		<b>44.535.483</b>	<b>0,4085%</b>	<b>0,1465%</b>
	LIVRO I,11,I- PAPEL P/JORNAIS, PERIÓDICOS E LIVROS LIVRO I,11,II- JORNAIS, PERIÓDICOS E LIVROS LIVRO I,11,XVI- CDS ACOMPANHAM JORNAIS,PERIÓDICOS E LIVROS			
		<b>480.593.898</b>	<b>4,4077%</b>	<b>1,5806%</b>
	LIVRO I,11,III- ENERG ELET,PETRÓLEO,COMB- INTERESTADUAL LIVRO I,11,IV- OURO COMO ATIVO FINANCEIRO LIVRO I,11,VI- MERC P/UTILI PREST SERV SUJEITA AO ISS LIVRO I,11,VII- TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ESTABELECIMENTO LIVRO I,11,VIII- ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA LIVRO I,11,IX- ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO I,11,X- SALVADOS DE SINISTRO LIVRO I,11,XI- DEPÓSITO EM ARMAZÉM-GERAL LIVRO I,11,XII- DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE LIVRO I,11,XIII- DEVOLUÇÃO ARMAZÉM-GERAL E DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO LIVRO I,11,XIV- MERCADORIAS DE TERCEIROS LIVRO I,11,XV- BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DO USO E CONSUMO OUTRAS			
<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>Livro I, art 11, V</b>	<b>4.293.842.858</b>	<b>39,3806%</b>	<b>14,1215%</b>
<b>ISENÇÕES:</b>	<b>Livro, I arts. 9º e 10</b>	<b>1.593.757.072</b>	<b>14,6170%</b>	<b>5,2415%</b>
		<b>760.952.894</b>	<b>6,9790%</b>	<b>2,5026%</b>
	LIVRO I,9º,I- REPRODUTORES OU MATRIZES - RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,II- REPRODUTORES OU MATRIZES LIVRO I,9º,III- EMBRIÕES OU SEMEM CONGEL OU RESFRIADO LIVRO I,9º,IV- EQUINOS LIVRO I,9º,VIII- INSUMOS AGROPECUÁRIOS LIVRO I,9º,IX- PROD P/ALIM ANIMAL/FABRICAÇÃO RAÇÃO LIVRO I,9º,X- BULBOS DE CEBOLA LIVRO I,9º,XI- POS- LARVA DE CAMARÃO LIVRO I,9º,XVIII- FLORES NATURAIS LIVRO I,9º,XXXVI- FOGUETES ANTIGRANIZO- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,CXXIV- MAÇÃS E PERAS LIVRO I,9º,CLIV - CARNE E PROD. COMEST. DE ABATES DE SUÍNOS PRODUZIDOS NO RS LIVRO I,9º,CLV -SUÍNOS VIVOS LIVRO I,9,CLXXIV.GEN.AL.REG.P/MER.ESC.-PRONAF LIVRO I, 9º, CLXXIX - TRIGO EM GRÃO, DE 06/12/11 A 31/03/12 LIVRO I,10,VI- TRANSPORTE DE CALCÁRIO			
		<b>169.970.058</b>	<b>1,5589%</b>	<b>0,5590%</b>
	LIVRO I,9º,XV- FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LIVRO I,9º,XVII- OVOS LIVRO I,9º,XIX- HORTIFRUTIGRANJEIROS LIVRO I,9º,XX- LEITE FLUIDO LIVRO I,9º,CXXV- PÃO FRANCÊS LIVRO I, 9º, CLXXX - ARROZ BENEFICIADO P/A CONAB E P/PROG. MUNDIAL DE ALIMENTOS			
		<b>31.075.471</b>	<b>0,2850%</b>	<b>0,1022%</b>
	LIVRO I,9º,XXXIX- CADEIRA RODAS, PRÓTESES,AP. AUDIÇÃO LIVRO I,9º,XL- VEIC AUTOM P/PORTADORES DEFICIENCIA LIVRO I,9º,XLIX- DOAÇÃO ENTIDAD GOVERN OU ASSISTENCIAIS LIVRO I,9º,L- DOAÇÕES EFETUADAS AO GOVERNO ESTADUAL			



LIVRO 1,9º,LIII- DOAÇÃO PROD.IMP. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- REC. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LVI- REMÉDIOS PARA A APAE-RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LIX- MERC.DOADAS ORG. INTERN. ASSISTÊNCIA SOCIAL- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXII- TRAVA- BLOCO P/CONSTR CASA POPULAR LIVRO 1,9º,LXV- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIÊNCIA LIVRO 1,9º,LXVI- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIÊNCIA- RECEB. DO EXTERIOR LIVRO 1,9º,LXVIII- INSTIT ASSISTENC SOCIAL/EDUC LIVRO 1,9º,LXXII- DOAÇÃO À SUDENE LIVRO 1,9º,XCII- DOAÇÕES P/ASSISTÊNCIA VÍTIMAS LIVRO 1,9º,XCVII- MENSAGEIRO DA CARIDADE LIVRO 1,9º,CXI- PROD. ALIM. CONSIDERADOS PERDA P/BANCO DE ALIMENTOS LIVRO 1,9º,CXII- PROD. ALIM. CONSIDERADOS PERDA P/PESSOAS CARENTES LIVRO 1,9º,CXVI- FOME ZERO LIVRO 1,9º,CXXI- MERC DE PROD. PROP PROM POR COOPERATIVAS SOCIAIS LIVRO 1,9º,CXXVII- SUBVENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA "BAIXA RENDA" LIVRO 1,9º,CXXX NAS SAÍDAS DE SANDUÍCHES "BIG MAC" LIVRO 1,9º,CXLVI- PROINFO - UM COMPUTADOR POR ALUNO LIVRO 1,9º,CLXVI - FUNDAÇÃO O PAO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO			
	<b>1.609.630</b>	<b>0,0148%</b>	<b>0,0053%</b>
LIVRO 1,9º,XXXII- OBRAS DE ARTE LIVRO 1,9º,LXVII- OBRAS DE ARTESANATO LIVRO 1,9º,XCIII- EQUIP. UNIVERSIDADES, PESQUISADORES E CIENT.- REC. EXTERIOR LIVRO 1,9º,CXLI- PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MIN EDUCAÇÃO LIVRO 1,9º,CXLII- EQUIP SEGURANÇA P/ XV JOGOS PAN-AMERICANOS LIVRO 1,9º,CXLIX - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESTÁDIOS P/ COPA DO MUNDO DE 2014 LIVRO 1,9º,CLVI - COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014 LIVRO 1,9º,CLX.MAT.E EQUIP.USO DOS ESCOTEIROS LIVRO 1,9º,CLXIV.MERC. DEST. OBRAS B-RIO E ARENA LIVRO 1,10º,XI- COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014			
	<b>4.244.526</b>	<b>0,0389%</b>	<b>0,0140%</b>
LIVRO 1,9º,XXVII- ÓLEO LUBRIFIC USADO CONTAMINADO LIVRO 1,9º,LXXXV- EQUIP P/ENERGIAS SOLAR E EÓLICAS LIVRO 1,9º,CVIII- EMB.VAZIAS DE AGROTOX. E TAMPAS LIVRO 1,9º,CXXVIII- PILHAS E BATERIAS USADAS LIVRO 1,9º,CXXXVII- CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO LIVRO 1,9º,CLVIII.PNEUS USADOS P/RECICLAGEM			
	<b>83.537.564</b>	<b>0,7662%</b>	<b>0,2747%</b>
LIVRO 1,9º,XXV- ZONA FRANCA DE MANAUS LIVRO 1,9º,XXVI- ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO LIVRO 1,9º,XXVIII- EMBARCAÇÕES LIVRO 1,9º,XXIX- PROD P/CONSUM EM EMBARC/AERONAVES LIVRO 1,9º,XXX- COMBUSTÍVEIS P/ EMBARC E AERONAVES LIVRO 1,9º,XXXI- PROGRAMAS DE COMPUTADOR LIVRO 1,9º,LXXIX- TÁXI LIVRO 1,9º,LXXXII- MERC.PROJETO GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS LIVRO 1,9º,LXXXVI- "FREE SHOPS" LIVRO 1,9º,LXXXVIII- ÓLEO DIESEL P/EMBARC PESQUISA LIVRO 1,9º,LXXXIX- PROJ INT EXPL AGR PEC IND RORAIMA LIVRO 1,9º,XXXV- PROGRAMA BEFIEIX LIVRO 1,9º,XCVI- ZONAS PROCESSAMENTO EXPORTAÇÃO - ZPE LIVRO 1,9º,XCIX- EQUIP.P/USINA TERMEL,CANDIOTA LIVRO 1,9º,CXVIII- MAQ.P/USINA TERMELÉTRICA LIVRO 1,9º,CXIX- CERVEJAS,REFRIG,SUCOS E AGUA MINERAL LIVRO 1,9º,CXXII- GUINDASTE MOVEI PORTUARIO LIVRO 1,9º,CXXIII- REPORTE- IMPORT.AT.IMOBILIZADO LIVRO 1,9º,CXXVI- TIJOLOS DE CERAMICA			





LIVRO I,9º,CXXXI NAS SAÍDAS DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO LIVRO I,9º,CXXXIII REGIME ESPECIAL DE DEPÓSITO AFIANÇADO LIVRO I,9º,CXXXIV- REPORTO SAIDAS INTERNAS P/ATIVO IMOBILIZADO LIVRO I,9º,CXXXV- PROD P/A MANUTENCAO DO GASODUTO BRASIL- BOLIVIA LIVRO I,9º,CXXXVI- OPERACOES C/EMISSAO DE CDA E WARRANT LIVRO I,9º,CXL- BENS ATIVO IMOBILIZADO DE EMPRESA PORTUARIA LIVRO I,9º,CXLIII- IMPORTACAO MAQ. EQUIP E ACES P/EMP RADIODIFUSAO LIVRO I,9º,CXLVII - ÓLEO COMESTÍVEL USADO PARA INSUMO INDUSTRIAL LIVRO I,9º,CLXVII - IMPORTAÇÃO DE PÓS-LARVAS DE CAMARÃO E DE REPRODUTORES SPF LIVRO I,9º,CLXVIII - REPRODUTORES DE CAMARAO MARINHO LIVRO I, 9º, CLXIX - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/USINA TERMELÉTRICA LIVRO I, 9º, CLXX - RECEBIMENTOS MERCADORIAS P/USINA TERMELÉTRICA - DIF. DE ALÍQ. LIVRO I, 9º, CLXXI - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/EXPLOR PETRÓLEO E GN - REPETRO LIVRO I,9,CLXXII.BENS/MERC.ATV.EXP.PET./GAS NAT. LIVRO I, 9º, CLXXIII - IMPORTAÇÃO MERCADORIAS P/EXPLORAÇÃO PETRÓLEO E GN LIVRO I, 9º, CLXXV - RECEBIMENTOS MÁQ E EQUIP. P/ATIVO FIXO DE IND. DE SEMICONDUTORES LIVRO I, 9º, CLXXVI - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP. P/ATIVO FIXO IND. DE BUTADIENO LIVRO I, 9º, CLXXVII - RECEBIMENTOS MÁQ. E EQUIP.P/ATIVO FIXO IND. DE PNEUMÁTICOS LIVRO I, 9º, CLXXXI - MERCADORIAS P/CONSTR., CONSERV. E REPARO DE EMBARCAÇÕES LIVRO I,9º, PARÁGRAFO ÚNICO- MÁQUINAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS- DIF. ALÍQUOTA LIVRO I,10,IV- DIFUSAO SONORA LIVRO I,10,V- TAXI LIVRO I,10,VII- TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGA			
	<b>25.048.825</b>	<b>0,2297%</b>	<b>0,0824%</b>
LIVRO I,9º,XXXVII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,XXXVIII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS LIVRO I,9º,XLI- MEDICAMENTOS QUIMIOTERAPICOS LIVRO I,9º,XLV, "c"- MEDICAMENTOS PESSOA FÍSICA- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO I,9º,LI- MERC. PROCESSO INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANGUE- REC.EXTERIOR LIVRO I,9º,LII- EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES- REC. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LXIII- PRODUTOS FARMACEUTICOS LIVRO I,9º,LXXXIV- PRESERVATIVOS LIVRO I,9º,LXXXVII- EQUIP DIDAT.CIENT.MEDICO- HOSPITALARES LIVRO I,9º,XCV- PRODUTOS PARA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,XCVIII- EQUIP.PRESTACAO SERV.SAUDE LIVRO I,9º,CIV- EQUIP MED HOSPIT.P/MINIST.SAUDE LIVRO I,9º,CXIV- MEDICAMENTOS LIVRO I,9º,CXV- FARMACOS E MEDICAMENTOS PARA ORGAOS DA ADM PUBLICA DIRETA LIVRO I,9º,CXXIX NAS SAÍDAS DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS DA FIOCRUZ LIVRO I,9º,CXLIV- REAGENTE P/DIAGNOSTICO DE DOENCA DE CHAGAS LIVRO I,9º,CLIII - PROD. IMPORT. COMBATE DENGUE, MALARIA E FEBRE AMARELA LIVRO I,9º,CLXI - PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL LIVRO I,9º,CLXII - IMPORTAÇÃO APARELHOS DE DIAGNOSTICO PARA MAMOGRAFIA LIVRO I, 9º, CLXXVIII - FÁRMACOS/MEDICAMENTOS DERIVADOS DO PLASMA HUMANO			
	<b>485.812.367</b>	<b>4,4556%</b>	<b>1,5977%</b>
LIVRO I,9º,V- AMOSTRA DIMINUTO OU NENHUM VALOR COMERCIAL LIVRO I,9º,VI- EXPOSICOES OU FEIRAS- SAIDAS LIVRO I,9º,VII- EXPOSICOES OU FEIRAS- RETORNO LIVRO I,9º,XII- VASILHAMES,RECIP E EMBALAG- SAIDA LIVRO I,9º,XIII- VASILHAMES,RECIP,EMBALAG- RETORNO LIVRO I,9º,XIV- BOTOJES VAZIOS DE GLP LIVRO I,9º,XXII- "DRAWBACK"- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,XXIII- "DRAWBACK"- SAIDAS P/BENEFICIAMENTO LIVRO I,9º,XXIV- "DRAWBACK"- RETORNO BENEFICIAMENTO LIVRO I,9º,XLII- MERCADORIA EXPORTADA- RETORNOS, DEVOLUÇÕES, CONSIGNAÇÃO LIVRO I,9º,XLIII- AMOSTRAS SEM VALOR COMERCIAL- RECEBIMENTOS EXTERIOR			



LIVRO I,9º,XLIV- BENS DE BAGAGEM VIAJANTE- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO I,9º,XLV, "a"- MERCADORIAS RECEBIDAS COM DEFEITO- RECEB. EXTERIOR LIVRO I,9º,XLV, "b"- ENCOMENDAS ATÉ US\$ 50,00- RECEBIMENTOS EXTERIOR LIVRO I,9º,XLVI- DIFERENÇA TAXA CAMBIAL IMPORTAÇÃO SIMPLIFICADA DE MERCADORIAS LIVRO I,9º,XLVII- MERC.REGIME TRIBUTAÇÃO SIMPLES ISENTAS DO IPI- REC.EXTERIOR LIVRO I,9º,XCI- RETORNO REMESSAS PARA EXPOSIÇÃO OU FEIRA- REC. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,CI- IMP.MERC.OU BENS REGIME ESP ADUANEIRO LIVRO I,9º,CIII- MERCADORIAS EM PENHORA LIVRO I,9º,CX ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO I,9º,CXXXVIII- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS,SUB EM GARANTIA LIVRO I,9º,CXLV- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS EM GARANTIA LIVRO I,9º,CLI- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS P/FABR. DE PROD. AERONAUTICOS LIVRO I,9º,CLII - PECAS NOVAS EM SUBST. AS DEFEIT., P/PROD. AERONAUTICOS LIVRO I,10,IX- TRANSP CARGA A CONTR. INSC NO CGCTE				
	<b>31.505.738</b>	<b>0,2890%</b>	<b>0,1036%</b>	
LIVRO I,9º,XLVIII- ENERG ELET,VEIC P/MISSAO DIPLOMATICA LIVRO I,9º,LIV- ATIVO PERMANENTE/USO OU CONSUMO DA ADM. PÚB.- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,LV- EQUIP.CIENTIFICOS INFORMÁTICA DA ADM. PÚBLICA-REC.DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LVII- BENS PARA CORSAN RECURSOS DO BANCO MUNDIAL- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,LVIII- EQUIPAMENTOS PESQUISA CIENTÍFICA EMBRAPA- REC. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LX- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- SAIDA LIVRO I,9º,LXI- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- RETORNO LIVRO I,9º,LXIX- VEIC P/FISCALIZACAO DE TE E PM LIVRO I,9º,LXX- DOACAO A SECRETARIA DA EDUCACAO LIVRO I,9º,LXXI- CENTRO FORM DE RH DO SISTEM SENAI LIVRO I,9º,LXXIII- VEIC P/CORPOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS LIVRO I,9º,LXXIV- CAVALOS DOADOS A BRIGADA MILITAR LIVRO I,9º,LXXV- PROMOFAZ LIVRO I,9º,LXXVI- VEICULOS DE BOMBEIROS LIVRO I,9º,LXXVII- ENERG ELET P/ADM PUBLICA ESTADUAL LIVRO I,9º,LXXXI- AMPLIAÇÃO SISTEMA INF.DA SEFA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS INTERNAS LIVRO I,9º,LXXXIII- COLETORES ELETRONICOS DE VOTO LIVRO I,9º,XC- ATIVO IMOBILIZADO- EMBRAPA LIVRO I,9º,CII- VEICULOS P/DEP.POLICIA FEDERAL LIVRO I,9º,CIX- VEICULOS P/A POLICIA ROD.FEDERAL LIVRO I,9º,CXVII- VEÍCULOS P/O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL LIVRO I,9º,CXX- PRODUTOS PARA ENTIDADES DA ADM PUBLICA ESTADUAL LIVRO I,9º,CXXXII NAS SAÍDAS DE SELOS DE CONTROLE FEDERAL LIVRO I,9º,CXLVIII - ALCÂNTARA CYCLONE SPACE LIVRO I,9º,CLVII.VEIC.COMB.E SUAS PARTES LIVRO I,9º,CLIX.EQUIP.DE SEGURANCA ELETRONICA LIVRO I,9º,CLIV.- IMPORTAÇÃO DE PEÇAS, PARTES E EQUIPAMENTOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA LIVRO I,10,I- TELECOMUNICACAO P/ ADM PUBLICA LIVRO I,10,II- TELECOMUNIC P/ MISSOES DIPLOMATICAS LIVRO I,10,VIII- TRANSPORTE DE MERCADORIA- PROMOFAZ LIVRO I,10,X- INTERNET PROGR GOV. ELETRÔNICO DE SERV DE ATEND DO CIDADÃO - GESAC				
<b>REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO:</b>	<b>Livro I, arts. 23 e 24</b>	<b>821.483.315</b>	<b>7,5342%</b>	<b>2,7017%</b>
		<b>200.968.844</b>	<b>1,8432%</b>	<b>0,6609%</b>
LIVRO I,23,V- TRIGO EM GRAO LIVRO I,23,IX- INSUMOS AGROPECUARIOS LIVRO I,23,X- ALIMENTACAO ANIMAL/FABRICACAO RACAO LIVRO I,23,XIV- MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LIVRO I,23,XXXI- MEL PURO LIVRO I,23,XLIV - TRIGO EM GRÃO				



LIVRO I,23,XLV- FEIJAO LIVRO I,23,LIII.SAIDAS INTERNAS DE UREIA.			
	<b>156.916.055</b>	<b>1,4391%</b>	<b>0,5161%</b>
LIVRO I,23,II- CESTA BASICA DE ALIMENTOS LIVRO I,23,XXX- EMBALAG P/MERC QUE COMPOEM CESTA BASICA			
	<b>740.383</b>	<b>0,0068%</b>	<b>0,0024%</b>
LIVRO I,23,XLVI,SACOLAS PLAST.P/ACOND.MERC.			
	<b>379.777.746</b>	<b>3,4831%</b>	<b>1,2490%</b>
LIVRO I,23,III- OLEO EM BRUTO/EMBALAGENS LIVRO I,23,VI- REFEICOES- RESTAURANTES LIVRO I,23,VII- AGUA NATURAL CANALIZADA LIVRO I,23,XII- BEFIEX LIVRO I,23,XIII- MAQ,EQUIPAM APARELHOS,INDUSTRIAIS LIVRO I,23,XV- AERONAVES, PECAS E ACESSORIOS LIVRO I,23,XVI- PROD ACABADOS DE INFORMATICA E AUTOMACAO LIVRO I,23,XVII- FERROS E ACOS NAO-PLANOS LIVRO I,23,XVIII- TIJ,TELHA,TUBO,MANILHA,TAPA-VIGA LIVRO I,23,XIX- ZONA FRANCA DE MANAUS LIVRO I,23,XXI- VEICULOS AUTOMOTORES LIVRO I,23,XXII- VEIC AUTOM - DIFERENCIAL ALIQUOTA LIVRO I,23,XXIV- BLOCOS E TIJOLOS DE CONCRETO LIVRO I,23,XXV- VEICULOS DE DUAS RODAS LIVRO I,23,XXVI- VEICULOS DE DUAS RODAS- DIF ALIQ LIVRO I,23,XXIX- MEDICAMENTOS E PROD PERFUMARIA LIVRO I,23,XXXII- VEICULOS,MAQ,APARELHOS LIVRO I,23,XXXIII- PNEUMATICOS, CAMARAS DE AR LIVRO I,23,XXXIV- MAQUINAS PARA A USINA TERMELETRICA SEIVAL LIVRO I,23,XXXV- PEDRA BRITADA E DE MAO LIVRO I,23,XXXIX ESCADAS E TAPETES ROLANTE LIVRO I,23,XL- CARNE AVES, LEPORIDEOS E GADO BOVINO LIVRO I,23,XLI- TERMINAIS PORTATEIS TELEFONIA LIVRO I,23,XLIII - INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO LIVRO I,23, XLIX.MAQ./APAR.IMP. APEND.XXXVI LIVRO I,23, L.MAQ. APR.APEND.XXXVII LIVRO I,23, LI - IMPORT P/MANUT DE INSTALACOES DE TRANSMISSAO DE ENERGIA OU DADOS C/ANEEL LIVRO I,23,LII. MERC.IND. TEXTIL LIVRO I,ART.23,LIV. CAMINHOS-GUINDASTES LIVRO I,ART.23,LV. CAM.-GUIND/GUIND. IMPORTADOS LIVRO I,ART.23,LVI.MERC.AP.XXXVIII.A.P. TERMOEL.CV. LIVRO I, ART. 23, LVII - IMPORTAÇÕES P/ INSTALAÇÕES DE PROD. PETRÓLEO E GN - REPETRO LIVRO I,24,I- TRANSP INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS LIVRO I,24,II- TELEVISAO POR ASSINATURA LIVRO I,24,III- RADIOCHAMADA LIVRO I,24,IV- ACESSO ONEROSO A INTERNET LIVRO I,24,V- TELEFONIA FIXA A EMP DE CALL CENTER LIVRO I,24,VI- MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VEÍCULO DE CARGA			
	<b>82.180.972</b>	<b>0,7537%</b>	<b>0,2703%</b>
LIVRO I,23,I- MERCADORIAS USADAS LIVRO I,23,XXVII- IMP MERC OU BENS SOB REGIME ESP ADUAN ADM TEMP			
	<b>818.464</b>	<b>0,0075%</b>	<b>0,0027%</b>
LIVRO I,23,VIII- CESTA BASICA DE MEDICAMENTOS LIVRO I,23, XLVII - IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LIVRO III,105,§1º- DÉBITO RESP. PRODUTOS FARMACÊUTICOS LIVRO III,105,§2º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS SIMILARES			



	LIVRO III,105,§3º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS GENÉRICOS			
		<b>80.851</b>	<b>0,0007%</b>	<b>0,0003%</b>
	LIVRO I,23, XLVII.MERCADORIAS PARA UMS			
<b>CRÉDITOS PRESUMIDOS:</b>	<b>Livro I, art. 32</b>	<b>2.393.171.182</b>	<b>21,9488%</b>	<b>7,8706%</b>
		<b>33.002.220</b>	<b>0,3027%</b>	<b>0,1085%</b>
	LIVRO I, 32,XXIV - PRODUTORES/DESTINATARIOS DE MAÇÃS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,LII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - AGROINDÚSTRIAS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,LIII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - COOPERATIVAS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I,32,CVII - LEITE DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DE PRODUTOR RURAL, DE 02/07/10 A 30/06/11	33.002.220	0,3027%	0,1085%
		<b>2.580.040</b>	<b>0,0237%</b>	<b>0,0085%</b>
	LIVRO I, 32,LXIV - PROJETOS SOCIAIS	2.580.040	0,0237%	0,0085%
		<b>13.774.052</b>	<b>0,0075%</b>	<b>0,0027%</b>
	LIVRO I, 32,V - DISCOS FONOGRÁFICOS	922	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,VI - OBRAS DE ARTE	10.000	0,0001%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XV - PROJETOS CULTURAIS	13.753.559	0,1261%	0,0452%
	LIVRO I, 32,LXX - BOLSA DE ESTUDO PARA PROFESSORES	77	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,LXXIII - PROCENS	9.494	0,0001%	0,0000%
		<b>116.346.144</b>	<b>1,0671%</b>	<b>0,3826%</b>
	LIVRO I, 32,LXXXVIII - BODIESEL B-100	116.346.144	1,0671%	0,3826%
		<b>1.243.932.292</b>	<b>11,4086%</b>	<b>4,0910%</b>
	LIVRO I, 32,IV - RESTAURANTES	2.096.974	0,0192%	0,0069%
	LIVRO I, 32,VII - CHAPAS E BOBINAS DE AÇO	170.627.430	1,5649%	0,5612%
	LIVRO I, 32,VIII - PROD. INFORMÁTICA / ALTO-FALANTE, RECEPTORES	64.891.208	0,5951%	0,2134%
	LIVRO I, 32,XI, "a" - PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - ENTRADAS GADO	83.307.772	0,7641%	0,2740%
	LIVRO I, 32,XII - INDÚSTRIAS LANIFICIAS	1.848.789	0,0170%	0,0061%
	LIVRO I, 32,XIII - XXVIII - XLVII e LXXIV - FUNDOPEM, FUNDOPEM Nosso emprego, e FUNDOPEM Leis 11.028/97 e 11.916/03	315.388.658	2,8926%	1,0372%
	LIVRO I, 32,XIV - "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS DE LÃ	6.657.570	0,0611%	0,0219%
	LIVRO I, 32,XVI - EQUIPAM. EMISSOR CUPOM FISCAL (ECF)	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XIX - INDÚSTRIA VINÍCOLA	15.849.929	0,1454%	0,0521%
	LIVRO I, 32,XXIII - INDUSTRIALIZADORES DE MANDIOCA	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XXVI - INDÚSTRIA DE QUEIJOS	29.118.818	0,2671%	0,0958%
	LIVRO I, 32,XXXI, "b" - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	2.236	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XXXII - FDI/RS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XXXIII - ARROZ BENEFICIADO	60.082.285	0,5510%	0,1976%
	LIVRO I, 32,XXXV - IND. LINGÜIÇAS, MORTAD., SALSICHAS	35.039.881	0,3214%	0,1152%
	LIVRO I, 32,XXXVI - LEITE EM PO	45.196.453	0,4145%	0,1486%
	LIVRO I, 32,XXXVII - MADEIRA SERRADA	973.739	0,0089%	0,0032%
	LIVRO I, 32,XXXIX - PRIN - CARTA CONSULTA	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XLII - PRIN/RS - PROTOCOLO INDIVIDUAL	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XLIII - FITEC/RS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XLIV - PROTEÍNAS, LECITINA E GORDURAS VEGETAIS	1.990.415	0,0183%	0,0065%
	LIVRO I, 32,XLVI - ENERGIA ELÉTRICA P/ESTAB. COMERCIAIS	3.979.243	0,0365%	0,0131%
	LIVRO I, 32,XLIX - VERDURAS E HORTALIÇAS	4.373.165	0,0401%	0,0144%
	LIVRO I, 32,L - ALHO	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XI, "c" - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERNAS	67.048.546	0,6149%	0,2205%
	LIVRO I, 32,LIV - SALAME E CARNE SUÍNA TEMPERADA	3.619.328	0,0332%	0,0119%
	LIVRO I, 32,LV - PAPEL HIGIÊNICO	1.940.321	0,0178%	0,0064%
	LIVRO I, 32,LIX - MÁRMORES E GRANITOS	983.280	0,0090%	0,0032%
	LIVRO I, 32,LX - MEL PURO	94.848	0,0009%	0,0003%
	LIVRO I, 32,LXI - MÓVEIS	14.733.492	0,1351%	0,0485%
	LIVRO I, 32,LXII - BOLACHAS E BISCOITOS	6.932.257	0,0636%	0,0228%
	LIVRO I, 32,LXIII - LEITE	82.315.238	0,7549%	0,2707%



LIVRO I, 32,LXV - CONSERVAS DE FRUTAS EXCETO PESSEGO	744.992	0,0068%	0,0025%
LIVRO I, 32,LXVI - CONSERVAS DE PÊSSEGO	3.317.976	0,0304%	0,0109%
LIVRO I, 32,LXVII - PROGRAMA SLP CERÂMICO	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXIX - FARINHA DE TRIGO	20.220.402	0,1854%	0,0665%
LIVRO I, 32,LXXI - FERTILIZANTES	36.891.190	0,3383%	0,1213%
LIVRO I, 32,LXXV - CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE EXPL E PROD DE PETRÓLEO	558.639	0,0051%	0,0018%
LIVRO I, 32,LXXVI - FARINHA DE TRIGO, MISTURAS ...	33.705.047	0,3091%	0,1108%
LIVRO I, 32,LXXVII - CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS	2.528.981	0,0232%	0,0083%
LIVRO I, 32,LXXVIII - VINHO	8.960.077	0,0822%	0,0295%
LIVRO I, 32,LXXIX - GELÉIAS DE FRUTAS	2.534.309	0,0232%	0,0083%
LIVRO I, 32,LXXX - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXXXI - PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	3.494.008	0,0320%	0,0115%
LIVRO I, 32,LXXXII - CARNES E PROD RESULT ABATES	52.724.018	0,4836%	0,1734%
LIVRO I, 32,LXXXIII - PROD. INDUST. CARNES DE AVES	8.380.695	0,0769%	0,0276%
LIVRO I, 32,LXXXIX - TOMATES PREPARADOS OU CONSERVADOS, "KETCHUP" E MOLHOS DE TOMATE	2.258.766	0,0207%	0,0074%
LIVRO I,32,XCIII - ÓLEO REFINADO DE SOJA, CANOLA E GIRASSOL	2.931.469	0,0269%	0,0096%
LIVRO I,32,XCIV - SUCOS DE UVA	1.899.254	0,0174%	0,0062%
LIVRO I,32,XCV - CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	12.703.733	0,1165%	0,0418%
LIVRO I,32,XCVI - PAPEL	2.230.059	0,0205%	0,0073%
LIVRO I, 32,XCIX - SÍLICA DE ORIGEM VEGETAL, OBTIDA A PARTIR DA QUEIMA DE CASCA DE ARROZ	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,CVI - LEITE DESTINADO À PRODUÇÃO DE QUEIJOS, A PARTIR DE 02/07/10	1.803.723	0,0165%	0,0059%
LIVRO I,32,CVIII - CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DO ABATE DE AVES	17.900.681	0,1642%	0,0589%
LIVRO I,32,CIX - PLACAS-MÃE DE IMPRESSORA DE GRANDE PORTE-TRAÇADOR GRÁFICO E CIRCUITOS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CX - COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, A PARTIR DE 30/07/10	3.659.652	0,0336%	0,0120%
LIVRO I,32,CXI - FABRICANTES DE GRANOLA EM BARRA, "COOKIES" E GOTAS DE "COOKIES"	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXII - RECICLADORES NAS SAÍDAS DE PRODUTOS INDUST. NA FORMA DE FLOCOS, GRANULADOS	3.491.465	0,0320%	0,0115%
LIVRO I,32CXIV - FARELO DE SOJA, A PARTIR DE 06/12/10	1.901.282	0,0174%	0,0063%
LIVRO I,32,CXVI - MÓDULOS E CIRCUITOS DE MEMÓRIA, E CIRCUITOS INTEGRADOS, A PARTIR DE 24/12/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXIX - FABRICANTES DE RAPADURAS-AQUISIÇÕES INTERNAS DE MELADO E DE AÇUCAR MASCADO	-	0,0000%	0,0000%
CXX - FABRICANTES DE PNEUMÁTICOS - FUNDOPEM/RS, A PARTIR DE 11/03/11	-	0,0000%	0,0000%
CXXII - IMPORTADORAS DE PNEUMÁTICOS, A PARTIR DE 04/10/11	-	0,0000%	0,0000%
CXXIII - INDÚSTRIAS DE ETANOL - FUNDOPEM/RS E INTEGRAR/RS, A PARTIR DE 21/10/11	-	0,0000%	0,0000%
CXXIV - FABRICANTES DE CHOCOLATES, ACHOCOLATADOS, CAMELOS E CEREAIS	-	0,0000%	0,0000%
	<b>18.620.315</b>	<b>0,1708%</b>	<b>0,0612%</b>
LIVRO I, 32,XXI - PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE	18.620.315	0,1708%	0,0612%
	<b>964.916.119</b>	<b>8,8497%</b>	<b>3,1734%</b>
LIVRO I, 32,IX - TELHAS, TIJOLOS, LAJOTAS E MANILHAS			
LIVRO I, 32,X - PEÇAS E COMPONENTES P/CONDIC DE AR			
LIVRO I, 32,XXVII - FOMENTAR - RS			
LIVRO I, 32,XXXIV - PROGRAMA APOIO AOS FRIGORÍFICOS			
LIVRO I, 32,XXXVIII - CARNE COZIDA ENLATADA			
LIVRO I, 32,XLV - CARNE E PRODUTOS DE GADO BOVINO P/EXTERIOR			
LIVRO I, 32,XLVIII - CARNE E PRODUTOS DE PERU			
LIVRO I, 32,LI - ARRENDAMENTO MERCANTIL			
LIVRO I, 32,LVI - REATORES ELETRÔNICOS			
LIVRO I, 32,LVIII - EMPANADOS DE AVES			
LIVRO I, 32,LXVIII - IMPORTADORES DE VEÍCULOS			
LIVRO I, 32,LXXII - CERVEJAS, REFRIG., SUCOS E ÁGUA MINERAL			
LIVRO I, 32,LXXXV - MILHO DE PIPOCA			
LIVRO I, 32,LXXXVI - MUNIÇÕES			
LIVRO I, 32,LXXXVII - SOJA EM GRÃO DESATIVADA E EMPREGADA NA FABRICAÇÃO DE			



	<p>RAÇÃO LIVRO I, 32, XC - MÁQUINAS E EQUIP PARA ENVASAR BEBIDAS E ALIMENTOS LÍQUIDOS E PASTOSOS LIVRO I, 32, XCI - TUBOS DE AÇO SEM COSTURA LIVRO I, 32, XCII - COPOLÍMEROS (SAN E ABS) LIVRO I, 32, XCVII - RESERVATÓRIOS DE FIBRA DE VIDRO LIVRO I, 32, XCVIII - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO USO DA CASCA DE ARROZ PARA GERAÇÃO DE E ELÉTRICA LIVRO I, 32, C - SAÍDAS INTERESTADUAIS DE FERTILIZANTES LIVRO I, 32, CI - EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA LIVRO I, 32, CII - EMPRESAS DO PROGRAMA PRÓ-INOVAÇÃO/RS LIVRO I, 32, CIII - PNEUMÁTICOS, PROTETORES DE BORRACHA E CÂMARAS DE AR, A PARTIR DE 11/06/10 LIVRO I, 32, CIV - MÁQUINAS E APARELHOS IMPORTADOS DO EXTERIOR, RELACIONADOS NO APÊNDICE XXXVI LIVRO I, 32, CV - ROLHAS, TAMPAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS PARA FECHAR RECIPIENTES LIVRO I, 32, CXIII - PRODUTOS CERÂMICOS, A PARTIR DE 01/11/10 LIVRO I, 32, CXV - POLIESTIRENO CRISTAL, POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E ESTIRENO LIVRO I, 32, CXVII - FABRICANTES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LIVRO I, 32, CXVIII - TRANSPORTADORES DE GRANÉIS, E CARREGADORES E DESCARREGADORES DE NAVIOS CXXI - GUINDASTES E CAMINHÕES-GUINDASTES, A PARTIR DE 12/04/11</p>			
<b>MICRO E EPP</b>	<b>"SIMPLES GAÚCHO" - Lei 10.045/93, alterada pela Lei 12.410/05 e "SIMPLES NACIONAL" - Lei Complementar 123/06.</b>	<b>808.091.081</b>	<b>7,4113%</b>	<b>2,6576%</b>
<b>MANUTENÇÃO DO CRÉDITO FISCAL</b>	<b>Livro I, art. 35 e Livro III, art. 3º</b>	<b>467.960.531</b>	<b>4,2919%</b>	<b>1,5390%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ICMS</b>		<b>10.903.435.420</b>	<b>100,0000%</b>	<b>35,8591%</b>
<b>ICMS</b>		<b>19.502.930.376</b>	<b>-</b>	<b>64,1409%</b>
<b>ICMS POTENCIAL</b>		<b>30.406.365.796</b>	<b>-</b>	<b>100,0000%</b>
<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>	<b>DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.815/85 e Decreto 32.144/85, com alterações posteriores)</b>	<b>VALOR NOMINAL 2011</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE IPVA</b>	<b>% SOBRE O IPVA POTENCIAL</b>
<b>IMUNIDADES</b>		<b>27.728.957</b>	<b>5,3331%</b>	<b>1,2609%</b>
	VEÍCULOS OFICIAIS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	24.366.534	4,6864%	1,1080%
	TEMPLOS	1.195.263	0,2299%	0,0544%
	PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES	5.855	0,0011%	0,0003%
	SINDICATOS DE TRABALHADORES	464.996	0,0894%	0,0211%
	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.696.309	0,3263%	0,0771%
<b>ISENÇÕES</b>		<b>375.226.376</b>	<b>72,1673%</b>	<b>17,0622%</b>
	CORPOS DIPLOMÁTICOS	66.572	0,0128%	0,0030%
	MAQ.AGRIC.TERRAPLAN.TRATORES, BARCOS E AVIÕES, REBOQUE, CICLOMOTORES	199.075.343	38,2882%	9,0523%
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO	16.535	0,0032%	0,0008%
	PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM FABRICAÇÃO DE MAIS DE 20 ANOS	104.510.071	20,1004%	4,7523%
	PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO COM IPVA INFERIOR A 4 UPF/RS	3.392.784	0,6525%	0,1543%
	DEFICIENTE FÍSICO E PARAPLÉGICOS	6.204.357	1,1933%	0,2821%
	TAXI (CATEGORIA ALUGUEL)	10.629.080	2,0443%	0,4833%
	ÔNIBUS URBANO, SUBURBANO, REGIÃO METROPOLITANA	8.319.906	1,6002%	0,3783%
	TAXI-LOTAÇÃO	678.176	0,1304%	0,0308%
	TRANSPORTE ESCOLAR	2.005.931	0,3858%	0,0912%
	LEILÃO DO FUNCAB (Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso)	54.307	0,0104%	0,0025%
	PERDA TOTAL POR FURTO, ROUBO, SINISTRO OU OUTRO MOTIVO	40.272.453	7,7456%	1,8313%
	COPA DO MUNDO FIFA (Acrescentado pelo art. 1º da Lei 13.255, de 09/10/09)	-	0,0000%	0,0000%



	ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS (Acrescentado pelo art. 1º da Lei 13.658, de 11/01/11)	861	0,0002%	0,0000%
DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA - Lei 11.400/99, alterada pela Lei 11.644/01		86.568.047	16,6496%	3,9364%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO - Lei 8115/85, art 11, combinado c/ Dec. 32.144/85, art 14, I, "b"		30.416.057	5,8499%	1,3831%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>		<b>519.939.437</b>	<b>100,0000%</b>	<b>23,6426%</b>
IPVA ARRECADADO		1.679.225.874	-	76,3574%
IPVA POTENCIAL		2.199.165.311	-	100,0000%
<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>	<b>DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.821/89)</b>	<b>VALOR NOMINAL 2011</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ITCD</b>	<b>% SOBRE O ITCD POTENCIAL</b>
<b>IMUNIDADES:</b>		<b>3.335.925</b>	<b>4,6347%</b>	<b>1,0351%</b>
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. I - UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	3.159.170	4,3891%	0,9803%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. II - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	97.779	0,1358%	0,0303%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. III - PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	0	0,0000%	0,0000%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. IV - ENTIDADES SINDICAIS, TRABALHADORES, EDUCAÇÃO ...	78.976	0,1097%	0,0245%
	Lei 8.821/89, art. 5º, inc. V - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEIS DESTINADOS ...	0	0,0000%	0,0000%
<b>NÃO-INCIDÊNCIA:</b>		<b>849.930</b>	<b>1,1808%</b>	<b>0,2637%</b>
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. II - RENÚNCIA À HERANÇA OU LEGADO ...	11.282	0,0157%	0,0035%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. III - EXTINÇÃO DE USUFRUTO ...	451.290	0,6270%	0,1400%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. IV - DOAÇÃO C/INCIDÊNCIA DE ICMS	3.761	0,0052%	0,0012%
	Lei 8.821/89, art. 6º, inc. V - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, ATÉ A COTA PARTE ...	383.597	0,5329%	0,1190%
<b>ISENÇÕES:</b>		<b>67.791.222</b>	<b>94,1845%</b>	<b>21,0358%</b>
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. I - IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs ...	932.224	1,2952%	0,2893%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. II - EXTINÇÃO DE USUFRUTO, INSTITUÍDO P/NU-PROPRIETÁRIO	97.780	0,1358%	0,0303%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. III - DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO RS E SEUS MUNICÍPIOS	1.128.226	1,5675%	0,3501%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IV - IMÓVEL RURAL, ASCENDENTE, DESCENDENTE ...	868.882	1,2072%	0,2696%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. V - DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPIRIEIDADE	37.608	0,0522%	0,0117%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VI - EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO JÁ TRIBUTADA)	5.317.704	7,3881%	1,6501%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VII - DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS E ENTIDADES SIND.	218.124	0,3030%	0,0677%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VIII - ROUPAS, DE UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS DE USO MANUAL...	7.522	0,0104%	0,0023%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IX - SUCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs	59.178.217	82,2181%	18,3632%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. X - VALOR DO ITCD INFERIOR A 4 UPFs	4.937	0,0069%	0,0015%
	Lei 8.821/89, art. 7º, inc. XI - Relacionada à Copa do Mundo da FIFA 2014 e Confederações 2013	-	0,0000%	0,0000%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>		<b>71.977.076</b>	<b>100,0000%</b>	<b>22,3347%</b>
ITCD ARRECADADO		250.288.403	-	77,6653%
ITCD POTENCIAL		322.265.479	-	100,0000%
<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES FISCAIS TOTAIS DO RS</b>		<b>VALOR NOMINAL 2011</b>	<b>% SOBRE TOTAL DESONERAÇÕES FISCAIS</b>	<b>% SOBRE OS IMPOSTOS POTENCIAIS</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO RS (ICMS, IPVA e ITCD)</b>		<b>11.495.351.934</b>	<b>100,0000%</b>	<b>34,9108%</b>
IMPOSTOS ARRECADADOS		21.432.444.652	-	65,0892%
IMPOSTOS POTENCIAIS		32.927.796.586	-	100,0000%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.





As tabelas adiante demonstram a evolução das desonerações.

Demonstrativo das estimativas das desonerações totais dos impostos, por natureza jurídica, entre 2006 e 2010

Especificação	2006			2007			2008			2009			2010		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
<b>Desonerações do ICMS</b>															
ISENÇÕES	606.663.361	9,2%	3,3%	762.971.145	10,1%	3,9%	989.762.363	10,8%	4,1%	1.017.245.194	11,9%	4,3%	1.255.371.054	13,2%	4,6%
NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	589.925.088	9,0%	3,2%	731.410.919	9,7%	3,7%	861.023.770	9,4%	3,6%	1.086.748.623	12,8%	4,6%	1.044.000.520	11,0%	3,8%
EXPORTAÇÕES (Lei Kandir)	3.143.442.294	47,9%	17,1%	3.563.827.799	47,2%	18,0%	4.099.257.545	44,6%	17,1%	3.477.678.216	40,8%	14,7%	3.378.650.412	35,6%	12,3%
REDUÇÕES BASE DE CÁLCULO	348.940.036	5,3%	1,9%	357.819.524	4,7%	1,8%	475.125.251	5,2%	2,0%	459.618.769	5,4%	1,9%	556.397.965	5,9%	2,0%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	1.214.517.604	18,5%	6,6%	1.501.095.089	19,9%	7,6%	1.940.768.258	21,1%	8,1%	1.729.490.544	20,3%	7,3%	2.206.149.489	23,3%	8,1%
NÃO ESTORNO DO CRÉDITO FISCAL	200.089.415	3,0%	1,1%	209.855.511	2,8%	1,1%	428.674.657	4,7%	1,8%	316.972.588	3,7%	1,3%	410.493.514	4,3%	1,5%
MICROEMPRESAS E EPPs	463.502.786	7,1%	2,5%	416.144.345	5,5%	2,1%	387.115.109	4,2%	1,6%	426.505.129	5,0%	1,8%	633.062.057	6,7%	2,3%
<b>TOTAL das Desonerações de ICMS</b>	<b>6.567.080.586</b>	<b>100%</b>	<b>35,7%</b>	<b>7.543.124.331</b>	<b>100%</b>	<b>38,1%</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>100%</b>	<b>38,2%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>100%</b>	<b>36,1%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>100%</b>	<b>34,6%</b>
<b>ICMS Arrecadado</b>	<b>11.813.299.090</b>	-	<b>64,3%</b>	<b>12.257.685.275</b>	-	<b>61,9%</b>	<b>14.825.153.675</b>	-	<b>61,8%</b>	<b>15.086.670.972</b>	-	<b>63,9%</b>	<b>17.893.312.783</b>	-	<b>65,4%</b>
<b>ICMS Potencial</b>	<b>18.380.379.677</b>	-	<b>100%</b>	<b>19.800.809.606</b>	-	<b>100%</b>	<b>24.006.880.628</b>	-	<b>100%</b>	<b>23.600.930.035</b>	-	<b>100%</b>	<b>27.377.437.793</b>	-	<b>100%</b>
<b>Desonerações do IPVA</b>															
IMUNIDADES	15.062.963	6,3%	1,5%	16.393.548	6,0%	1,4%	19.282.997	6,1%	1,4%	23.993.501	6,2%	1,3%	25.625.466	5,7%	1,3%
ISENÇÕES	145.476.050	60,5%	14,0%	170.898.062	62,3%	14,6%	214.513.832	67,5%	15,8%	263.240.471	67,8%	13,8%	321.796.667	72,0%	16,5%
DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA	47.347.539	19,7%	4,6%	52.180.688	19,0%	4,5%	61.531.672	19,4%	4,5%	73.799.147	19,0%	3,9%	73.457.026	16,4%	3,8%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO	32.529.760	13,5%	3,1%	34.680.522	12,7%	3,0%	22.246.513	7,0%	1,6%	27.433.761	7,1%	1,4%	26.262.657	5,9%	1,3%
<b>TOTAL das Desonerações de IPVA</b>	<b>240.416.313</b>	<b>100%</b>	<b>23,2%</b>	<b>274.152.820</b>	<b>100%</b>	<b>23,4%</b>	<b>317.575.014</b>	<b>100%</b>	<b>23,4%</b>	<b>388.466.879</b>	<b>100%</b>	<b>20,4%</b>	<b>447.141.817</b>	<b>100%</b>	<b>22,9%</b>
<b>IPVA Arrecadado</b>	<b>796.162.951</b>	-	<b>76,8%</b>	<b>895.639.360</b>	-	<b>76,6%</b>	<b>1.040.427.308</b>	-	<b>76,6%</b>	<b>1.518.319.262</b>	-	<b>79,6%</b>	<b>1.501.498.548</b>	-	<b>77,1%</b>
<b>IPVA Potencial</b>	<b>1.036.579.264</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.169.792.180</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.358.002.322</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.906.786.141</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.948.640.365</b>	-	<b>100%</b>
<b>Desonerações do ITCD</b>															
IMUNIDADES:	694.644	3,0%	0,8%	800.689	3,3%	0,9%	936.356	4,0%	1,0%	1.183.077	5,0%	1,1%	3.790.429	3,9%	1,0%
NÃO-INCIDÊNCIA:	383.678	1,7%	0,4%	468.903	1,9%	0,5%	657.703	2,8%	0,7%	660.141	2,8%	0,6%	1.300.175	1,3%	0,3%
ISENÇÕES:	21.851.307	95,3%	25,6%	23.219.753	94,8%	25,5%	21.627.889	93,1%	23,1%	22.034.118	92,3%	19,8%	92.307.138	94,8%	24,4%
<b>TOTAL das Desonerações do ITCD</b>	<b>22.929.629</b>	<b>100%</b>	<b>26,8%</b>	<b>24.489.345</b>	<b>100%</b>	<b>26,9%</b>	<b>23.221.949</b>	<b>100%</b>	<b>24,8%</b>	<b>23.877.336</b>	<b>100%</b>	<b>21,5%</b>	<b>97.397.742</b>	<b>100%</b>	<b>25,7%</b>
<b>ITCD Arrecadado</b>	<b>62.576.448</b>	-	<b>73,2%</b>	<b>66.661.619</b>	-	<b>73,1%</b>	<b>70.504.894</b>	-	<b>75,2%</b>	<b>87.276.807</b>	-	<b>78,5%</b>	<b>281.097.159</b>	-	<b>74,3%</b>
<b>ITCD Potencial</b>	<b>85.506.077</b>	-	<b>100%</b>	<b>91.150.964</b>	-	<b>100%</b>	<b>93.726.842</b>	-	<b>100%</b>	<b>111.154.143</b>	-	<b>100%</b>	<b>378.494.900</b>	-	<b>100%</b>
<b>Desonerações dos Impostos</b>															
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES</b>	<b>6.830.426.528</b>	<b>100%</b>	<b>35,0%</b>	<b>7.841.766.496</b>	<b>100%</b>	<b>37,2%</b>	<b>9.522.523.917</b>	<b>100%</b>	<b>37,4%</b>	<b>8.926.603.278</b>	<b>100%</b>	<b>34,8%</b>	<b>10.028.664.569</b>	<b>100%</b>	<b>33,8%</b>
<b>ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS*</b>	<b>12.672.038.489</b>	-	<b>65,0%</b>	<b>13.219.986.254</b>	-	<b>62,8%</b>	<b>15.936.085.876</b>	-	<b>62,6%</b>	<b>16.692.267.040</b>	-	<b>65,2%</b>	<b>19.675.908.489</b>	-	<b>66,2%</b>
<b>IMPOSTOS POTENCIAIS</b>	<b>19.502.465.018</b>	-	<b>100%</b>	<b>21.061.752.750</b>	-	<b>100%</b>	<b>25.458.609.793</b>	-	<b>100%</b>	<b>25.618.870.319</b>	-	<b>100%</b>	<b>29.704.573.058</b>	-	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.





Demonstrativo das estimativas das desonerações do ICMS, entre 2003 e 2010

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ICMS Potencial</b>	<b>Desoneração/ ICMS Potencial</b>
2003	8.988.842.934	5.042.114.517	14.030.957.451	35,94%
2004	9.637.938.267	6.614.355.334	16.252.293.601	40,70%
2005	11.382.937.672	6.249.296.694	17.632.234.366	35,44%
2006	11.813.299.091	6.567.080.586	18.380.379.677	35,73%
2007	12.257.685.274	7.543.124.331	19.800.809.606	38,10%
2008	14.825.153.675	9.181.726.954	24.006.880.628	38,25%
2009	15.086.670.972	8.514.259.063	23.600.930.035	36,08%
2010	17.893.312.783	9.484.125.010	27.377.437.793	34,64%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA, entre 2003 e 2010

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>IPVA Potencial</b>	<b>Desoneração/ IPVA Potencial</b>
2003	623.841.203	147.287.025	771.128.228	19,10%
2004	623.681.781	178.483.043	802.164.824	22,25%
2005	707.129.668	215.446.717	922.576.385	23,35%
2006	796.162.951	240.416.313	1.036.579.264	23,19%
2007	895.639.360	274.152.820	1.169.792.180	23,44%
2008	1.040.427.308	317.575.014	1.358.002.322	23,39%
2009	1.518.319.262	388.466.879	1.906.786.141	20,37%
2010	1.501.498.548	447.141.817	1.948.640.365	22,95%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD, entre 2003 e 2010

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ITCD Potencial</b>	<b>Desoneração/ ITCD Potencial</b>
2003	62.320.772	20.918.983	83.239.754	25,13%
2004	63.756.325	21.706.002	85.462.327	25,40%
2005	65.048.630	22.652.376	87.701.006	25,83%
2006	62.576.448	22.929.629	85.506.077	26,82%
2007	66.661.619	24.489.345	91.150.964	26,87%
2008	70.504.894	23.221.949	93.726.842	24,78%
2009	87.276.807	23.877.336	111.154.143	21,48%
2010	281.097.159	97.397.742	378.494.900	25,73%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações totais dos impostos do RS, entre 2003 e 2010

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação de Impostos</b>	<b>Desonerações</b>	<b>Arrecadação Potencial</b>	<b>% de Desoneração sobre o Potencial</b>
2003	9.675.004.909	5.210.320.524	14.885.325.433	35,0%
2004	10.325.376.373	6.814.544.379	17.139.920.752	39,8%
2005	12.155.115.970	6.487.395.787	18.642.511.756	34,8%
2006	12.672.038.490	6.830.426.528	19.502.465.018	35,0%
2007	13.219.986.253	7.841.766.496	21.061.752.749	37,2%
2008	15.936.085.876	9.522.523.917	25.458.609.793	37,4%
2009	16.692.267.040	8.926.603.278	25.618.870.319	34,8%
2010	19.675.908.489	10.028.664.569	29.704.573.059	33,8%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



**Demonstrativo das desonerações fiscais do ICMS, por finalidade, entre 2008 e 2010**

FINALIDADE	2008			2009			2010		
	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES
Agropecuário	618.013.070	2,6%	6,7%	580.564.256	2,5%	6,8%	635.214.271	2,3%	6,7%
Alimentação (social)	204.569.091	0,9%	2,2%	229.448.174	1,0%	2,7%	303.500.434	1,1%	3,2%
Assistência Social	15.127.154	0,1%	0,2%	21.589.309	0,1%	0,3%	23.489.873	0,1%	0,2%
Cultural (social)	46.048.495	0,2%	0,5%	42.529.249	0,2%	0,5%	46.124.119	0,2%	0,5%
Ecológico	29.002.629	0,1%	0,3%	54.981.223	0,2%	0,6%	85.236.603	0,3%	0,9%
Econômico	2.108.023.620	8,8%	23,0%	1.860.563.358	7,9%	21,9%	2.366.588.612	8,6%	25,0%
Operacional	1.187.491.899	4,9%	12,9%	1.434.124.724	6,1%	16,8%	1.527.856.564	5,6%	16,1%
Saúde (social)	12.678.445	0,1%	0,1%	16.071.290	0,1%	0,2%	18.409.151	0,1%	0,2%
Setor Público	45.725.239	0,2%	0,5%	53.231.549	0,2%	0,6%	55.499.401	0,2%	0,6%
Exportações	4.099.257.545	17,1%	44,6%	3.477.678.216	14,7%	40,8%	3.378.650.412	12,3%	35,6%
Manutenção de Crédito	428.674.657	1,8%	4,7%	316.972.588	1,3%	3,7%	410.493.514	1,5%	4,3%
Microempresas e EPPs	387.115.109	1,6%	4,2%	426.505.129	1,8%	5,0%	633.062.057	2,3%	6,7%
<b>Total</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>38,2%</b>	<b>100%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>36,1%</b>	<b>100%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>34,6%</b>	<b>100%</b>
<b>ICMS</b>	<b>14.825.153.675</b>	<b>61,8%</b>	-	<b>15.086.670.972</b>	<b>63,9%</b>	-	<b>17.893.312.783</b>	<b>65,4%</b>	-
<b>ICMS POTENCIAL</b>	<b>24.006.880.628</b>	<b>100%</b>	-	<b>23.600.930.035</b>	<b>100%</b>	-	<b>27.377.437.793</b>	<b>100%</b>	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

**Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa, entre 2007 e 2010**

DESONERAÇÕES DO ICMS/RS	2007		2008		2009		2010	
	R\$	% Des.	R\$	% Des.	R\$	% Des.	R\$	% Des.
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não-Incidências, incluindo Exportações)	4.295.238.718	56,9%	4.960.281.315	54,0%	4.564.426.839	53,6%	4.422.650.932	46,6%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL: (ISENÇÕES, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	3.247.885.614	43,1%	4.221.445.639	46,0%	3.949.832.224	46,4%	5.061.474.079	53,4%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO RS</b>	<b>7.543.124.331</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

## **10 A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2013**

A regionalização do Orçamento público está prevista na Constituição Estadual, no art. 149, § 8º:

Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais.

Segundo os preceitos constitucionais, a regionalização do Orçamento deve ser encarada como um instrumento de controle da distribuição de renda. Além disso, a equidade, ou a justa distribuição dos recursos públicos, deve ser o critério orientador do gestor para as ações públicas. Dessa forma, a combinação de critérios de equidade e justiça é uma boa maneira de se programar métodos de distribuição dos recursos, no intuito de reduzir as desigualdades regionais existentes. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) menos desenvolvidos devem receber uma maior partilha de recursos da carga de tributos, em relação aos COREDEs com maior nível de riqueza.

A regionalização das receitas e despesas do Orçamento Público Estadual de 2013 é apresentada por Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Trata-se de um nível de agregação regional que permite uma melhor análise da distribuição dos recursos. Assim, os dados que munem as informações são capturados e agrupados por municípios que compõem os 28 COREDEs.

É importante ressaltar que nem todas as receitas ou despesas são passíveis de regionalização. Em uma operação de crédito, por exemplo, não há uma origem identificável da receita. Já na despesa, torna-se difícil identificar o destino do pagamento do serviço da dívida, uma vez que a maior parte das amortizações encontra-se securitizada junto à União, sendo impossível identificar os recebedores diretos e indiretos, fruto de seu pagamento.

### 10.1. A POPULAÇÃO GAÚCHA E O PRODUTO INTERNO BRUTO

A distribuição da população de uma unidade administrativa guarda, normalmente, uma estreita relação com as atividades produtivas e, conseqüentemente, com a geração de riquezas, influenciando sobre os critérios de alocação dos produtos e serviços ofertados pelos diversos governos.

Segundo a estimativa do IBGE, em 2011, o Rio Grande do Sul possuía uma população de 10.733.030 habitantes. A distribuição da população dos 28 COREDEs varia de 98.360 habitantes (Campos de Cima da Serra) a 2.429.602 habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí). Dentre os Conselhos, 12 possuem menos de 200 mil habitantes e apenas 5 têm mais de 500 mil habitantes, sendo que 2 possuem mais de 1 milhão de habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos).

Já o Produto Interno Bruto (PIB) dos COREDEs, de 2011, de R\$ 273,9 bilhões - que foi ajustado com base no PIB municipal 2009 e na estimativa preliminar do PIB do Rio Grande do Sul de 2011, da FEE - varia de R\$ 1,75 bilhão (Vale do Jaguari) a R\$ 74,0 bilhões (Metropolitano Delta do Jacuí). Considerando a participação percentual da população dos COREDEs e a participação percentual do PIB dos COREDEs, no total do RS, pode-se observar que, na medida em que aumenta a participação percentual da população no total do RS, aumenta também a participação percentual do PIB.

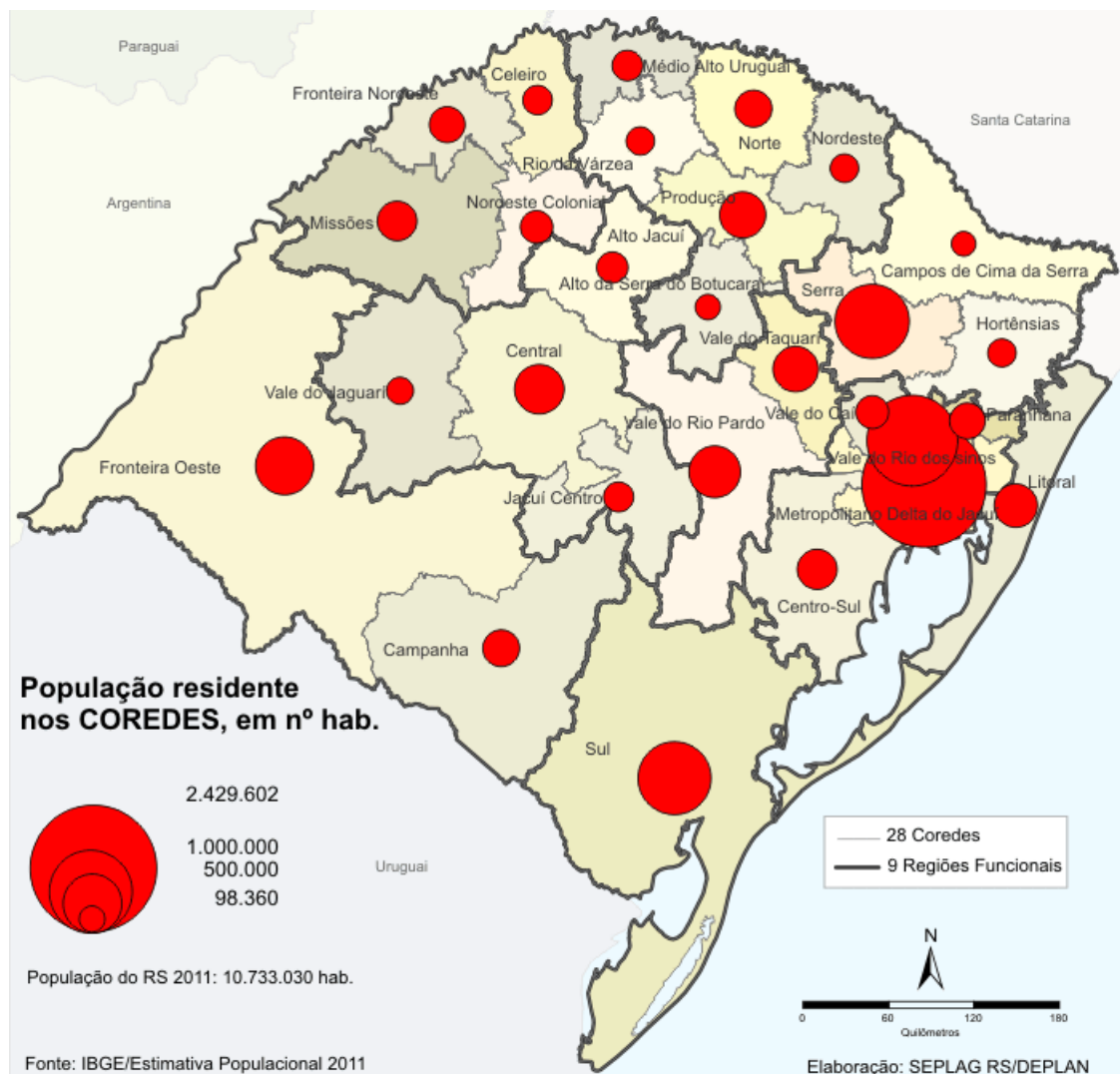
No entanto, há COREDEs que produzem proporcionalmente mais PIB com menos população. É o caso dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra, sendo os valores do PIB *per capita* mais elevados do que os demais. Entre os 28 Conselhos, os valores de PIB *per capita* variam de R\$ 14.522 (COREDE Litoral) a R\$ 32.810 (COREDE Serra), ou seja, a diferença entre o menor e o maior PIB *per capita* (PIBpc) é superior a duas vezes o primeiro.

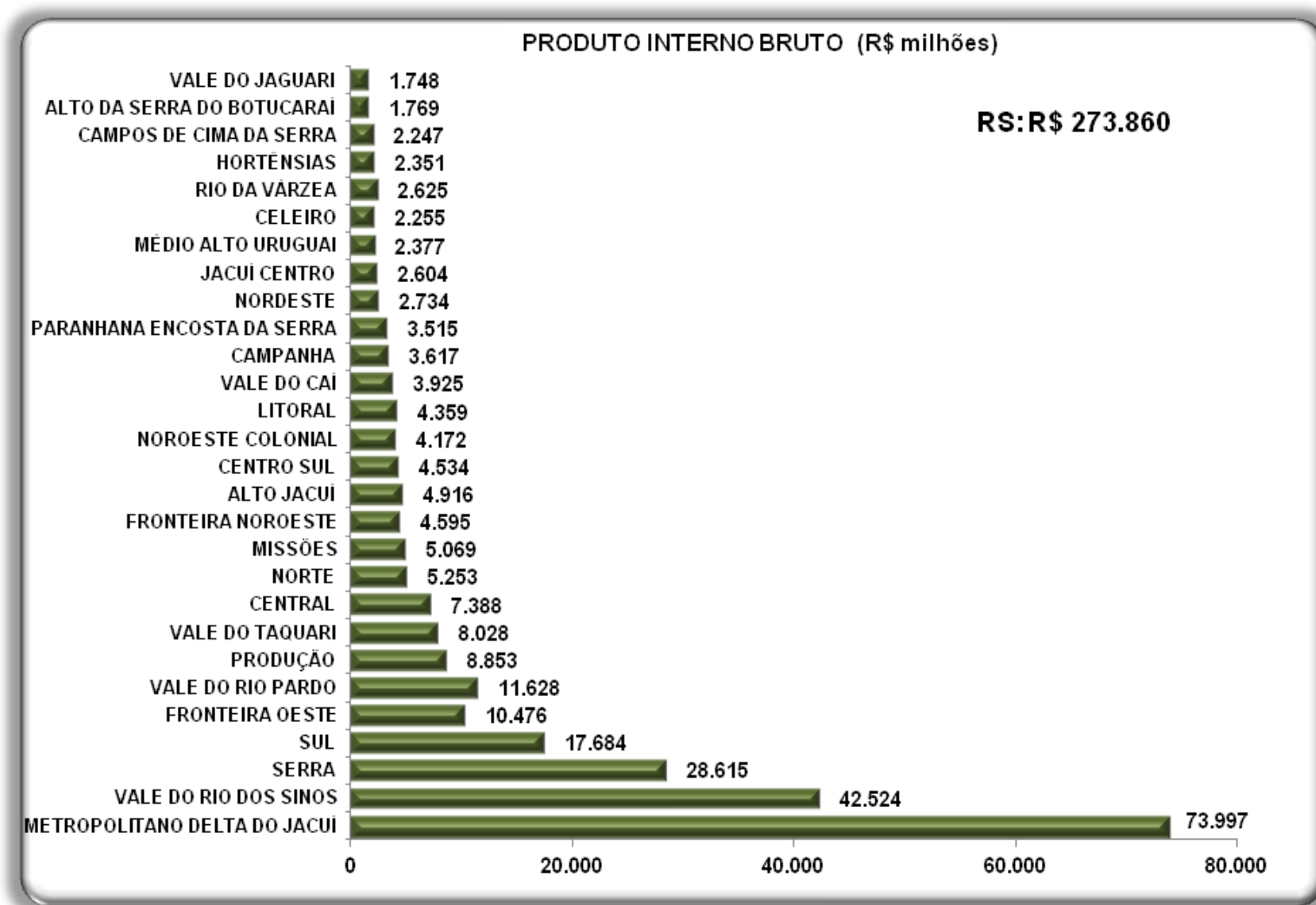


Distribuição dos municípios, da população e do PIB nos COREDES

RF	COREDE	Nº MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2011	PIB 2011 (R\$)	PIB PER CAPITA 2011 (R\$/PC)	% POPULAÇÃO	% PIB
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	16	103.938	1.768.641.128	17.016	0,97	0,65
8	ALTO JACUÍ	14	154.939	4.916.141.871	31.730	1,44	1,80
6	CAMPANHA	7	216.341	3.617.318.990	16.720	2,02	1,32
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	10	98.360	2.246.897.797	22.844	0,92	0,82
7	CELEIRO	21	140.868	2.255.012.528	16.008	1,31	0,82
8	CENTRAL	19	392.684	7.388.247.471	18.815	3,66	2,70
1	CENTRO SUL	17	254.717	4.534.116.974	17.801	2,37	1,66
7	FRONTEIRA NOROESTE	20	202.980	4.595.094.770	22.638	1,89	1,68
6	FRONTEIRA OESTE	13	528.364	10.475.547.206	19.826	4,92	3,83
3	HORTÊNSIAS	7	127.898	2.351.030.328	18.382	1,19	0,86
8	JACUÍ CENTRO	7	143.030	2.604.022.149	18.206	1,33	0,95
4	LITORAL	21	300.138	4.358.543.649	14.522	2,80	1,59
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	22	147.820	2.377.020.786	16.081	1,38	0,87
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	10	2.429.602	73.997.081.520	30.456	22,64	27,02
7	MISSÕES	25	246.929	5.068.835.515	20.528	2,30	1,85
9	NORDESTE	19	127.074	2.734.368.541	21.518	1,18	1,00
7	NOROESTE COLONIAL	11	167.070	4.172.037.893	24.972	1,56	1,52
9	NORTE	32	221.210	5.253.358.713	23.748	2,06	1,92
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	10	206.589	3.515.362.795	17.016	1,92	1,28
9	PRODUÇÃO	21	340.047	8.853.412.304	26.036	3,17	3,23
9	RIO DA VÁRZEA	20	130.369	2.624.783.939	20.133	1,21	0,96
3	SERRA	31	872.160	28.615.219.892	32.810	8,13	10,45
5	SUL	22	844.461	17.684.225.541	20.941	7,87	6,46
1	VALE DO CAÍ	19	171.025	3.925.107.973	22.950	1,59	1,43
8	VALE DO JAGUARI	9	116.916	1.747.909.715	14.950	1,09	0,64
1	VALE DO RIO DOS SINOS	14	1.297.885	42.524.332.776	32.764	12,09	15,53
2	VALE DO RIO PARDO	23	419.741	11.628.214.202	27.703	3,91	4,25
2	VALE DO TAQUARI	36	329.875	8.027.719.764	24.336	3,07	2,93
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>496</b>	<b>10.733.030</b>	<b>273.859.606.731</b>	<b>25.516</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

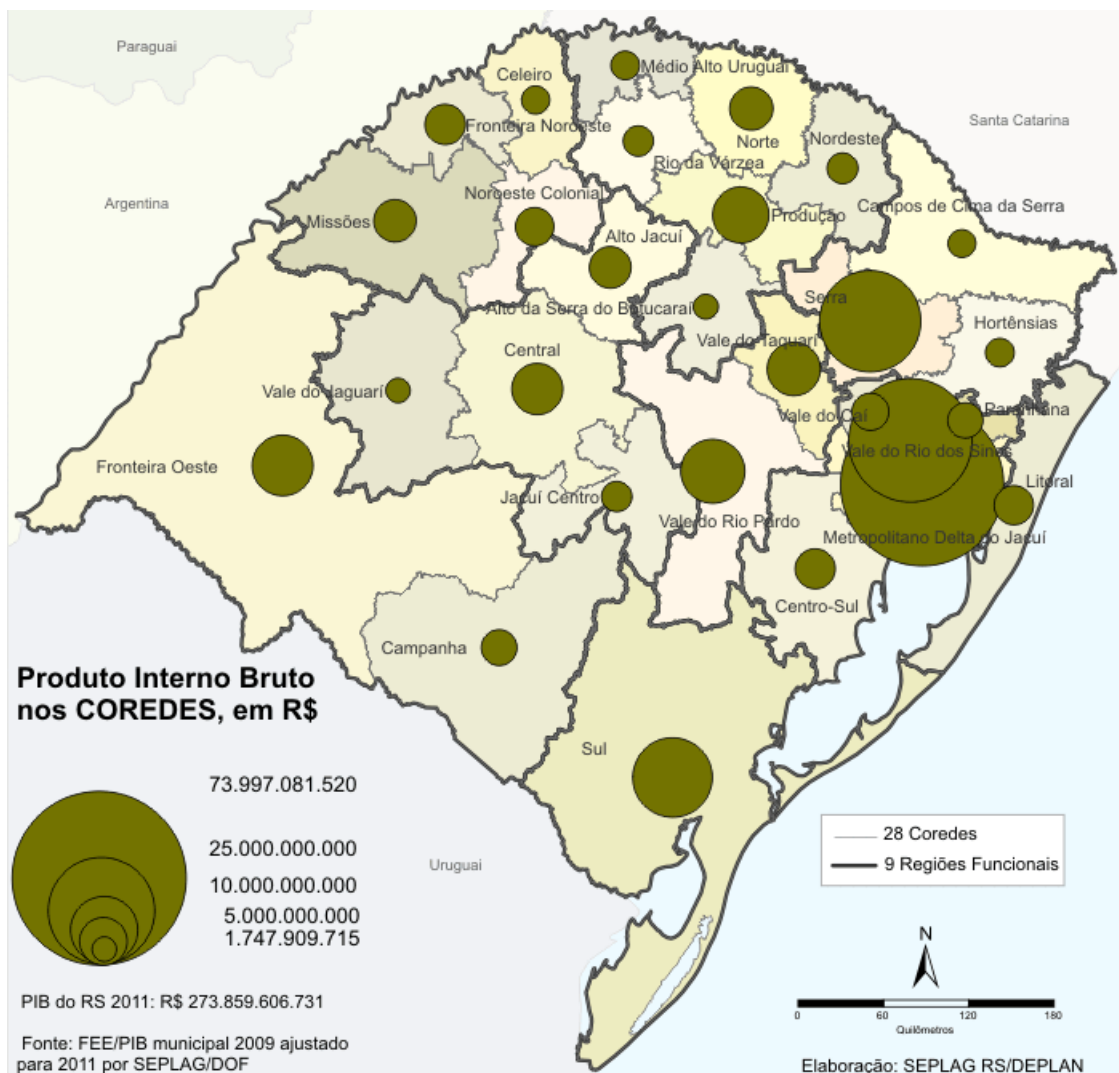
Fonte: IBGE Estimativa Populacional 2011; FEE/PIB municipal 2009 ajustado para 2011 por SEPLAG/DOF

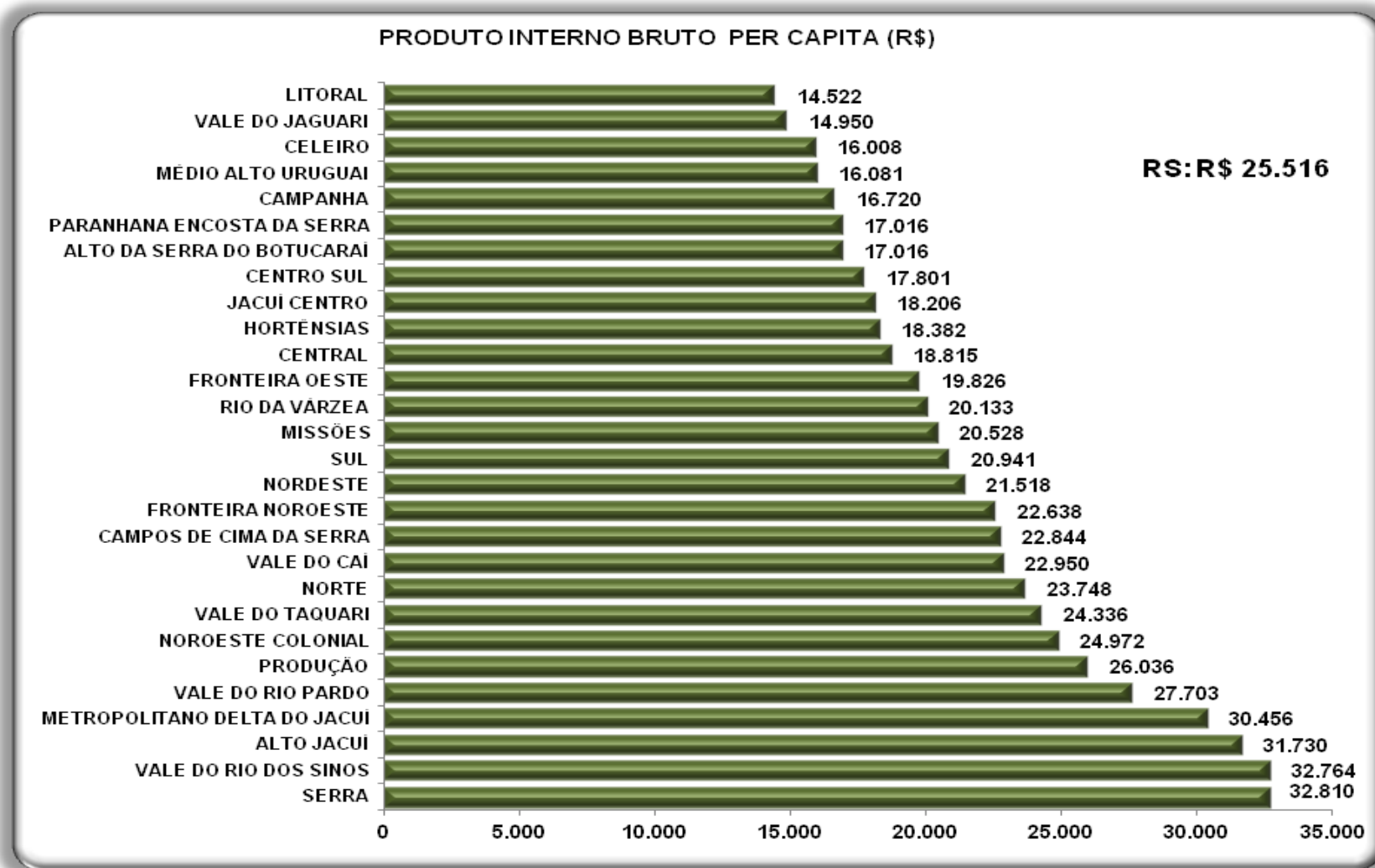




Fonte de dados brutos: FEE/RS.







Fonte de dados brutos: FEE/RS.

## **10.2. A Regionalização da Receita Pública Estadual**

As receitas totais do Orçamento de 2013 atingem o montante de R\$ 37,9 bilhões, já deduzidas as Receitas Correntes Intraorçamentárias, que é dupla contagem contábil, de R\$ 7,3 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 7,6 bilhões (R\$ 6,0 bilhões das Demais Receitas Correntes e R\$ 1,6 bilhão das Receitas de Capital).

As receitas são os recursos arrecadados pelo Estado, que serão utilizados no pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, na promoção do desenvolvimento, na redistribuição da renda, bem como em suas atividades típicas, por meio da produção e fornecimento de bens e serviços públicos.

O ICMS é o principal tributo arrecadado pelo Estado, representando 62% da receita total, sendo que 25% dos recursos são transferidos aos Municípios. O IPVA representa 6% da receita total, sendo que 50% da sua arrecadação pertencem aos municípios. O Imposto de Renda totaliza 4% e as Contribuições 5% da receita total.

A fórmula de regionalização do ICMS e do IPVA tomou por base os mesmos índices de retorno desses impostos aos municípios, efetivado em 2011. Já o Imposto de Renda e a Receita de Contribuições foram distribuídos proporcionalmente à previsão de despesas de Pessoal em cada um dos municípios do Estado. Os valores dessas rubricas foram calculados para cada um dos 496 municípios gaúchos e, finalmente, agregados aos 28 COREDEs estaduais.

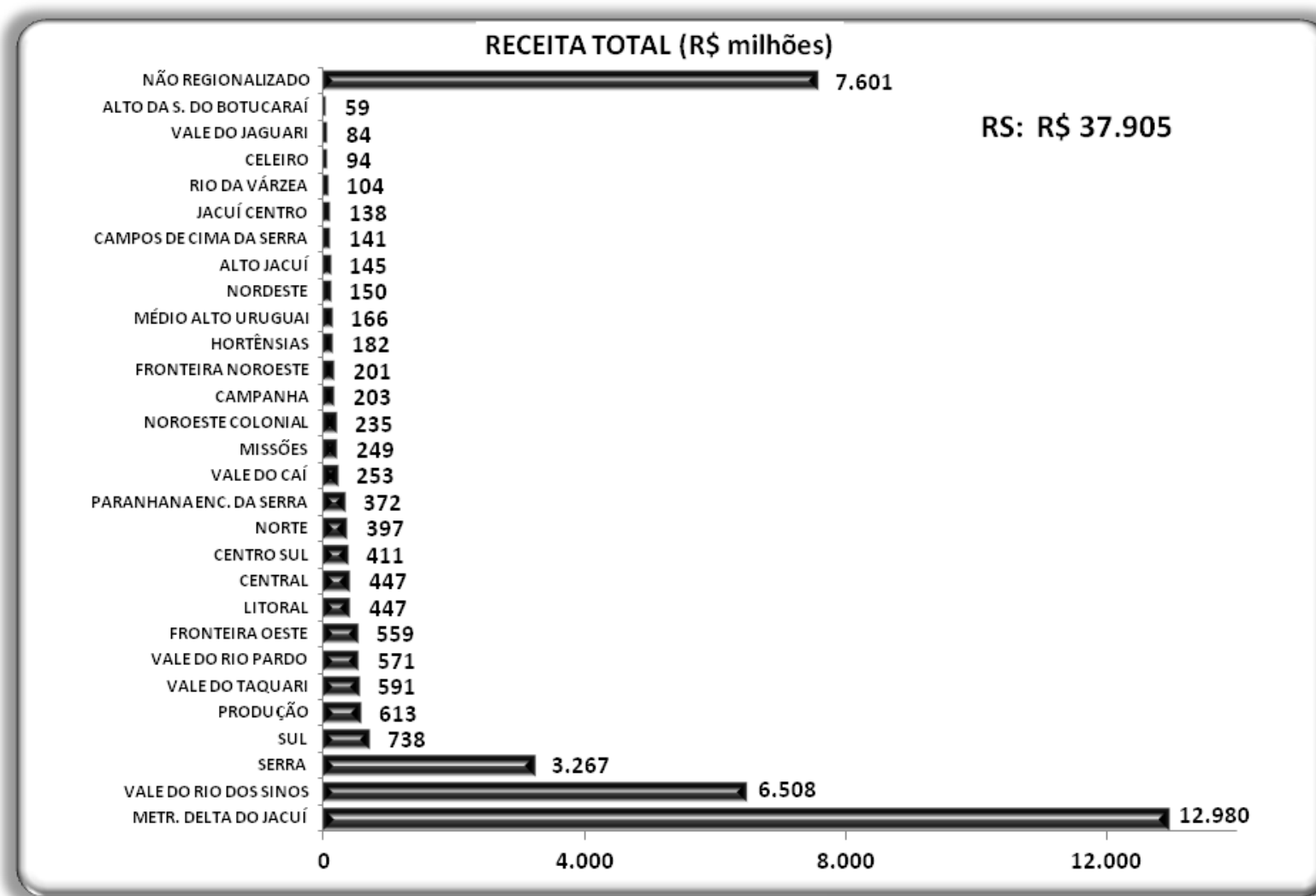
A maior parte da receita está concentrada nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Juntos representam 60% de toda a receita. Nesses três COREDEs concentram-se 81% da arrecadação de ICMS. Na arrecadação de IPVA, Imposto de Renda e Contribuições, a participação chega a 53%.



Receita Total da PLOA 2013 – R\$

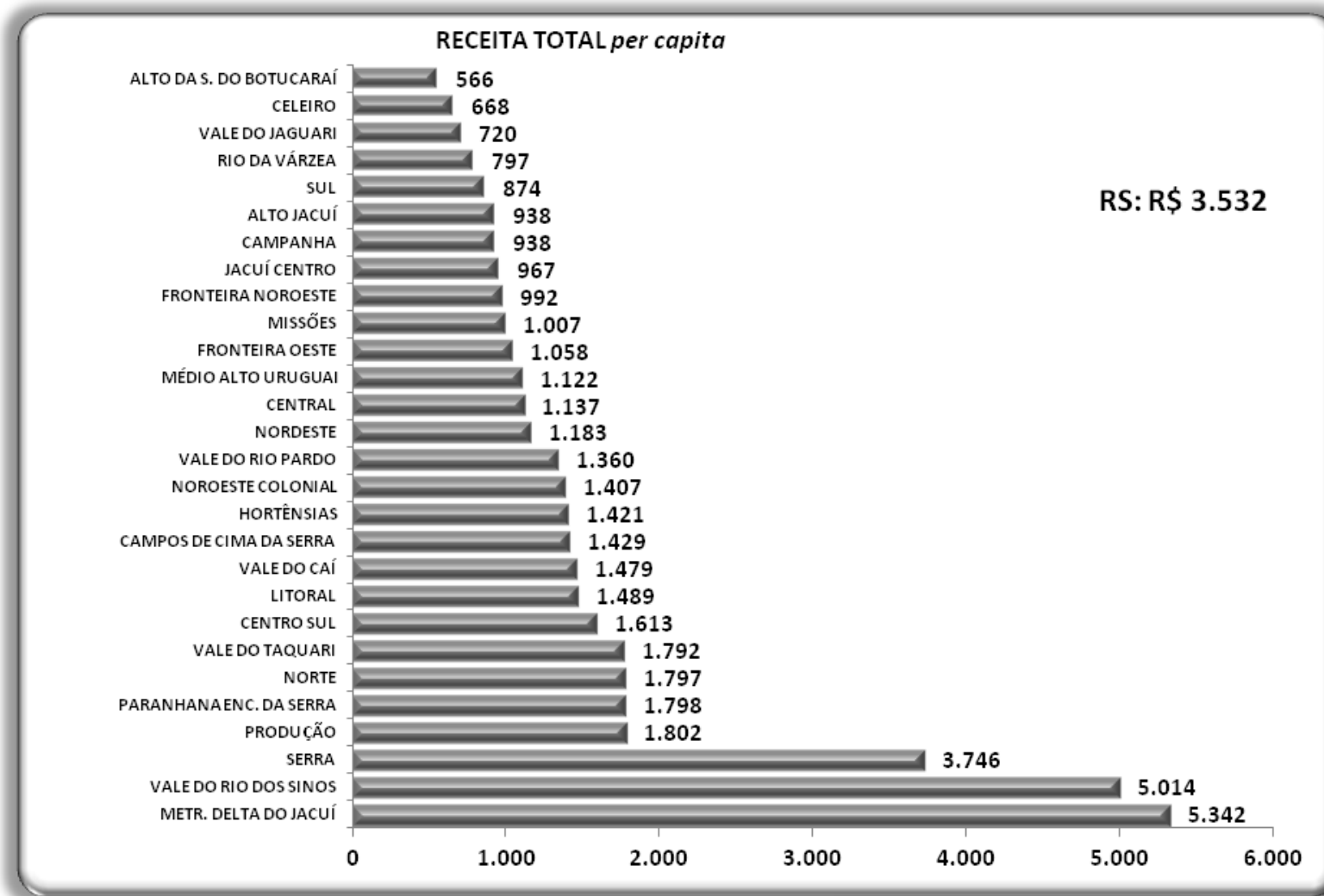
RF	COREDE	ICMS	IPVA	IR	CONTRIBUIÇÕES	IPI	SUS	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	RECEITA TOTAL	RECEITA TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	12.364.810	12.695.843	10.418.884	15.003.512	5.775.922	2.597.153	-	-	58.856.124	566
8	ALTO JACUÍ	56.021.466	29.871.184	16.113.356	23.203.726	11.262.530	8.794.617	-	-	145.266.880	938
6	CAMPANHA	87.986.533	28.465.325	25.529.891	36.763.824	10.173.550	14.110.320	-	-	203.029.443	938
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	84.584.160	16.568.267	11.702.207	16.851.536	7.486.248	3.395.587	-	-	140.588.005	1.429
7	CELEIRO	31.805.705	15.528.142	13.875.108	19.980.580	7.969.120	4.967.391	-	-	94.126.047	668
8	CENTRAL	199.335.497	73.562.429	59.133.375	85.153.868	15.879.227	13.569.690	-	-	446.634.086	1.137
1	CENTRO SUL	312.637.500	28.851.825	20.641.206	29.723.968	12.921.202	6.086.859	-	-	410.862.561	1.613
7	FRONTEIRA NOROESTE	101.011.980	32.328.509	20.949.747	30.168.276	11.566.648	5.234.689	-	-	201.259.848	992
6	FRONTEIRA OESTE	294.152.047	65.744.910	60.218.514	86.716.502	25.332.567	27.027.649	-	-	559.192.188	1.058
3	HORTÊNCIASAS	119.242.885	29.291.645	10.006.693	14.409.944	6.157.228	2.584.607	-	-	181.693.002	1.421
8	JACUÍ CENTRO	68.503.630	18.302.314	17.865.028	25.726.186	6.644.013	1.226.870	-	-	138.268.040	967
4	LITORAL	271.878.035	49.253.243	36.396.935	52.412.700	19.120.975	17.742.425	-	-	446.804.313	1.489
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	91.684.930	18.953.286	17.080.624	24.596.620	7.273.047	6.225.925	-	-	165.814.432	1.122
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	10.210.563.431	569.928.255	596.268.064	858.644.245	118.938.646	625.637.767	-	-	12.979.980.409	5.342
7	MISSÕES	116.713.930	34.786.273	30.270.380	43.590.273	13.086.498	10.265.976	-	-	248.713.330	1.007
9	NORDESTE	83.995.323	23.282.290	12.855.642	18.512.517	9.068.020	2.605.259	-	-	150.319.052	1.183
7	NOROESTE COLONIAL	134.000.271	30.999.488	16.133.437	23.232.643	10.001.751	20.775.925	-	-	235.143.515	1.407
9	NORTE	256.708.356	44.416.757	24.717.507	35.593.965	16.638.481	19.406.843	-	-	397.481.908	1.797
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	301.019.327	33.286.937	9.450.482	13.608.983	8.093.125	6.074.801	-	-	371.533.654	1.798
9	PRODUÇÃO	343.316.056	82.203.603	41.303.443	59.478.220	19.293.008	67.187.213	-	-	612.781.543	1.802
9	RIO DA VÁRZEA	41.957.543	18.791.512	12.916.962	18.600.820	7.990.662	3.662.614	-	-	103.920.113	797
3	SERRA	2.779.462.773	259.363.417	59.086.335	85.086.130	68.353.389	15.661.688	-	-	3.267.013.733	3.746
5	SUL	384.627.843	119.284.057	71.888.671	103.521.884	32.715.528	26.102.484	-	-	738.140.467	874
1	VALE DO CAÍ	163.830.466	35.675.953	15.254.040	21.966.284	12.491.930	3.692.420	-	-	252.911.092	1.479
8	VALE DO JAGUARI	19.531.937	14.135.118	16.567.698	23.857.991	5.693.117	4.375.607	-	-	84.161.467	720
1	VALE DO RIO DOS SINOS	5.986.983.739	263.725.702	69.894.143	100.649.704	67.259.687	19.425.298	-	-	6.507.938.274	5.014
2	VALE DO RIO PARDO	383.038.856	66.968.794	38.004.813	54.728.093	22.823.976	5.458.082	-	-	571.022.615	1.360
2	VALE DO TAQUARI	403.994.984	71.691.810	29.188.282	42.032.019	22.111.518	22.095.435	-	-	591.114.049	1.792
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>23.340.954.015</b>	<b>2.087.956.887</b>	<b>1.363.731.467</b>	<b>1.963.815.011</b>	<b>582.121.614</b>	<b>965.991.195</b>	-	-	<b>30.304.570.189</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	-	-	-	-	-	-	<b>6.036.663.306</b>	<b>1.564.129.956</b>	<b>7.600.793.262</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>23.340.954.015</b>	<b>2.087.956.887</b>	<b>1.363.731.467</b>	<b>1.963.815.011</b>	<b>582.121.614</b>	<b>965.991.195</b>	<b>6.036.663.306</b>	<b>1.564.129.956</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>3.532</b>

Fonte: SEPLAG/DOF



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011

### **10.3. A Regionalização da Despesa Pública Estadual**

#### **10.3.1. As Despesas Totais**

O gasto fixado no Orçamento de 2013 atinge a cifra de R\$ 37,9 bilhões, já descontadas as Despesas Correntes Intraorçamentárias, que é uma dupla contagem contábil, de R\$ 7,3 bilhões. Não foi possível regionalizar R\$ 3,6 bilhões (R\$ 449 milhões dos investimentos, R\$ 2,9 bilhões do serviço da dívida e R\$ 288 milhões da reserva orçamentária).

As rubricas passíveis de regionalização são as de Pessoal e Encargos Sociais, as despesas com a manutenção e custeio da máquina pública, as transferências da Gestão Plena do SUS e as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, além dos gastos com os investimentos amplos.

A regionalização das despesas de pessoal tomou por base os valores efetivamente pagos a título de vencimentos aos servidores ativos e inativos, em cada município gaúcho. A regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual seguiu a mesma proporção de distribuição entre os COREDEs, em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Os recursos da Gestão Plena do SUS e as transferências aos municípios foram apropriados segundo o critério de repartição efetivada em 2011. Os valores dos investimentos amplos referem-se aos investimentos e as inversões financeiras, que já são regionalizados por ocasião da elaboração da peça orçamentária. Ressalva-se que, os investimentos previstos pelas estatais, em 2013, estão alocados e regionalizados em capítulo separado.

Tendo em vista que a sede administrativa do Estado está localizada em Porto Alegre, capital do RS, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí recebe parte maior dos recursos alocados no orçamento de 2013, tanto no pessoal, manutenção e custeio da máquina pública, transferências constitucionais e investimentos.

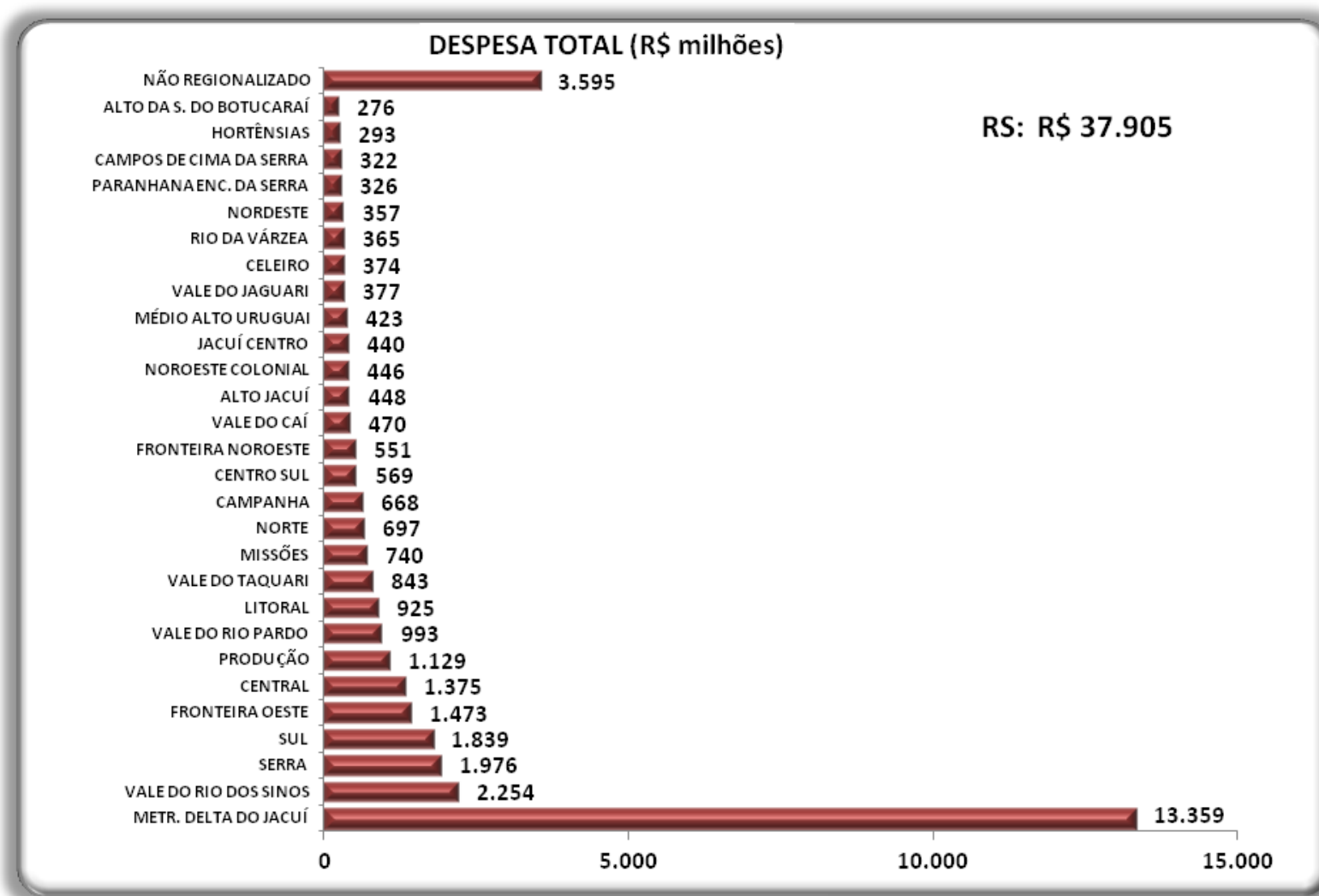




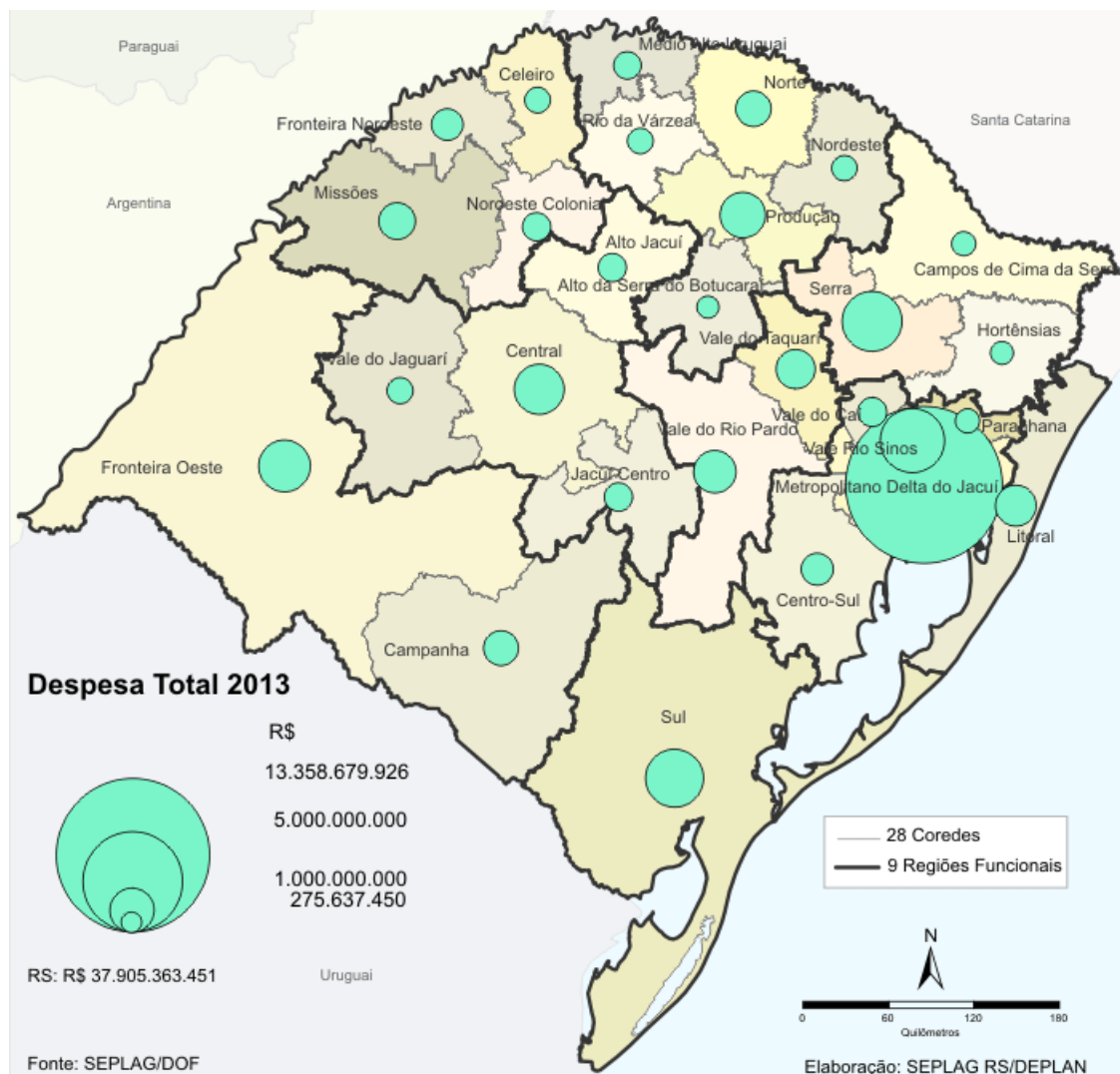
Despesa Total – R\$

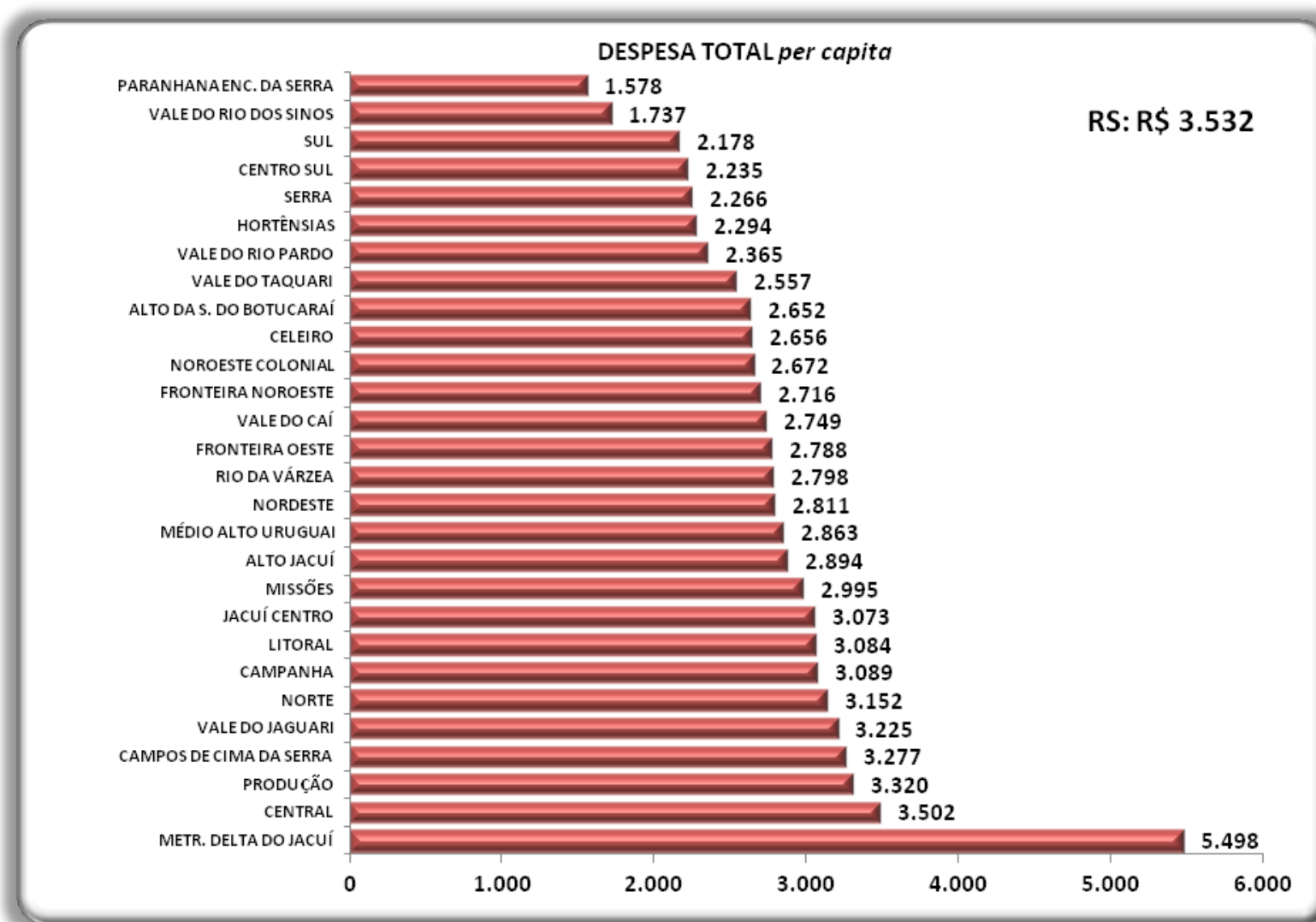
RF	COREDE	PESSOAL	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	SUS	MANUTENÇÃO E CUSTEIO	INVESTIMENTOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	RESERVA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA TOTAL	DESPESA TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	135.122.981	65.940.697	2.597.153	50.627.332	21.349.287	-	-	275.637.450	2.652
8	ALTO JACUÍ	208.974.852	130.928.830	8.794.617	78.297.852	21.356.105	-	-	448.352.256	2.894
6	CAMPANHA	331.098.323	119.042.404	14.110.320	124.054.580	80.006.109	-	-	668.311.735	3.089
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	151.766.453	85.434.964	3.395.587	56.863.241	24.842.519	-	-	322.302.764	3.277
7	CELEIRO	179.946.913	89.995.065	4.967.391	67.421.781	31.751.290	-	-	374.082.439	2.656
8	CENTRAL	766.903.432	200.499.311	13.569.690	287.340.275	106.681.520	-	-	1.374.994.228	3.502
1	CENTRO SUL	267.696.742	147.589.401	6.086.859	100.299.532	47.520.489	-	-	569.193.025	2.235
7	FRONTEIRA NOROESTE	271.698.224	135.343.986	5.234.689	101.798.791	37.311.916	-	-	551.387.606	2.716
6	FRONTEIRA OESTE	780.976.650	293.889.392	27.027.649	292.613.171	78.812.044	-	-	1.473.318.907	2.788
3	HORTÊNSIAS	129.777.254	78.132.023	2.584.607	48.624.416	34.272.249	-	-	293.390.549	2.294
8	JACUÍ CENTRO	231.692.359	77.618.959	1.226.870	86.809.555	42.234.316	-	-	439.582.059	3.073
4	LITORAL	472.033.511	221.783.291	17.742.425	176.859.606	37.057.934	-	-	925.476.767	3.084
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	221.519.386	84.527.964	6.225.925	82.997.987	27.878.663	-	-	423.149.925	2.863
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	7.733.027.677	1.510.834.673	625.637.767	2.897.379.520	591.800.289	-	-	13.358.679.926	5.498
7	MISSÕES	392.577.936	152.294.492	10.265.976	147.089.512	37.385.571	-	-	739.613.487	2.995
9	NORDESTE	166.725.404	105.104.659	2.605.259	62.468.000	20.361.308	-	-	357.264.630	2.811
7	NOROESTE COLONIAL	209.235.279	118.525.098	20.775.925	78.395.428	19.551.376	-	-	446.483.106	2.672
9	NORTE	320.562.468	193.727.546	19.406.843	120.107.048	43.344.591	-	-	697.148.496	3.152
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	122.563.731	100.164.573	6.074.801	45.921.683	51.173.709	-	-	325.898.496	1.578
9	PRODUÇÃO	535.666.228	239.895.635	67.187.213	200.701.255	85.477.908	-	-	1.128.928.239	3.320
9	RIO DA VÁRZEA	167.520.666	91.796.797	3.662.614	62.765.965	39.010.757	-	-	364.756.799	2.798
3	SERRA	766.293.374	833.094.622	15.661.688	287.111.701	74.258.189	-	-	1.976.419.574	2.266
5	SUL	932.327.446	397.053.507	26.102.484	349.320.675	134.474.329	-	-	1.839.278.440	2.178
1	VALE DO CAÍ	197.830.338	146.523.435	3.692.420	74.122.270	47.918.227	-	-	470.086.690	2.749
8	VALE DO JAGUARI	214.867.224	65.773.467	4.375.607	80.505.582	11.512.983	-	-	377.034.862	3.225
1	VALE DO RIO DOS SINOS	906.460.329	824.375.077	19.425.298	339.628.888	163.932.670	-	-	2.253.822.262	1.737
2	VALE DO RIO PARDO	492.886.151	268.596.500	5.458.082	184.672.589	41.199.177	-	-	992.812.499	2.365
2	VALE DO TAQUARI	378.544.161	263.789.802	22.095.435	141.831.394	37.080.849	-	-	843.341.642	2.557
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>17.686.295.488</b>	<b>7.042.276.170</b>	<b>965.991.195</b>	<b>6.626.629.630</b>	<b>1.989.556.373</b>	-	-	<b>34.310.748.856</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	-	-	-	-	<b>449.321.298</b>	<b>2.857.454.440</b>	<b>287.838.857</b>	<b>3.594.614.595</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>17.686.295.488</b>	<b>7.042.276.170</b>	<b>965.991.195</b>	<b>6.626.629.630</b>	<b>2.438.877.671</b>	<b>2.857.454.440</b>	<b>287.838.857</b>	<b>37.905.363.451</b>	<b>3.532</b>

Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011

***10.3.2. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais***

As despesas do grupo de pessoal são apresentadas pelos totais de cada COREDE e aberta por servidores ativos e inativos, representando 53% de ativos e 47% de inativos. A regionalização das despesas de pessoal tomou por base os valores efetivamente pagos a título de vencimentos aos servidores ativos e inativos, em cada município gaúcho.

O COREDE com maior despesa nominal é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 7,7 bilhões, 44% do total do grupo. Ressalva-se, novamente, que a fatia é elevada porque a sede administrativa estadual está localizada nesse COREDE. O COREDE com menor despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 122,6 milhões, que representa 1% do total. Já o COREDE Rio da Várzea é aquele que apresenta o maior percentual de despesa com servidores ativos em relação ao grupo de Pessoal, com 64%. Já o COREDE Campanha é o que tem o maior percentual de despesa com servidores inativos em relação ao grupo de Pessoal, com 54%.

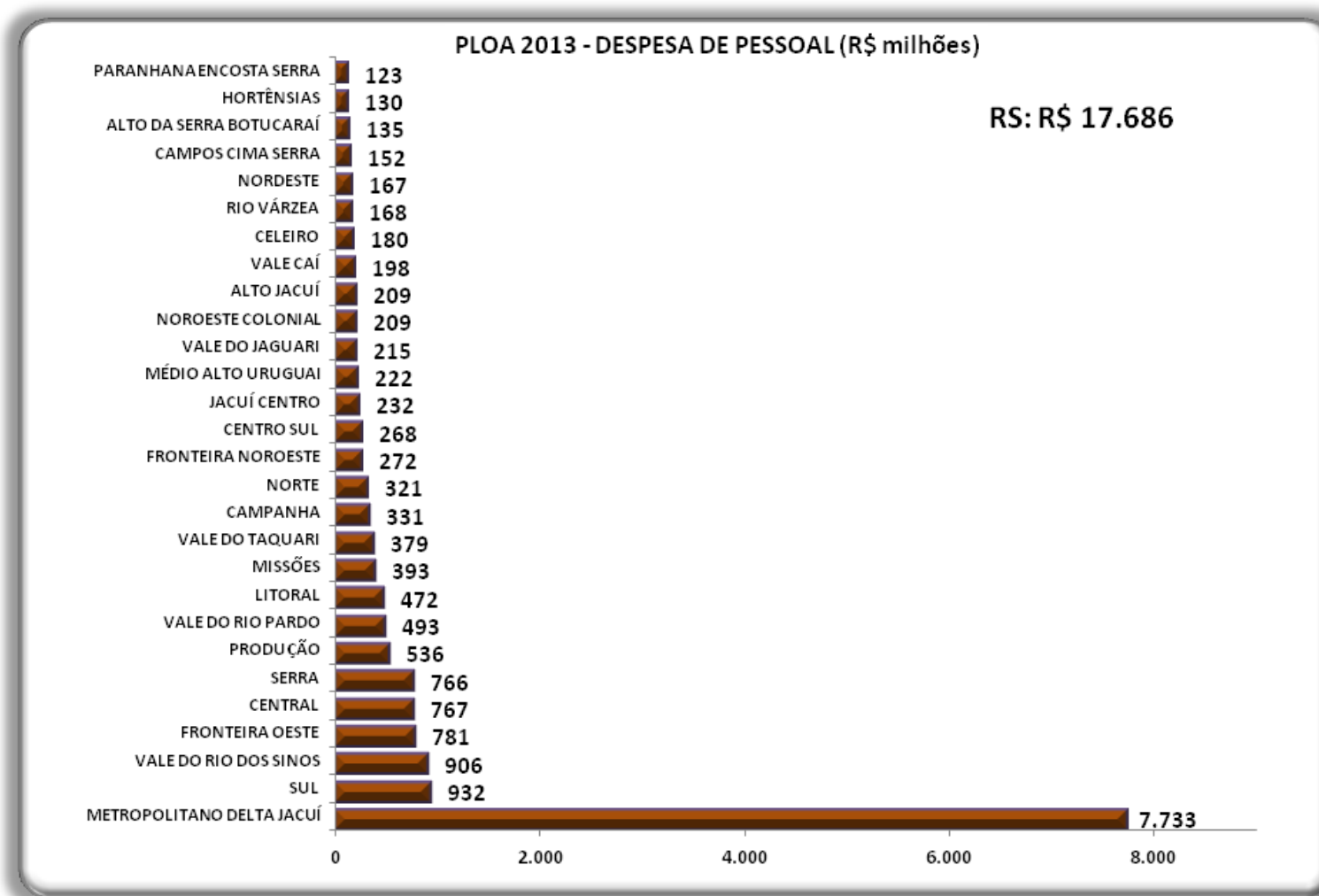


Despesa com Pessoal Total, Ativo e Inativo

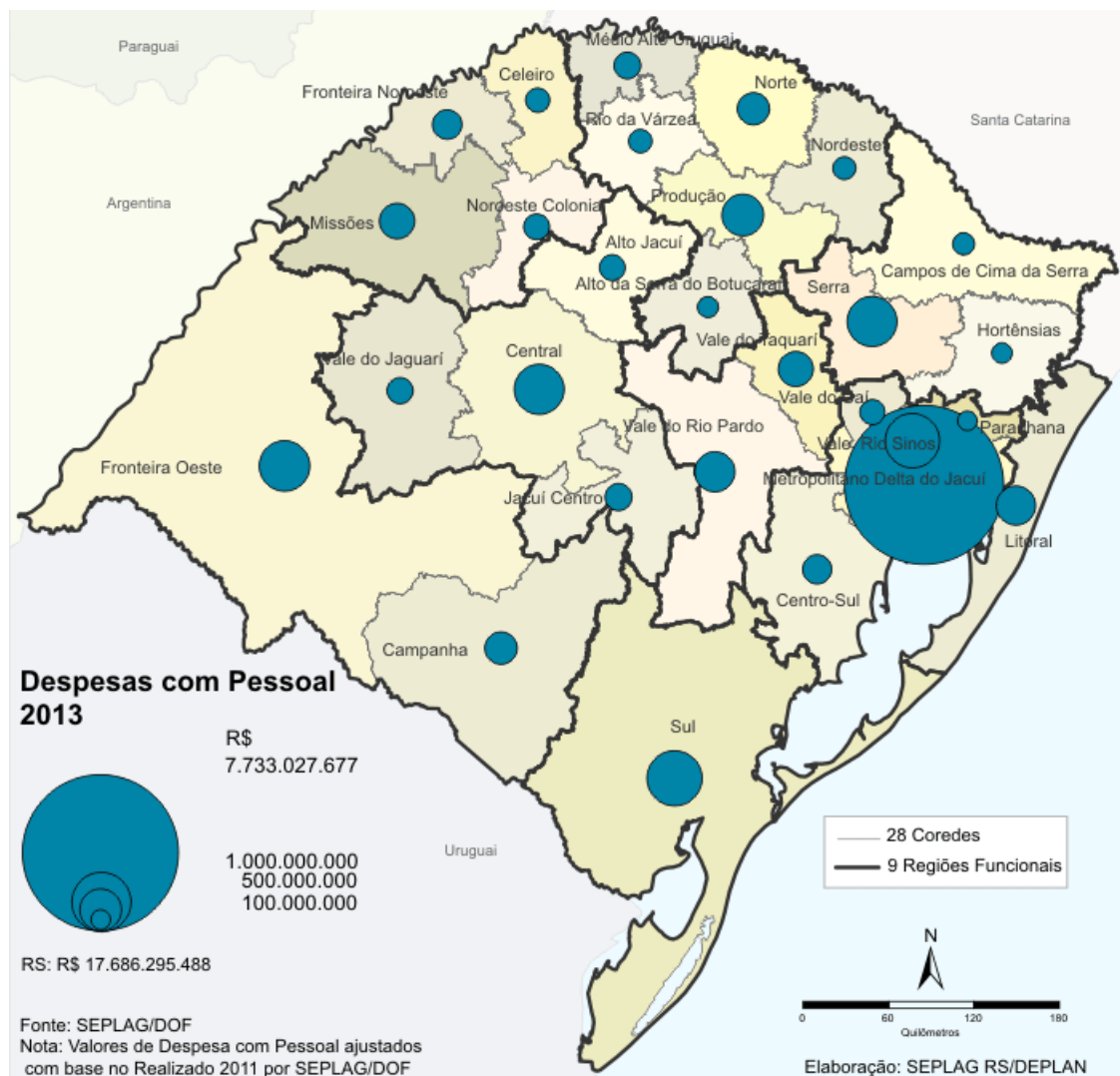
RF	COREDE	DESPESA (R\$)			%	
		PESSOAL TOTAL	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	135.122.981	75.315.537	59.807.443	55,74	44,26
8	ALTO JACUÍ	208.974.852	119.492.237	89.482.615	57,18	42,82
6	CAMPANHA	331.098.323	151.514.945	179.583.378	45,76	54,24
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	151.766.453	77.369.701	74.396.753	50,98	49,02
7	CELEIRO	179.946.913	111.915.557	68.031.356	62,19	37,81
8	CENTRAL	766.903.432	355.507.190	411.396.241	46,36	53,64
1	CENTRO SUL	267.696.742	164.656.728	103.040.015	61,51	38,49
7	FRONTEIRA NOROESTE	271.698.224	154.331.764	117.366.460	56,80	43,20
6	FRONTEIRA OESTE	780.976.650	415.250.513	365.726.137	53,17	46,83
3	HORTÊNSIAS	129.777.254	68.297.754	61.479.499	52,63	47,37
8	JACUÍ CENTRO	231.692.359	112.747.880	118.944.479	48,66	51,34
4	LITORAL	472.033.511	235.325.564	236.707.947	49,85	50,15
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	221.519.386	135.702.005	85.817.381	61,26	38,74
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	7.733.027.677	4.109.162.084	3.623.865.593	53,14	46,86
7	MISSÕES	392.577.936	229.397.405	163.180.531	58,43	41,57
9	NORDESTE	166.725.404	89.334.590	77.390.813	53,58	46,42
7	NOROESTE COLONIAL	209.235.279	128.903.985	80.331.293	61,61	38,39
9	NORTE	320.562.468	180.621.628	139.940.840	56,35	43,65
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	122.563.731	67.842.546	54.721.185	55,35	44,65
9	PRODUÇÃO	535.666.228	276.183.473	259.482.754	51,56	48,44
9	RIO DA VÁRZEA	167.520.666	107.133.979	60.386.687	63,95	36,05
3	SERRA	766.293.374	385.303.674	380.989.700	50,28	49,72
5	SUL	932.327.446	442.652.793	489.674.653	47,48	52,52
1	VALE DO CAÍ	197.830.338	100.258.648	97.571.689	50,68	49,32
8	VALE DO JAGUARI	214.867.224	110.652.744	104.214.480	51,50	48,50
1	VALE DO RIO DOS SINOS	906.460.329	503.144.359	403.315.969	55,51	44,49
2	VALE DO RIO PARDO	492.886.151	267.355.063	225.531.088	54,24	45,76
2	VALE DO TAQUARI	378.544.161	196.375.082	182.169.078	51,88	48,12
	<b>TOTAL</b>	<b>17.686.295.488</b>	<b>9.371.749.427</b>	<b>8.314.546.061</b>	<b>52,99</b>	<b>47,01</b>

Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011

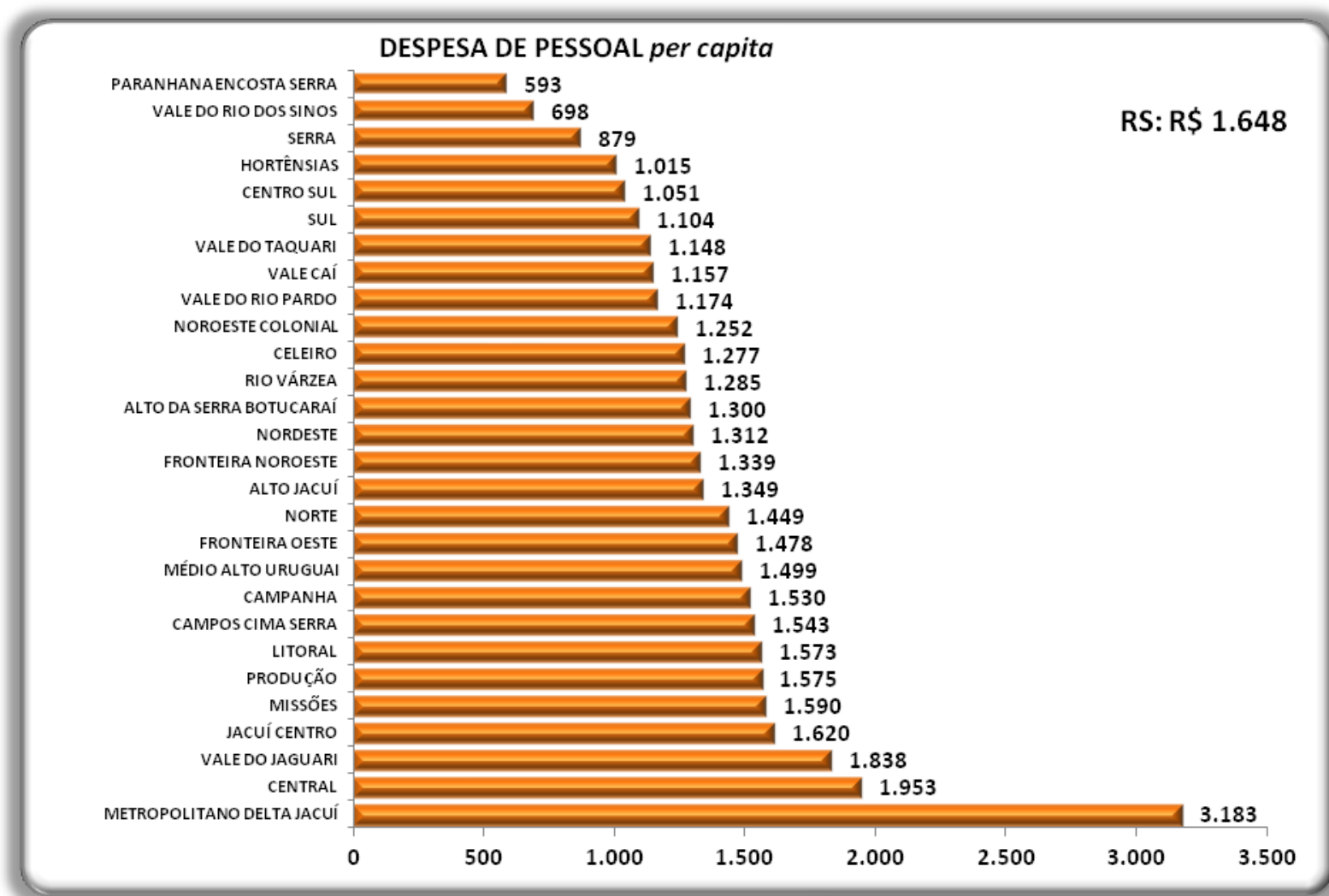
Nota: Os valores das despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram ajustados com base no realizado 2011.



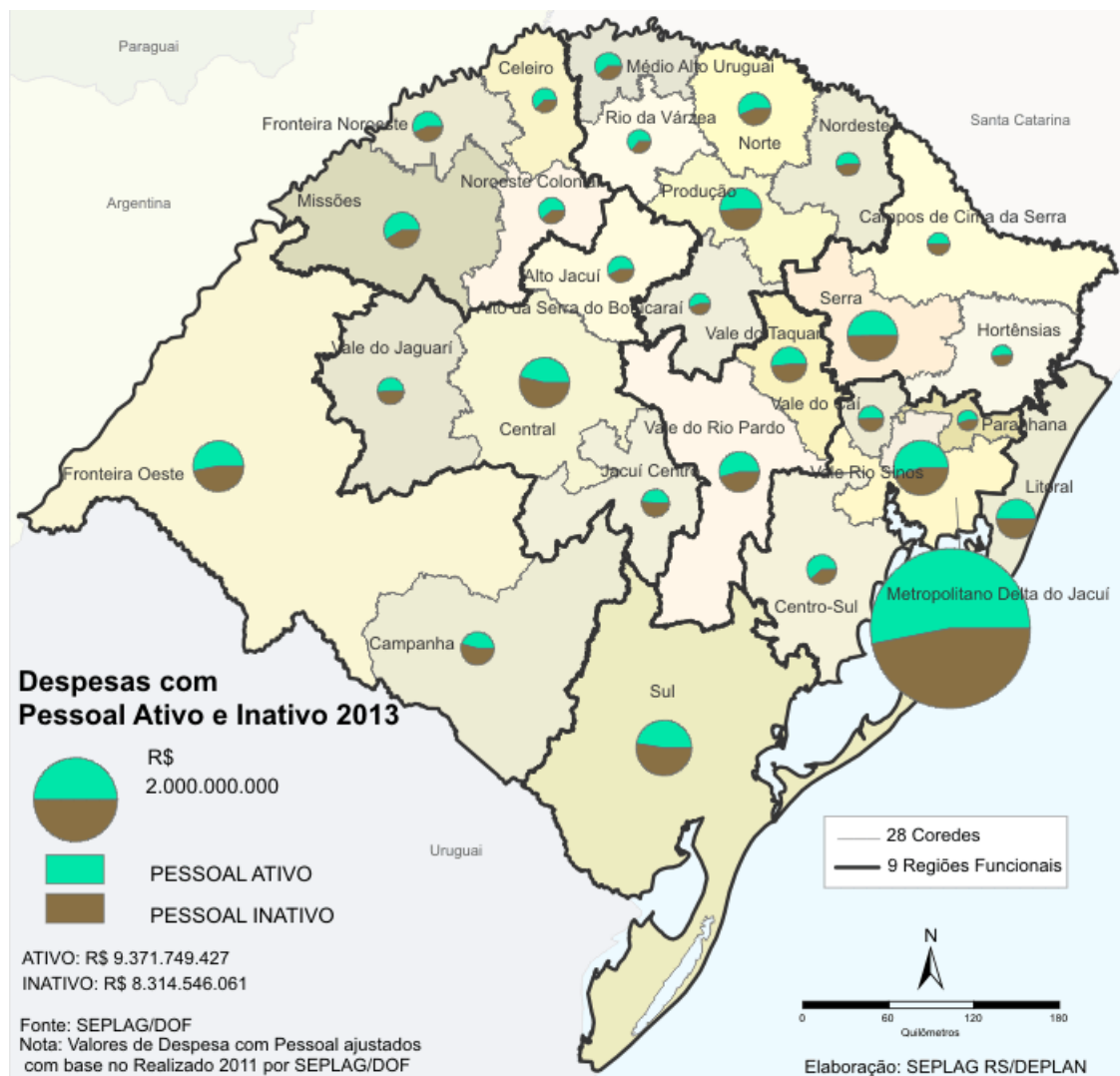
Fonte: SEPLAG/DOF







Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011





**10.3.3. As despesas com manutenção e custeio da máquina pública**

A despesa com manutenção e custeio da máquina pública também é apresentada pelos totais de cada COREDE e pelo total per capita. A regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos seguiu a mesma proporção de distribuição entre os COREDEs, em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Dentre as despesas com a manutenção e custeio estão os gastos com a alimentação dos presos, a compra de medicamentos e o combustível das viaturas policiais.

O COREDE com maior despesa com manutenção e custeio é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 2,9 bilhões, com 44% do total. O COREDE com menor despesa com manutenção e custeio é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 45,9 milhões, com 1% do total.

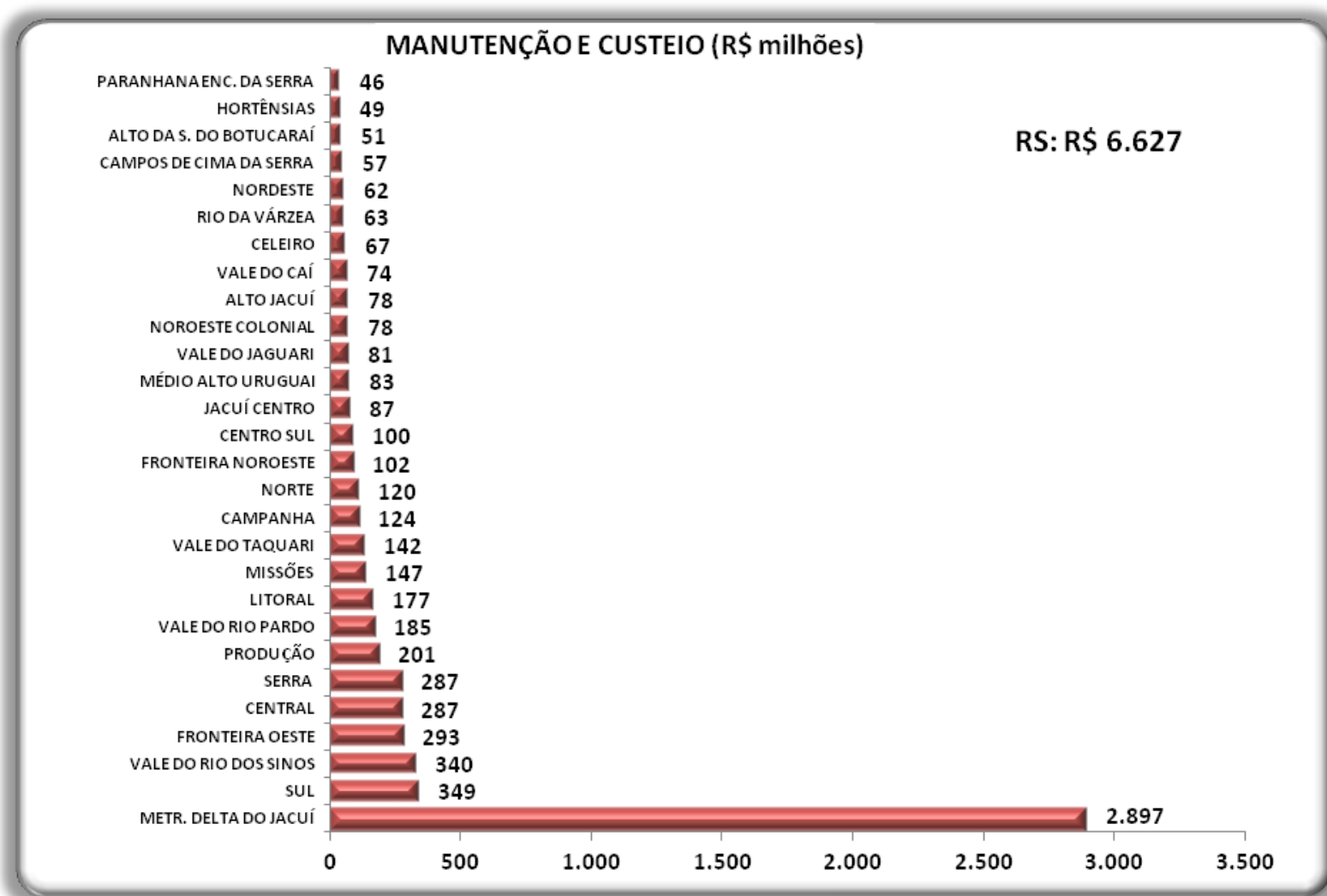


Manutenção e Custeio – R\$

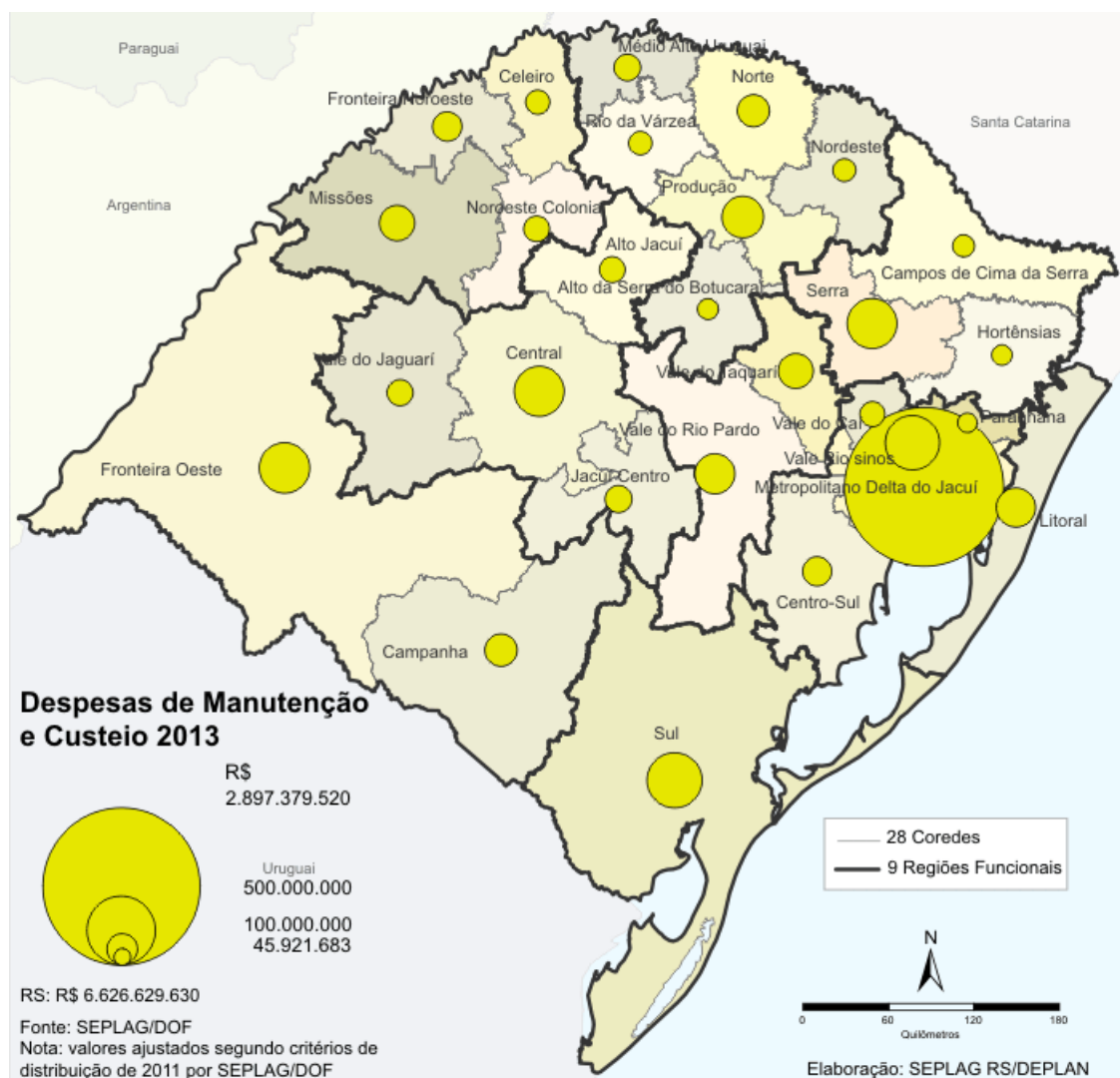
RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	50.627.332	487,09
8	ALTO JACUÍ	78.297.852	505,35
6	CAMPANHA	124.054.580	573,42
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	56.863.241	578,11
7	CELEIRO	67.421.781	478,62
8	CENTRAL	287.340.275	731,73
1	CENTRO SUL	100.299.532	393,77
7	FRONTEIRA NOROESTE	101.798.791	501,52
6	FRONTEIRA OESTE	292.613.171	553,81
3	HORTÊNSIAS	48.624.416	380,18
8	JACUÍ CENTRO	86.809.555	606,93
4	LITORAL	176.859.606	589,26
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	82.997.987	561,48
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.897.379.520	1.192,53
7	MISSÕES	147.089.512	595,68
9	NORDESTE	62.468.000	491,59
7	NOROESTE COLONIAL	78.395.428	469,24
9	NORTE	120.107.048	542,95
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	45.921.683	222,29
9	PRODUÇÃO	200.701.255	590,22
9	RIO DA VÁRZEA	62.765.965	481,45
3	SERRA	287.111.701	329,20
5	SUL	349.320.675	413,66
1	VALE DO CAÍ	74.122.270	433,40
8	VALE DO JAGUARI	80.505.582	688,58
1	VALE DO RIO DOS SINOS	339.628.888	261,68
2	VALE DO RIO PARDO	184.672.589	439,97
2	VALE DO TAQUARI	141.831.394	429,95
	<b>TOTAL</b>	<b>6.626.629.630</b>	<b>617,41</b>

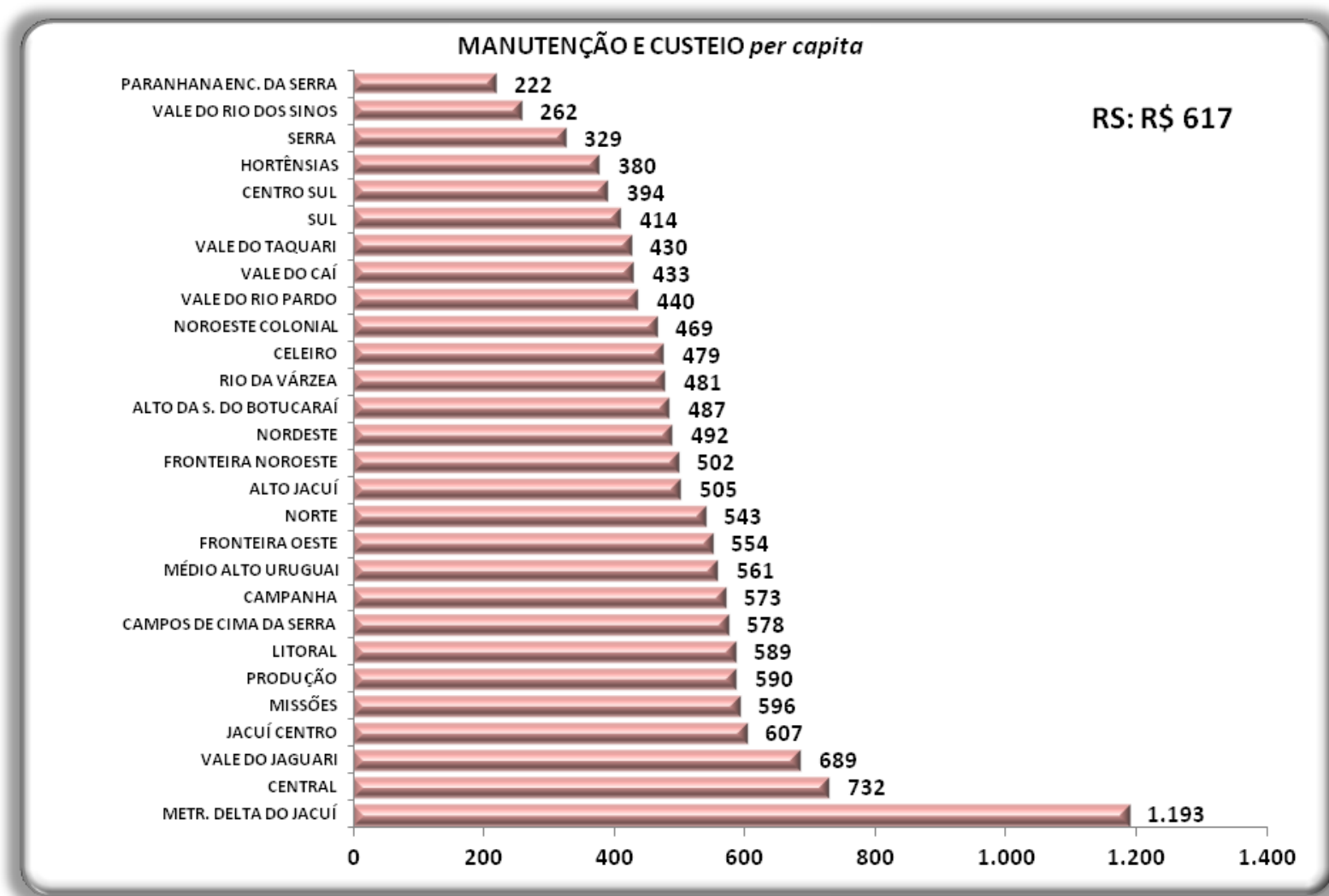
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011

Nota: valores ajustados segundo critérios de distribuição de 2011 por SEPLAG/DOF



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



***10.3.4. As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios***

A arrecadação de ICMS, IPVA, CIDE e IPI-Exportação gera a obrigação para o Estado transferir parte desses tributos aos Municípios. A despesa com as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios é apresentada pelo repasse de 25% do ICMS, 50% do IPVA, 25% das arrecadações da CIDE, que é o tributo sobre combustíveis, e 25% do IPI-Exportação.



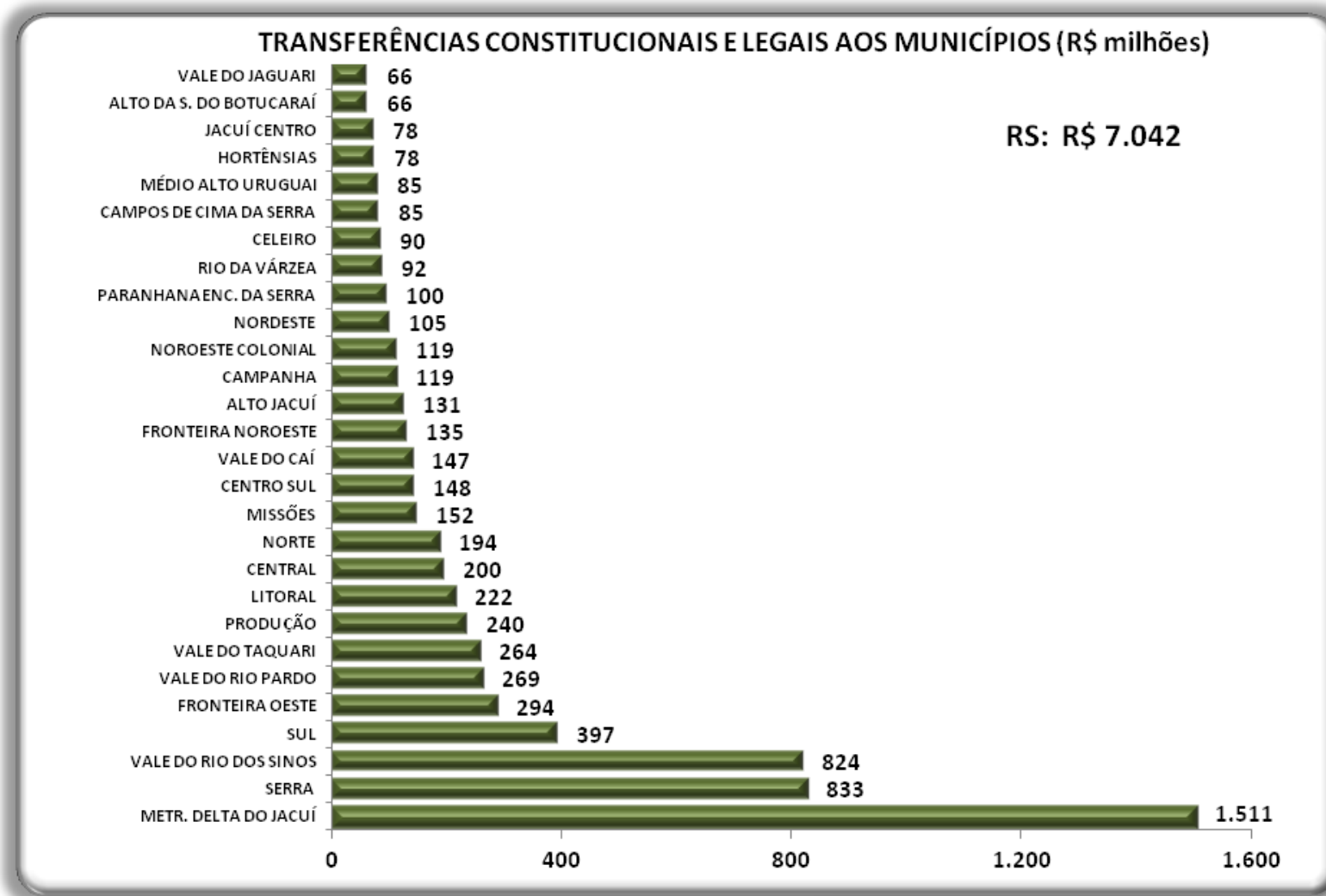


Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios – em R\$

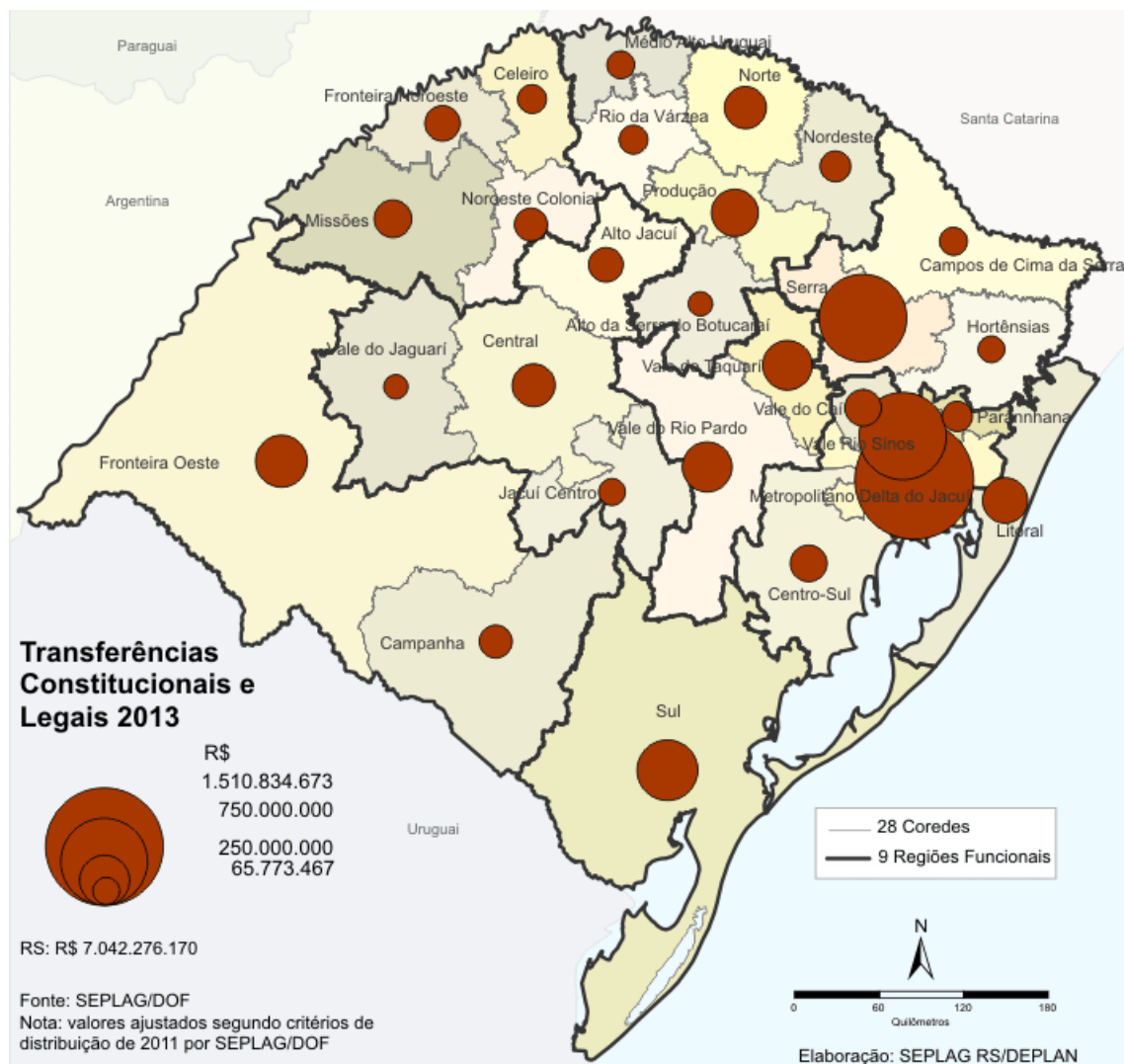
RF	COREDE	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	TOTAL	TCLM PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	57.881.602	6.347.922	267.193	1.443.980	65.940.697	634,42
8	ALTO JACUÍ	112.862.928	14.935.592	314.677	2.815.632	130.928.830	845,03
6	CAMPANHA	101.941.490	14.232.663	324.864	2.543.387	119.042.404	550,25
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	75.069.613	8.284.134	209.656	1.871.562	85.434.964	868,59
7	CELEIRO	79.884.554	7.764.071	354.160	1.992.280	89.995.065	638,86
8	CENTRAL	159.124.157	36.781.215	624.133	3.969.807	200.499.311	510,59
1	CENTRO SUL	129.470.739	14.425.913	462.449	3.230.301	147.589.401	579,43
7	FRONTEIRA NOROESTE	115.872.471	16.164.254	415.599	2.891.662	135.343.986	666,78
6	FRONTEIRA OESTE	253.908.587	32.872.455	775.209	6.333.142	293.889.392	556,23
3	HORTÊNSIAS	61.719.511	14.645.822	227.382	1.539.307	78.132.023	610,89
8	JACUÍ CENTRO	66.566.381	9.151.157	240.418	1.661.003	77.618.959	542,68
4	LITORAL	191.827.523	24.626.621	548.904	4.780.244	221.783.291	738,94
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	72.875.221	9.476.643	357.838	1.818.262	84.527.964	571,83
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.192.796.992	284.964.127	3.338.893	29.734.662	1.510.834.673	621,84
7	MISSÕES	131.116.480	17.393.137	513.251	3.271.625	152.294.492	616,75
9	NORDESTE	90.879.403	11.641.145	317.106	2.267.005	105.104.659	827,11
7	NOROESTE COLONIAL	100.230.215	15.499.744	294.702	2.500.438	118.525.098	709,43
9	NORTE	166.822.629	22.208.378	536.919	4.159.620	193.727.546	875,76
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	81.142.205	16.643.468	355.619	2.023.281	100.164.573	484,85
9	PRODUÇÃO	193.364.557	41.101.801	606.024	4.823.252	239.895.635	705,48
9	RIO DA VÁRZEA	80.073.566	9.395.756	329.809	1.997.666	91.796.797	704,13
3	SERRA	685.076.931	129.681.709	1.247.634	17.088.347	833.094.622	955,21
5	SUL	328.036.901	59.642.028	1.195.695	8.178.882	397.053.507	470,19
1	VALE DO CAÍ	125.195.118	17.837.976	367.358	3.122.982	146.523.435	856,74
8	VALE DO JAGUARI	57.057.033	7.067.559	225.596	1.423.279	65.773.467	562,57
1	VALE DO RIO DOS SINOS	674.037.444	131.862.851	1.659.860	16.814.922	824.375.077	635,17
2	VALE DO RIO PARDO	228.693.926	33.484.397	712.183	5.705.994	268.596.500	639,91
2	VALE DO TAQUARI	221.692.519	35.845.905	723.499	5.527.880	263.789.802	799,67
	<b>TOTAL</b>	<b>5.835.220.696</b>	<b>1.043.978.444</b>	<b>17.546.627</b>	<b>145.530.404</b>	<b>7.042.276.170</b>	<b>656,13</b>

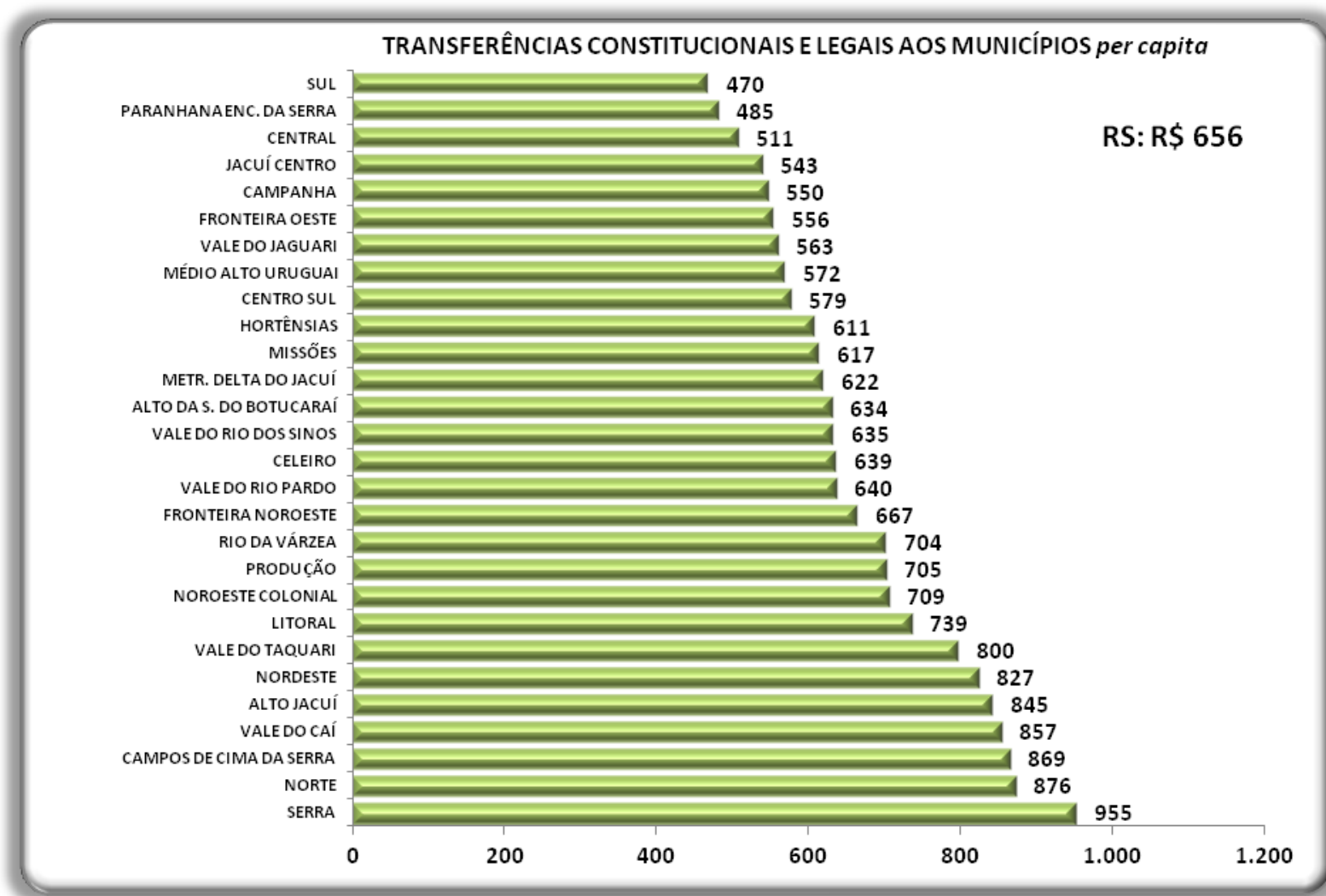
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011

Nota: valores ajustados segundo critérios de distribuição de 2011.



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



#### **10.4. A Regionalização dos Investimentos Amplos**

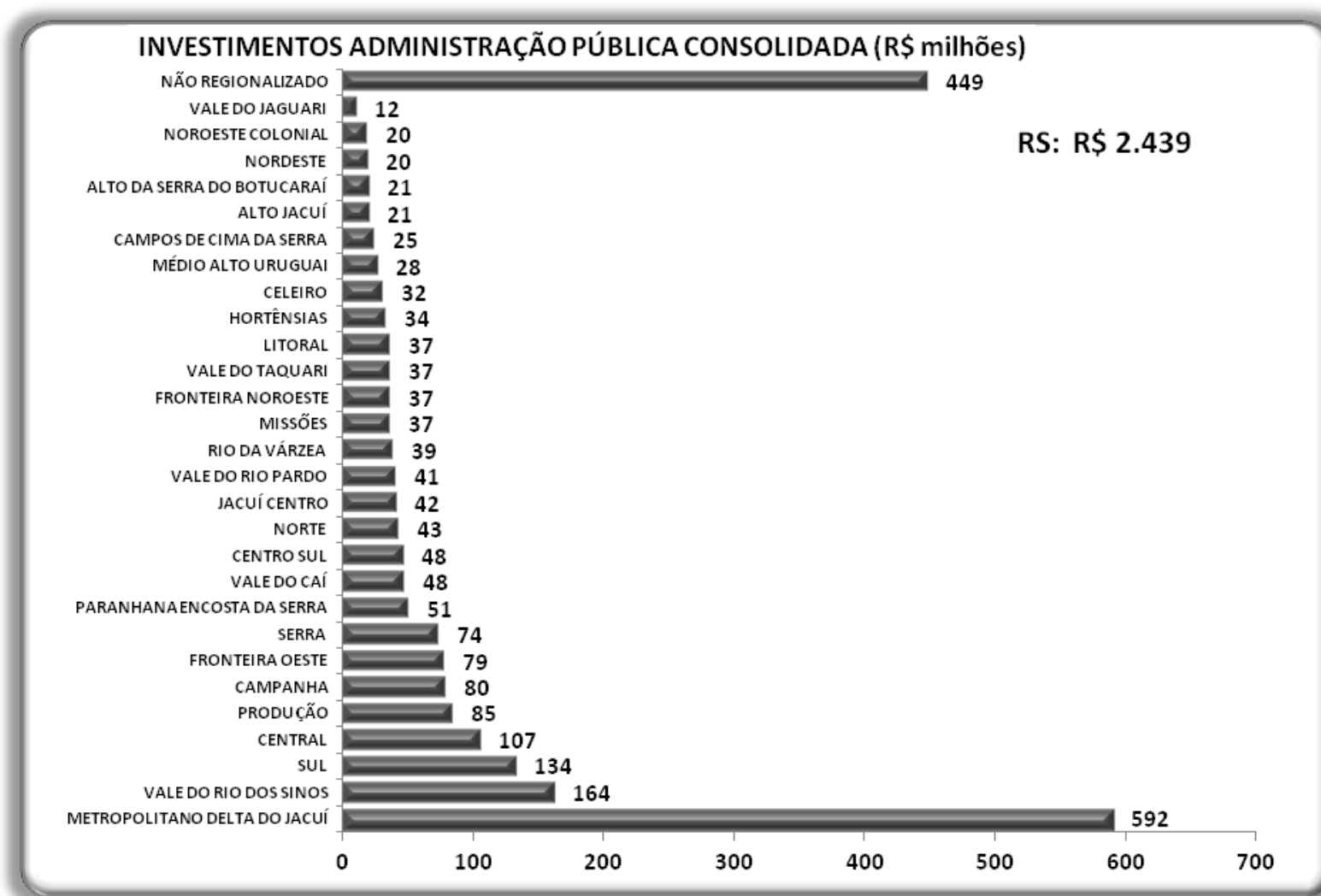
Os investimentos amplos são a soma das despesas de investimentos e inversões financeiras. São listados os investimentos da Administração Pública consolidada. Em outro item, em separado, foram discriminados os investimentos das estatais gaúchas por COREDE. Adiante, apresenta-se o investimento total, que é a soma dos investimentos da Administração Pública consolidada mais os das estatais.



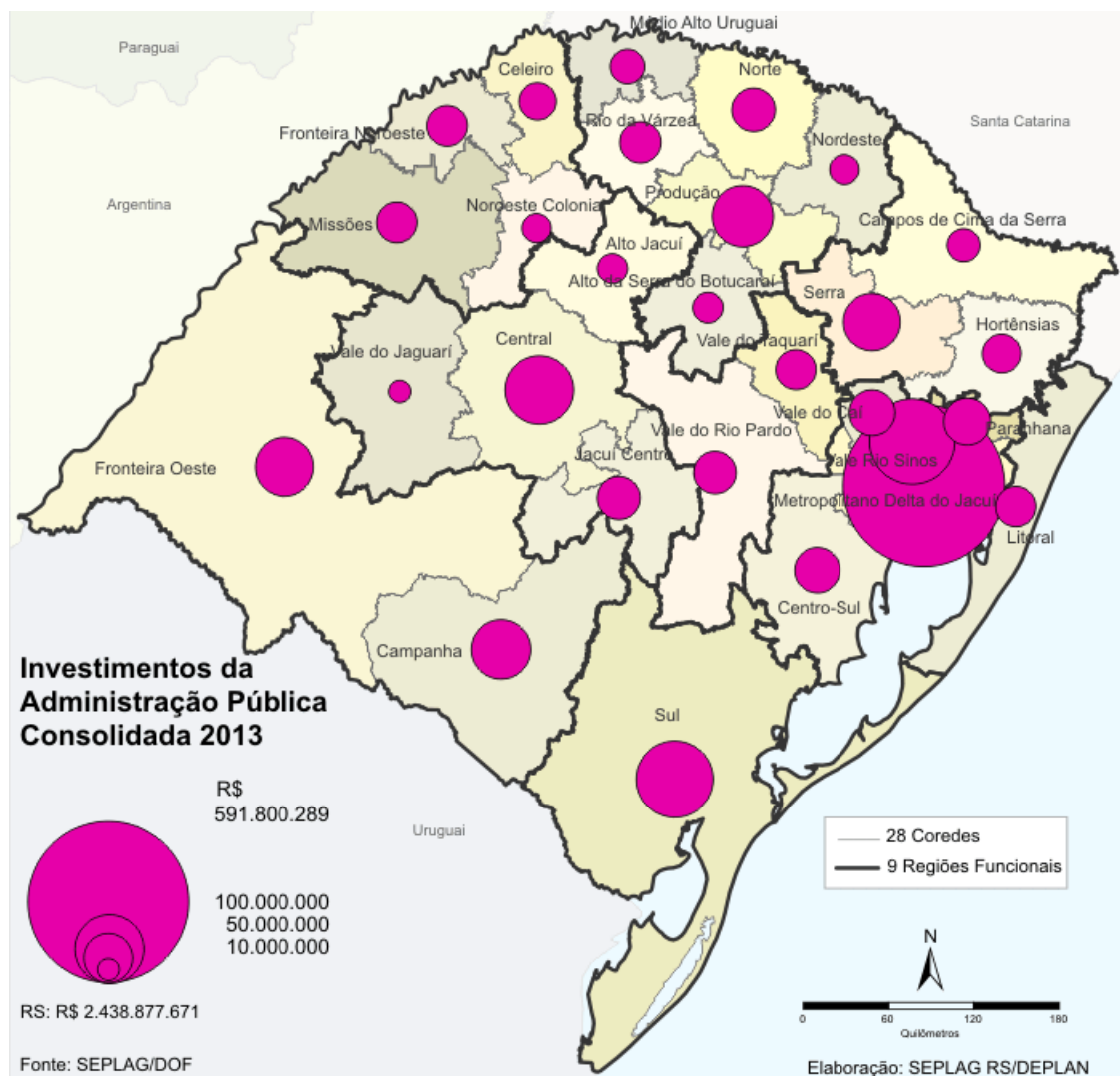
**10.4.1. Os Investimentos da Administração Pública Consolidada**

RF	COREDE	INVESTIMENTOS TOTAIS	INVESTIMENTOS TOTAIS PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	21.349.287	205,40
8	ALTO JACUÍ	21.356.105	137,84
6	CAMPANHA	80.006.109	369,81
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	24.842.519	252,57
7	CELEIRO	31.751.290	225,40
8	CENTRAL	106.681.520	271,67
1	CENTRO SUL	47.520.489	186,56
7	FRONTEIRA NOROESTE	37.311.916	183,82
6	FRONTEIRA OESTE	78.812.044	149,16
3	HORTÊNSIAS	34.272.249	267,97
8	JACUÍ CENTRO	42.234.316	295,28
4	LITORAL	37.057.934	123,47
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	27.878.663	188,60
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	591.800.289	243,58
7	MISSÕES	37.385.571	151,40
9	NORDESTE	20.361.308	160,23
7	NOROESTE COLONIAL	19.551.376	117,03
9	NORTE	43.344.591	195,94
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	51.173.709	247,71
9	PRODUÇÃO	85.477.908	251,37
9	RIO DA VÁRZEA	39.010.757	299,23
3	SERRA	74.258.189	85,14
5	SUL	134.474.329	159,24
1	VALE DO CAÍ	47.918.227	280,18
8	VALE DO JAGUARI	11.512.983	98,47
1	VALE DO RIO DOS SINOS	163.932.670	126,31
2	VALE DO RIO PARDO	41.199.177	98,15
2	VALE DO TAQUARI	37.080.849	112,41
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>1.989.556.373</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	<b>449.321.298</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>2.438.877.671</b>	<b>227,23</b>

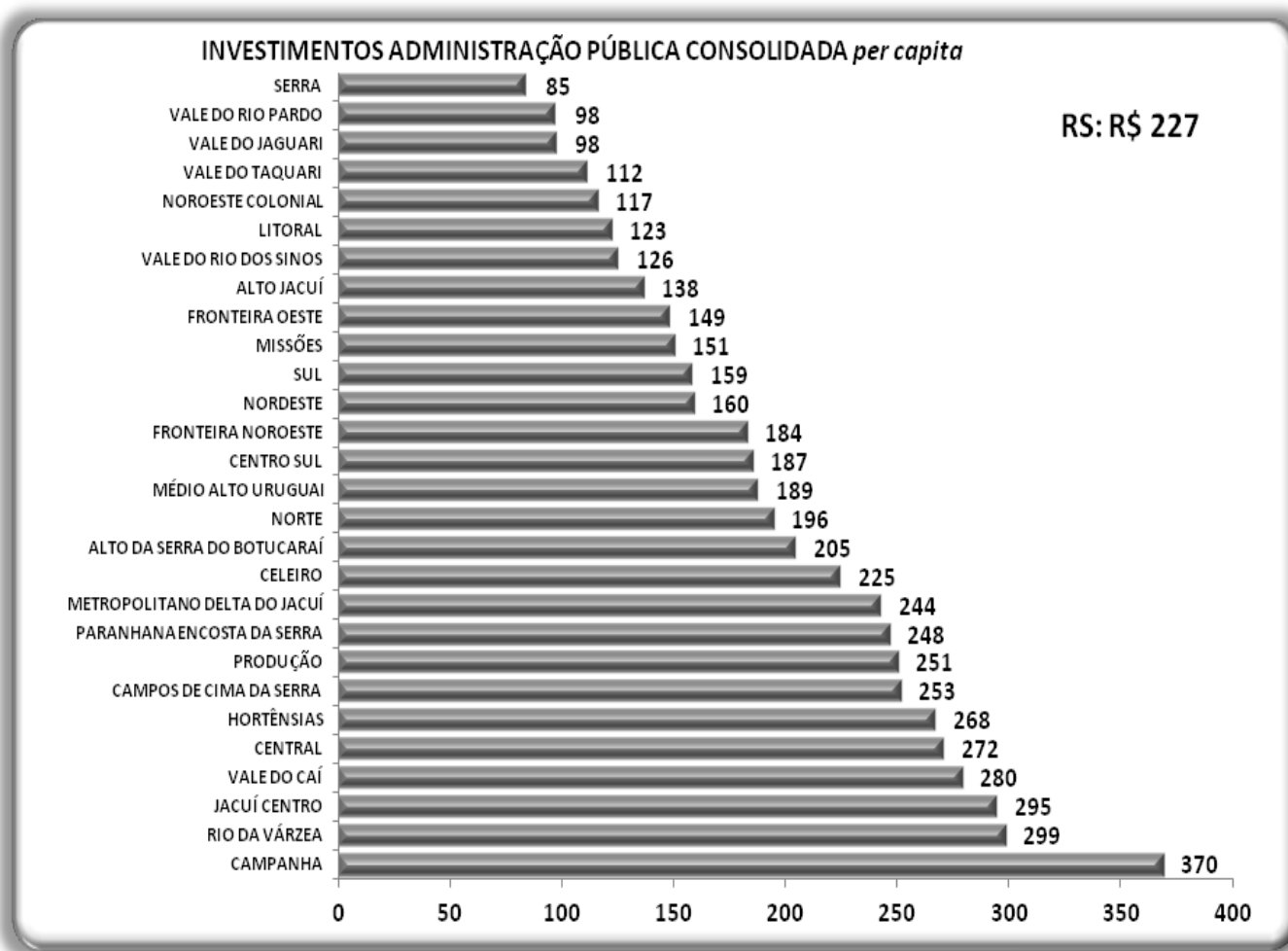
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



Fonte: SEPLAG/DOF







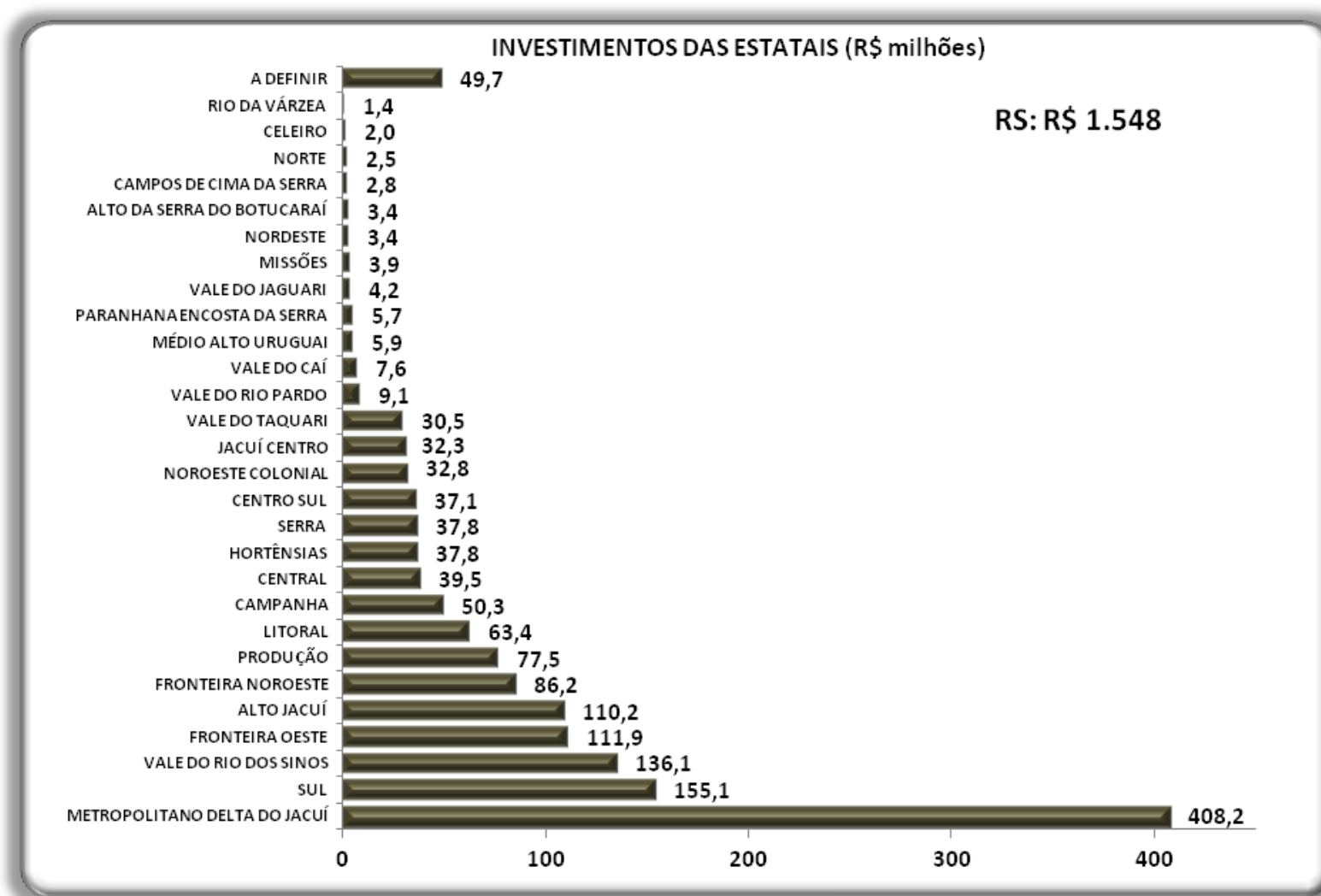
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



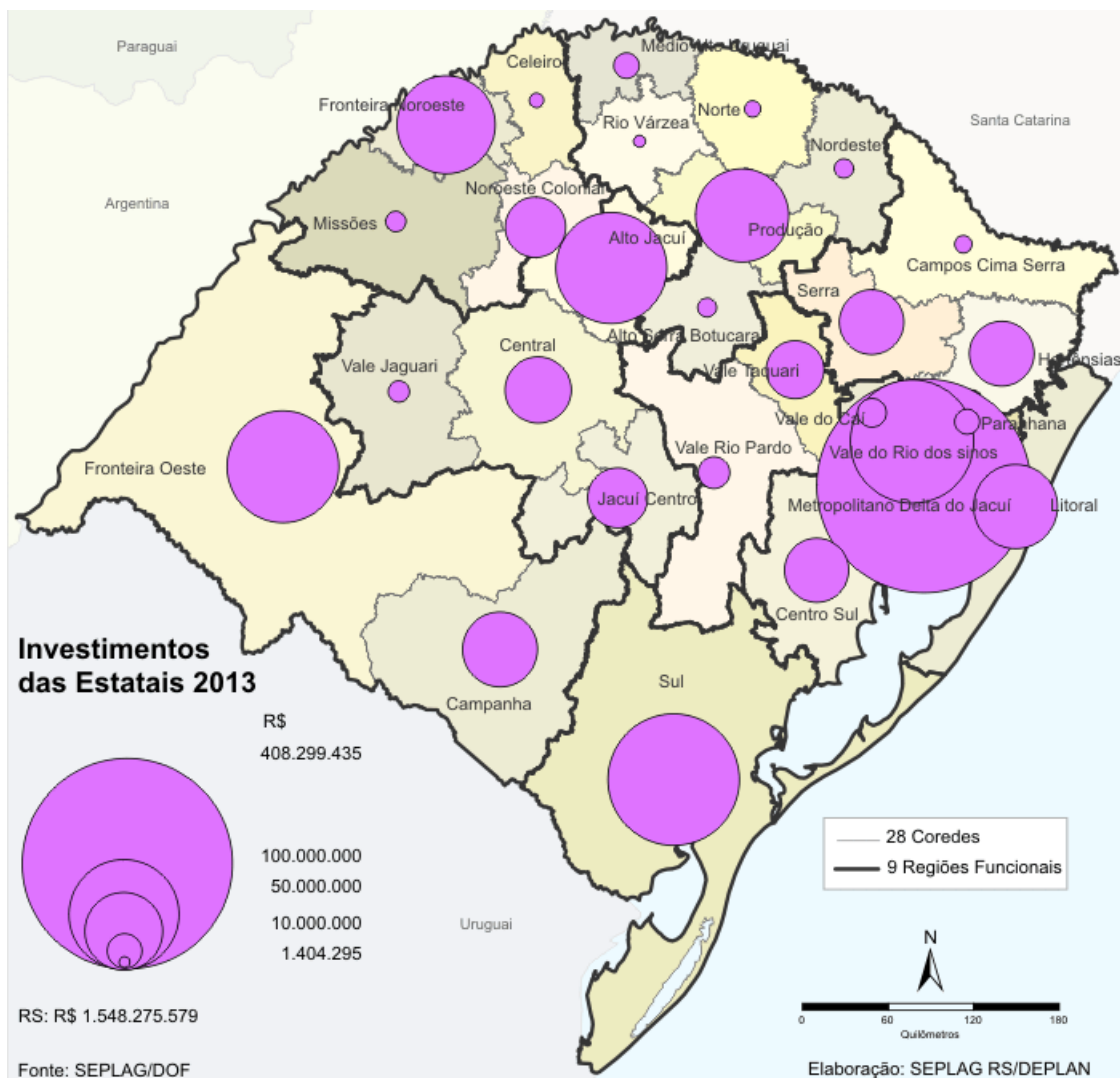
**10.4.2. Investimentos das Estatais Gaúchas em R\$**

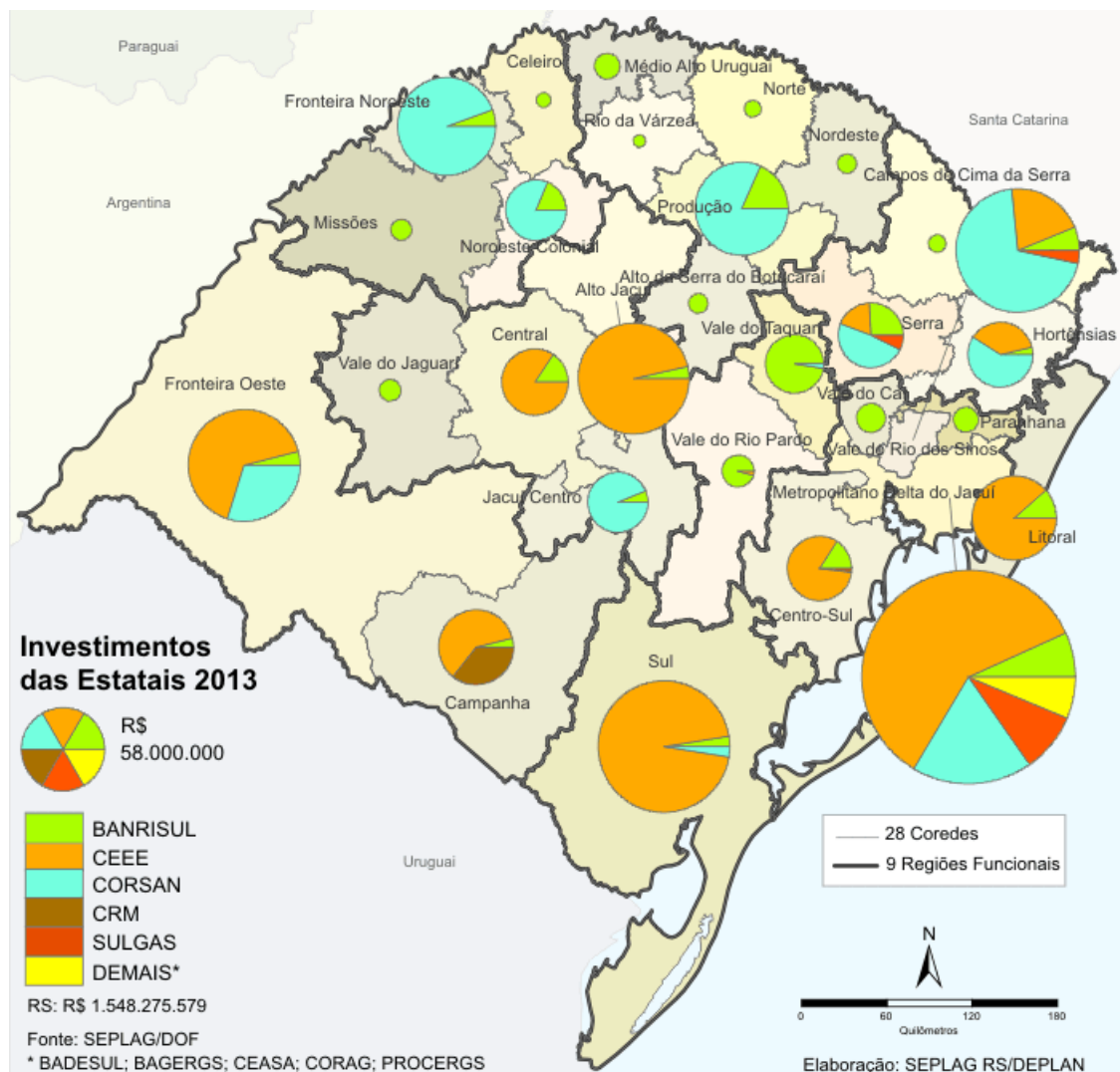
RF	COREDE	BADESUL	BANRISUL	BAGERGS	CEASA	CEEE	CORAG	CORSAN	CRM	PROCERGS	SULGAS	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ		3.360.009									3.360.009	32,33
8	ALTO JACUÍ		3.911.428			106.271.773						110.183.201	711,14
6	CAMPANHA		1.955.714			30.381.766			17.927.383			50.264.863	232,34
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA		2.808.591									2.808.591	28,55
7	CELEIRO		1.955.714									1.955.714	13,88
8	CENTRAL		6.168.600			33.329.629						39.498.230	100,59
1	CENTRO SUL		5.867.142			30.205.775			702.400		327.960	37.103.277	145,66
7	FRONTEIRA NOROESTE		4.764.305					81.421.964				86.186.269	424,60
6	FRONTEIRA OESTE		4.462.846			74.068.829		33.369.181				111.900.857	211,79
3	HORTÊNSIAS		1.404.295			14.061.010		22.353.233				37.818.538	295,69
8	JACUÍ CENTRO		1.955.714					30.075.647	300.000			32.331.361	226,05
4	LITORAL		7.271.437			56.126.251						63.397.688	211,23
9	MÉDIO ALTO URUGUAI		5.867.142									5.867.142	39,69
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	4.022.500	27.673.923		615.000	243.626.637	10.000.000	74.401.620		11.040.000	36.849.756	408.229.435	168,02
7	MISSÕES		3.911.428									3.911.428	15,84
9	NORDESTE		3.360.009									3.360.009	26,44
7	NOROESTE COLONIAL		6.168.600					26.639.003				32.807.603	196,37
9	NORTE		2.507.132									2.507.132	11,33
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA		5.617.182								44.926	5.662.108	27,41
9	PRODUÇÃO		14.292.915					63.248.627				77.541.542	228,03
9	RIO DA VÁRZEA		1.404.295									1.404.295	10,77
3	SERRA		9.778.570			6.957.858		18.250.583			2.770.083	37.757.094	43,29
5	SUL		3.911.428			147.282.534		3.930.824				155.124.786	183,70
1	VALE DO CAÍ		7.572.896								4.493	7.577.388	44,31
8	VALE DO JAGUARI		4.212.886									4.212.886	36,03
1	VALE DO RIO DOS SINOS		8.374.274	750.000		27.577.995		94.787.128			4.646.138	136.135.536	104,89
2	VALE DO RIO PARDO		8.675.733			396.403					44.926	9.117.062	21,72
2	VALE DO TAQUARI		29.740.164			37.500		750.000				30.527.664	92,54
-	A DEFINIR		6.617.022	640.000		38.746.701					3.720.146	49.723.869	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.022.500</b>	<b>195.571.397</b>	<b>1.390.000</b>	<b>615.000</b>	<b>809.070.661</b>	<b>10.000.000</b>	<b>449.227.811</b>	<b>18.929.783</b>	<b>11.040.000</b>	<b>48.408.428</b>	<b>1.548.275.579</b>	<b>144,25</b>

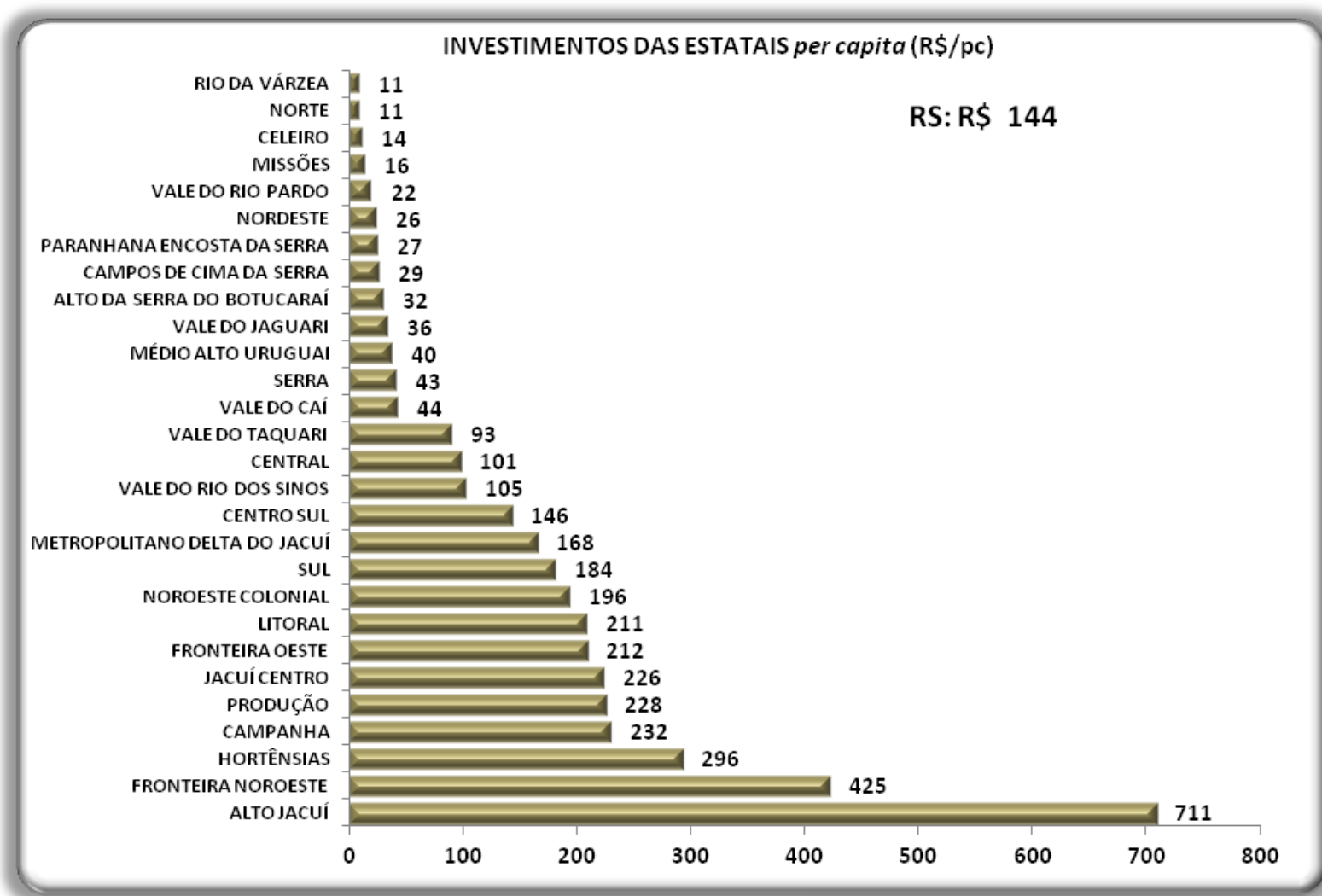
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa 2011



Fonte: SEPLAG/DOF







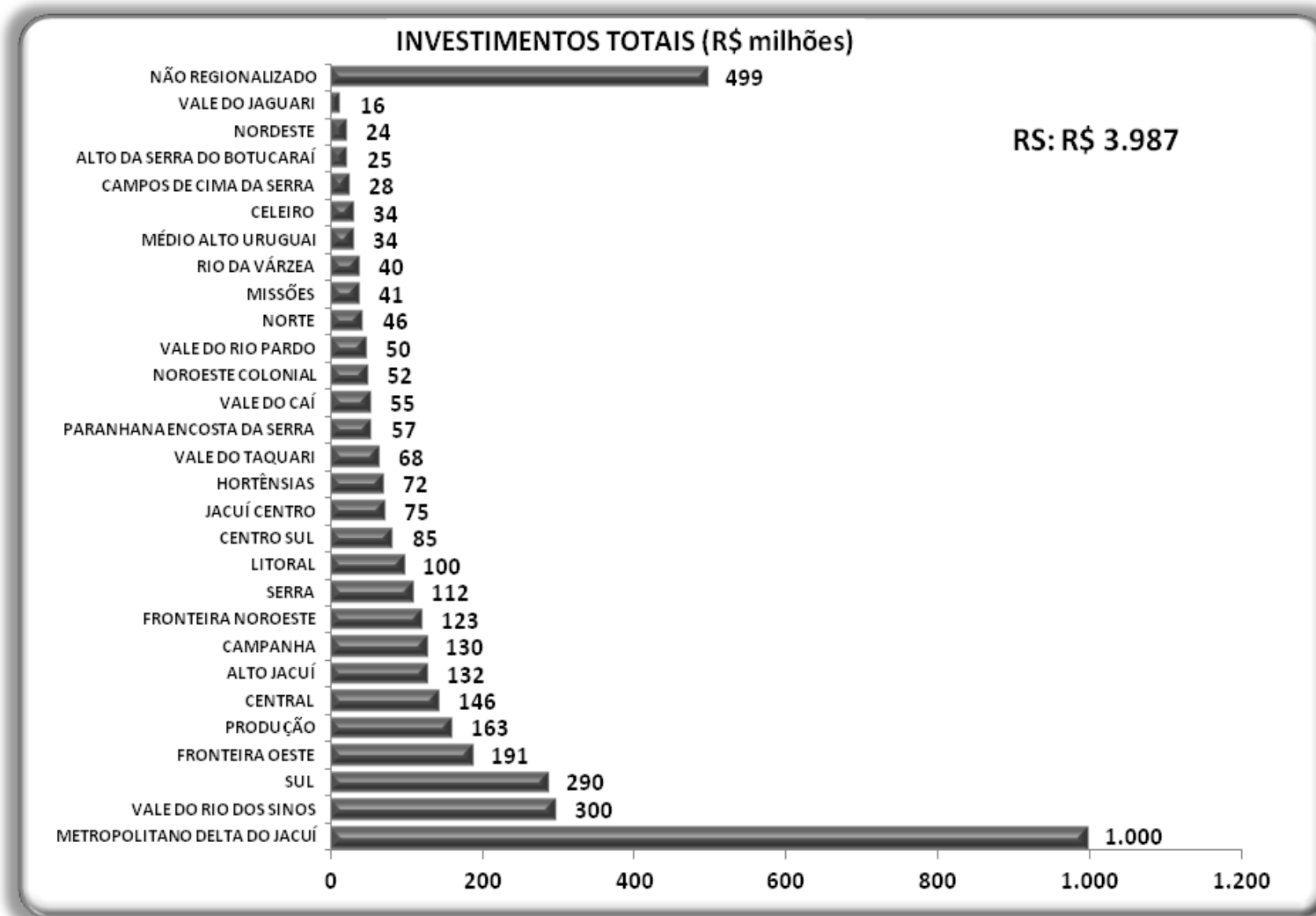
Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



**10.4.3. Investimentos Totais**

<b>RF</b>	<b>COREDE</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS PER CAPITA (R\$/PC)</b>
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	24.709.296	237,7
8	ALTO JACUÍ	131.539.306	849,0
6	CAMPANHA	130.270.972	602,2
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	27.651.110	281,1
7	CELEIRO	33.707.003	239,3
8	CENTRAL	146.179.750	372,3
1	CENTRO SUL	84.623.767	332,2
7	FRONTEIRA NOROESTE	123.498.185	608,4
6	FRONTEIRA OESTE	190.712.901	360,9
3	HORTÊNSIAS	72.090.786	563,7
8	JACUÍ CENTRO	74.565.677	521,3
4	LITORAL	100.455.622	334,7
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	33.745.805	228,3
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.000.029.724	411,6
7	MISSÕES	41.296.999	167,2
9	NORDESTE	23.721.317	186,7
7	NOROESTE COLONIAL	52.358.979	313,4
9	NORTE	45.851.724	207,3
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	56.835.817	275,1
9	PRODUÇÃO	163.019.450	479,4
9	RIO DA VÁRZEA	40.415.052	310,0
3	SERRA	112.015.283	128,4
5	SUL	289.599.115	342,9
1	VALE DO CAÍ	55.495.615	324,5
8	VALE DO JAGUARI	15.725.869	134,5
1	VALE DO RIO DOS SINOS	300.068.206	231,2
2	VALE DO RIO PARDO	50.316.239	119,9
2	VALE DO TAQUARI	67.608.514	205,0
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>3.488.108.082</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	<b>499.045.168</b>	-
	<b>TOTAL</b>	<b>3.987.153.250</b>	<b>371,5</b>

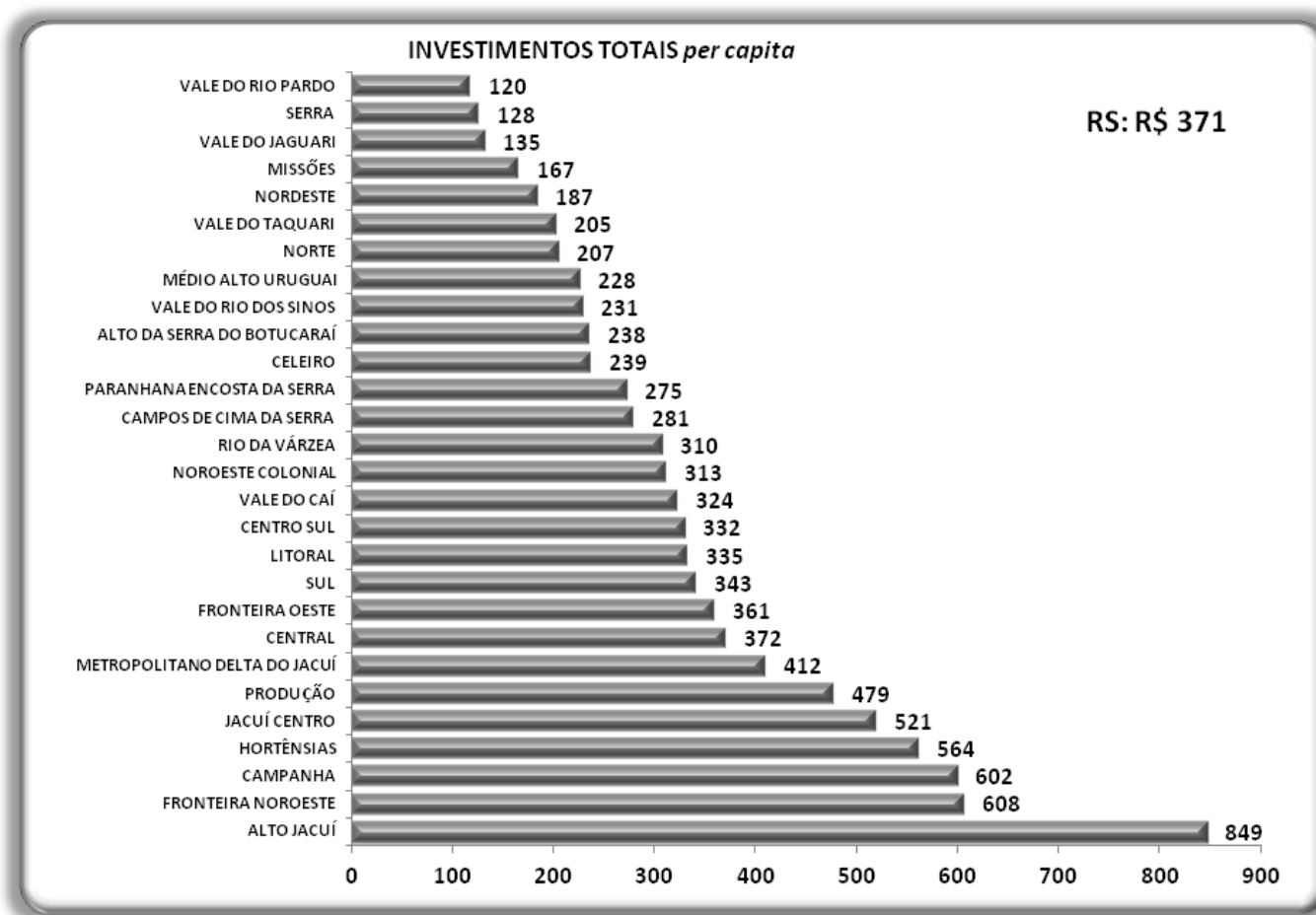
Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010



Fonte: SEPLAG/DOF







Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011



### 10.5. Recursos da Votação de Prioridades da Participação Popular e Cidadã

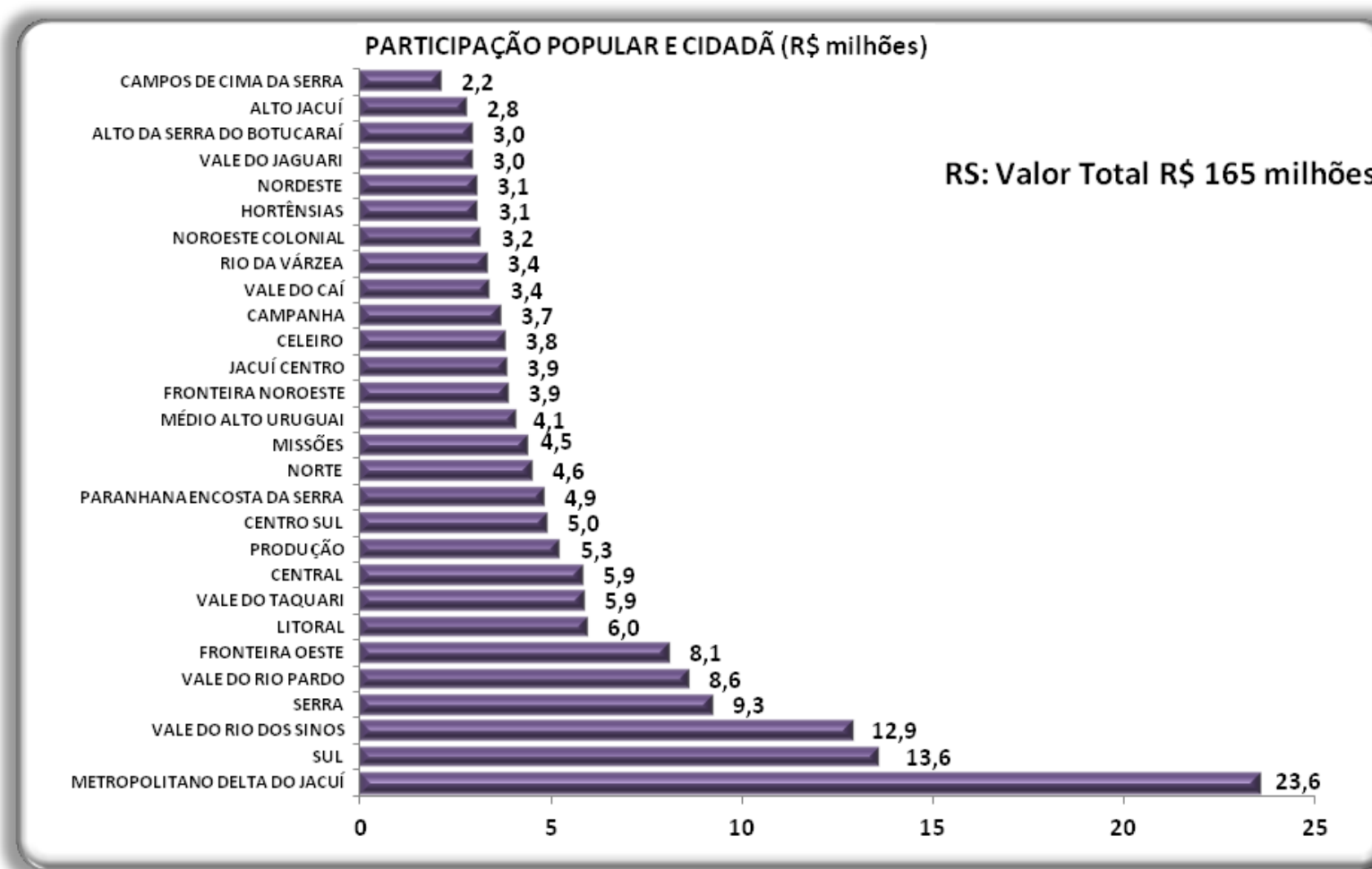
Os recursos da votação de prioridades, por meio da Participação Popular e Cidadã, estão apresentados por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), através de votação presencial e pela internet. Essa ferramenta de participação popular permite aos cidadãos incidir diretamente sobre a aplicação de recursos. Em 2013, serão alocados R\$ 165 milhões, sendo que o COREDE Alto da Serra do Botucaraí ficou com a maior média *per capita*, de R\$ 28,83. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí ficou com a menor média *per capita*, de R\$ 9,71.



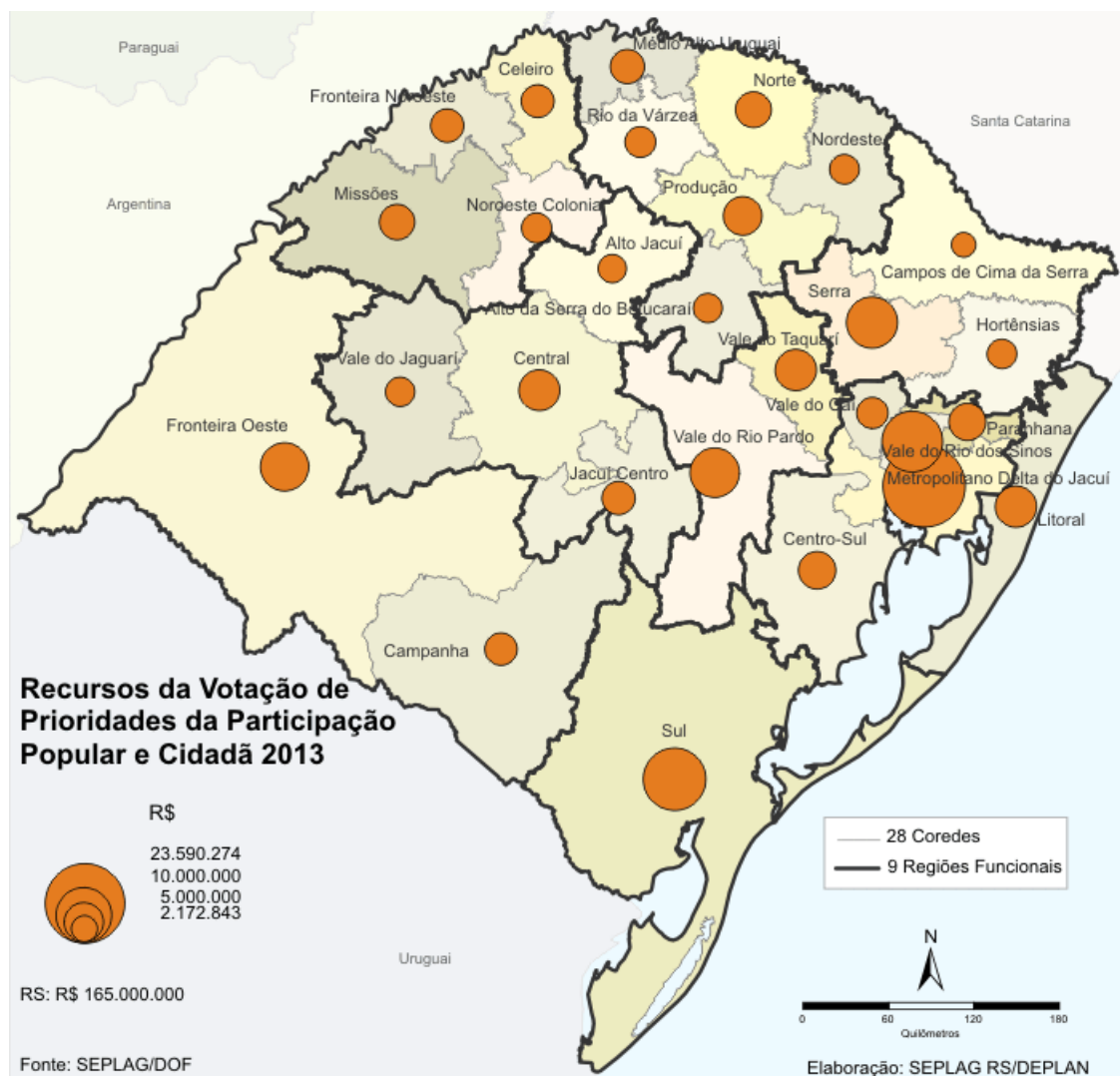
Recursos da Votação de Prioridades da Participação Popular e Cidadã (R\$)

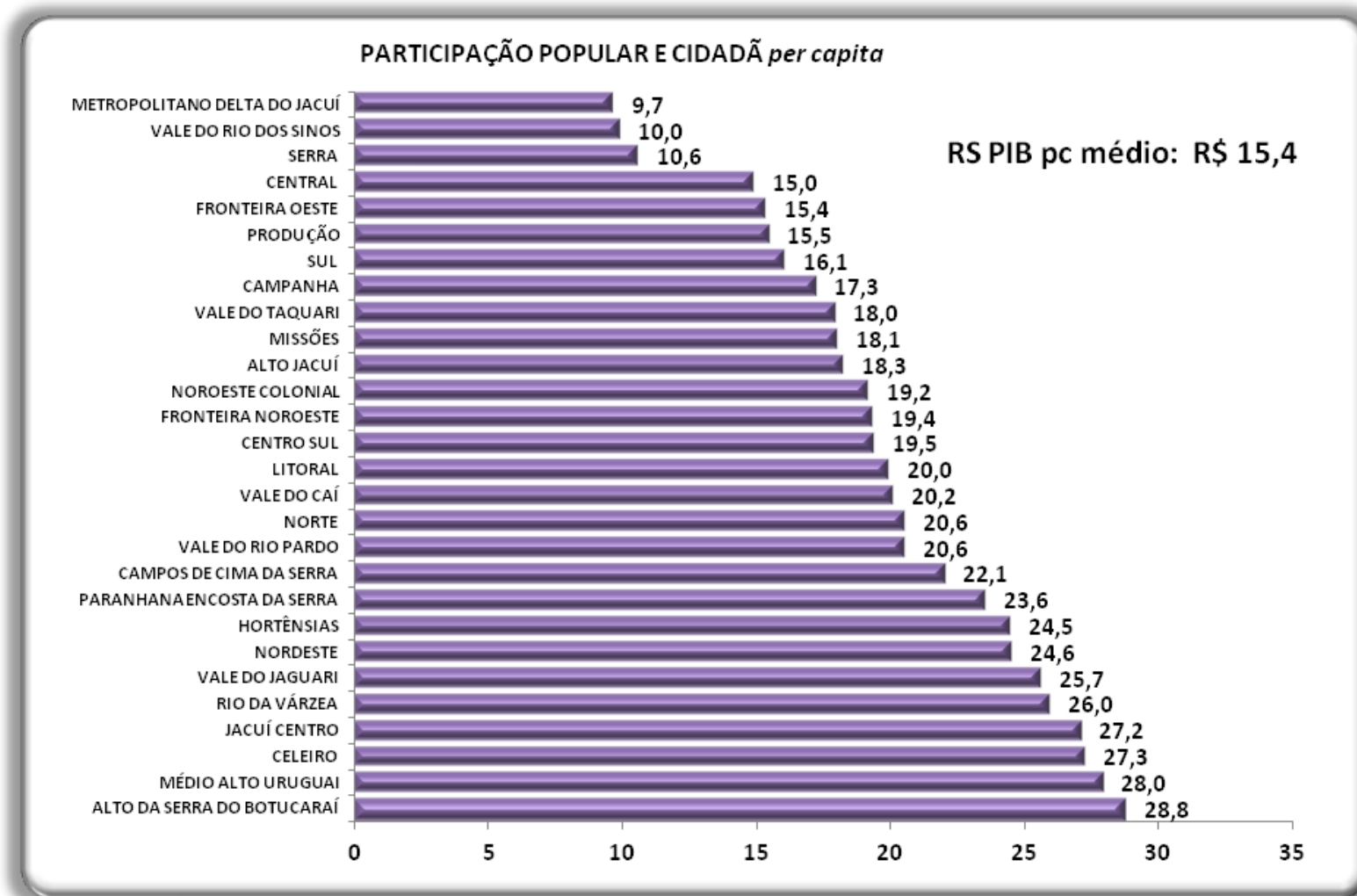
RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072	28,83
8	ALTO JACUÍ	2.835.832	18,30
6	CAMPANHA	3.739.829	17,29
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843	22,09
7	CELEIRO	3.848.529	27,32
8	CENTRAL	5.876.170	14,96
1	CENTRO SUL	4.954.843	19,45
7	FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798	19,37
6	FRONTEIRA OESTE	8.131.975	15,39
3	HORTÊNSIAS	3.133.443	24,50
8	JACUÍ CENTRO	3.885.799	27,17
4	LITORAL	6.002.961	20,00
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	4.137.236	27,99
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274	9,71
7	MISSÕES	4.464.114	18,08
9	NORDESTE	3.120.173	24,55
7	NOROESTE COLONIAL	3.215.548	19,25
9	NORTE	4.556.002	20,60
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	4.878.041	23,61
9	PRODUÇÃO	5.283.641	15,54
9	RIO DA VÁRZEA	3.387.403	25,98
3	SERRA	9.270.019	10,63
5	SUL	13.610.888	16,12
1	VALE DO CAÍ	3.449.432	20,17
8	VALE DO JAGUARI	3.003.410	25,69
1	VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858	9,97
2	VALE DO RIO PARDO	8.646.749	20,60
2	VALE DO TAQUARI	5.937.118	18,00
	<b>TOTAL</b>	<b>165.000.000</b>	<b>15,37</b>

Fonte: SEPLAG/DOF e IBGE Estimativa Populacional 2011.



Fonte: SEPLAG/DOF





Fonte: SEPLAG/DOF

### 10.6. Relação entre o Valor Arrecadado (VA) e o Valor Retornado (VR)

A análise da regionalização do orçamento parte do pressuposto de que, por uma razão de equidade e justiça, a distribuição dos recursos públicos deve favorecer as regiões mais deprimidas do Estado, nesse caso, os COREDEs menos desenvolvidos.

Para se medir o nível de desenvolvimento econômico de cada um dos COREDEs, utiliza-se o principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB), que exprime o valor da produção realizada dentro da fronteira geográfica representada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Em outras palavras, o PIB sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os habitantes residentes nos limites geográficos de cada COREDE.

Para poder realizar a comparação adequada da riqueza entre os 28 COREDEs, oportuniza-se o indicador PIB *per capita*, que informa a quantidade média em reais, de riquezas correspondentes, de cada habitante. Tendo em vista não ter sido finalizado o valor oficial do PIB por município de 2011, utiliza-se o PIB municipal 2009 vezes o PIB do Estado de 2011, dividido pelo PIB do Estado de 2009. Basicamente, a previsão do PIB municipal de 2011 é equivalente ao valor do PIB municipal de 2009, atualizado pelo valor do PIB estadual de 2011. Para o cálculo do PIB *per capita* do COREDE, somou-se o PIB projetado de todos os municípios que os compõem e dividiu-se pela sua população, conforme o Censo do IBGE de 2011.

Para a análise da equidade na distribuição dos recursos públicos do orçamento, os COREDEs foram ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB *per capita* e separados em três terços, de acordo com o PIB *per capita*: elevado, médio e baixo, conforme mostrado na tabela seguinte, que trata da relação entre o valor arrecadado por cada COREDE e o valor retornado para cada COREDE.

Assim, espera-se que a relação entre o percentual do valor retornado (serviços e investimentos), em relação à despesa total do Estado; e o percentual sobre o valor arrecadado (impostos e contribuições), em relação à receita total do Estado, para os COREDEs que fazem parte do terço superior (elevado PIB *per capita*) seja inferior a um (1). Para os COREDEs do terço médio (médio PIB *per capita*), o valor esperado para aquela relação é que seja bastante próximo de um (1). Já para os COREDEs do terço inferior (baixo PIB *per capita*), a relação deve ser maior do que um (1).





Demonstrativo da Relação entre o Valor Arrecadado e o Valor Retornado por COREDES

TERÇO	COREDE	PIB per capita (R\$)	Valor Arrecadado – VA (R\$)	VA (% sobre Valor Arrecadado Total)	Valor Retornado – VR (R\$)	VR (% sobre Valor Retornado Total)	VR/VA
<b>Elevado PIB per capita</b>	SERRA	32.810	3.267.013.733	10,78	1.976.419.574	5,76	0,60
	VALE DO RIO DOS SINOS	32.764	6.507.938.274	21,48	2.253.822.262	6,57	0,35
	ALTO JACUÍ	31.730	145.266.880	0,48	448.352.256	1,31	3,09
	METR. DELTA DO JACUÍ	30.456	12.979.980.409	42,83	13.358.679.926	38,93	1,03
	VALE DO RIO PARDO	27.703	571.022.615	1,88	992.812.499	2,89	1,74
	PRODUÇÃO	26.036	612.781.543	2,02	1.128.928.239	3,29	1,84
	NOROESTE COLONIAL	24.972	235.143.515	0,78	446.483.106	1,30	1,90
	VALE DO TAQUARI	24.336	591.114.049	1,95	843.341.642	2,46	1,43
	NORTE	23.748	397.481.908	1,31	697.148.496	2,03	1,75
<b>Médio PIB per capita</b>	VALE DO CAÍ	22.950	252.911.092	0,83	470.086.690	1,37	1,86
	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	22.844	140.588.005	0,46	322.302.764	0,94	2,29
	FRONTEIRA NOROESTE	22.638	201.259.848	0,66	551.387.606	1,61	2,74
	NORDESTE	21.518	150.319.052	0,50	357.264.630	1,04	2,38
	SUL	20.941	738.140.467	2,44	1.839.278.440	5,36	2,49
	MISSÕES	20.528	248.713.330	0,82	739.613.487	2,16	2,97
	RIO DA VÁRZEA	20.133	103.920.113	0,34	364.756.799	1,06	3,51
	FRONTEIRA OESTE	19.826	559.192.188	1,85	1.473.318.907	4,29	2,63
	CENTRAL	18.815	446.634.086	1,47	1.374.994.228	4,01	3,08
	HORTÊNSIAS	18.382	181.693.002	0,60	293.390.549	0,86	1,61
<b>Baixo PIB per capita</b>	JACUÍ CENTRO	18.206	138.268.040	0,46	439.582.059	1,28	3,18
	CENTRO SUL	17.801	410.862.561	1,36	569.193.025	1,66	1,39
	ALTO DA S. DO BOTUCARAÍ	17.016	58.856.124	0,19	275.637.450	0,80	4,68
	PARANHANA ENC. DA SERRA	17.016	371.533.654	1,23	325.898.496	0,95	0,88
	CAMPANHA	16.720	203.029.443	0,67	668.311.735	1,95	3,29
	MÉDIO ALTO URUGUAI	16.081	165.814.432	0,55	423.149.925	1,23	2,55
	CELEIRO	16.008	94.126.047	0,31	374.082.439	1,09	3,97
	VALE DO JAGUARI	14.950	84.161.467	0,28	377.034.862	1,10	4,48
	LITORAL	14.522	446.804.313	1,47	925.476.767	2,70	2,07
	<b>TOTAL</b>		<b>30.304.570.189</b>	<b>100,00</b>	<b>34.310.748.856</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SEPLAG/DOF

#### **10.6.1. Análise do Terço Superior, Terço Médio e Terço Inferior**

São nove COREDEs que compõem o terço superior, com elevado PIB *per capita*, dos quais dois deles (Serra e Vale do Rio dos Sinos) apresentam a situação esperada, tendo em vista o seu elevado PIB *per capita*, fazendo com que a relação entre os percentuais da despesa (retornado pelo Estado) e a receita (arrecadado pelo Estado) seja inferior a 1. Por outro lado, os COREDEs Alto Jacuí, Metropolitana Delta do Jacuí, Vale do Rio Pardo, Produção, Noroeste Colonial, Vale do Taquari e Norte apresentam a relação VR/VA maior do que 1, o que, do ponto de vista da equidade da distribuição dos recursos públicos do orçamento não deveria ocorrer.

No terço médio, os COREDEs Hortênsias e Vale do Caí exibem relação VR/VA próxima de 1, encontrando-se na situação esperada. Por outro lado, os COREDEs Campos de Cima da Serra, Fronteira Noroeste, Nordeste, Sul, Missões, Rio da Várzea, Fronteira Oeste e Central apresentam a relação VR/VA, significativamente, maior do que 1.

Finalmente, dos COREDEs do terço inferior, que apresentam o PIB *per capita* mais baixo e deveriam apresentar a relação VR/VA maior do que 1, apenas o COREDE Paranhana Encosta da Serra não se encontra nessa situação.

#### **10.6.2. Conclusão**

De acordo com as análises feitas na tabela acima, a relação entre o valor arrecadado e o valor retornado, doze dos vinte e oito COREDEs encontram-se na situação esperada, levando-se em consideração os pressupostos estabelecidos quanto aos valores arrecadados e retornados, ficando estabelecidas para as condições de equidade na distribuição dos recursos públicos provenientes do orçamento público estadual. Contudo, a justiça na distribuição dos recursos deve ser melhorada, tornando-se o principal critério na valorização das ações públicas na programação dos métodos de distribuição dos recursos públicos.



**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**João Constantino Pavani Motta**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO  
CIDADÃ - SEPLAG

**ROBERTO BAPTISTA VIEIRA**

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA SEPLAG

**DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DA SEPLAG**

ANGELINA SABINO BAINY  
ARLETE LUIZA MAZZO  
CESAR RENATO GOHFRIED DA CRUZ  
DAVI LUIZ SCHMIDT  
DÉBORA GODOIS LOPES  
DÉCIO ALOISIO SCHAUREN  
EDUARDO ANDRÉ DA CRUZ WALBROHEL  
JONATHA PIETRO BUENO TRINDENTE  
JORGE AIRTON RODRIGUES FERRARI  
LUIS CARLOS XAVIER VOLCAN  
MARIA DA GLÓRIA LOPES KOPP  
NELSON CÚNICO  
NILTON NOAL  
NORTON ANDRÉ MARQUES DE VARGAS  
PAULO AUGUSTO COELHO DE SOUZA  
PAULO ROSADO TELLES  
RENATA ADRIANA CARLINO PINHEIRO  
RÔMULO MESSIAS KIPPER

**DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA  
SEPLAG**

ADI COLLAZIOL  
ADONI-ZEDEQUE R. DE ALENCAR  
ALESSANDRO CASTILHOS MARTINS  
ANA ALAÍDES VARGAS LEONARDI  
ANDRÉ CARLOS DENARDIN  
ANDREI FELIPE DA SILVA NUNES  
CAROLINA GYENES  
CLAUDIA CONZATTI DAL POZZO  
FABIANO SCHARDOSIM SCHWANCK  
HERBERT KLARMANN  
HILTON BOKLIS  
JOSÉ NILSON DA CUNHA MAIA  
LEILA VERENA RIVAS DOS SANTOS  
PAULA RAYMUNDO PRUX  
PAULO CESAR SANTOS CHIECHELSKI  
ROBERTA HANSEL DE MORAES  
ROBERTO DIAS TORRES  
ROBSON DIEGO FERREIRA  
VINICIUS BRUSCH DE FRAGA

**COLABORAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO – DEPLAN/SEPLAG  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS – FEE/RS  
SECRETARIA DA FAZENDA DO RS – SEFAZ/RS